

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

MARIANA REALI VITOLA

**ÁFRICA: DA SECURITIZAÇÃO ÀS GUERRAS HÍBRIDAS; DA REAÇÃO À
COOPERAÇÃO MILITAR RUSSO-AFRICANA A PARTIR DOS ANOS 2000**

Porto Alegre

2024

MARIANA REALI VITOLA

**ÁFRICA: DA SECURITIZAÇÃO ÀS GUERRAS HÍBRIDAS; DA REAÇÃO À
COOPERAÇÃO MILITAR RUSSO-AFRICANA A PARTIR DOS ANOS 2000**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof^ª. Dr^ª. Analúcia Danilevicz
Pereira

Porto Alegre

2024

CIP - Catalogação na Publicação

Reali Vitola, Mariana
ÁFRICA: DA SECURITIZAÇÃO ÀS GUERRAS HÍBRIDAS; DA
REAÇÃO À COOPERAÇÃO MILITAR RUSSO-ÁFRICANA A PARTIR
DOS ANOS 2000 / Mariana Reali Vitola. -- 2024.
86 f.
Orientadora: Analúcia Danilevics Pereira.

Trabalho de conclusão de curso (Graduação) --
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Faculdade
de Ciências Econômicas, Curso de Relações
Internacionais, Porto Alegre, BR-RS, 2024.

1. África. 2. Securitização. 3. Guerra Híbrida. 4.
Rússia. 5. Cooperação militar. I. Danilevics Pereira,
Analúcia, orient. II. Título.

MARIANA REALI VITOLA

**ÁFRICA: DA SECURITIZAÇÃO ÀS GUERRAS HÍBRIDAS; DA REAÇÃO À
COOPERAÇÃO MILITAR RUSSO-AFRICANA A PARTIR DOS ANOS 2000**

Trabalho de conclusão submetido ao Curso de Graduação em Relações Internacionais da Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal Rio Grande do Sul, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador(a): Prof^a. Dr^a. Analúcia Danilevicz
Pereira

Aprovado em: Porto Alegre, 07 de fevereiro de 2024.

BANCA EXAMINADORA:

Prof^a. Dr^a. Analúcia Danilevicz Pereira – Orientadora

UFRGS

Prof. Dr. José Miguel Quedi Martins

UFRGS

Prof. Dr. Paulo Gilberto Fagundes Visentini

UFRGS

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente à República Federativa do Brasil e ao povo brasileiro pela oportunidade de realizar meus estudos de ensino superior em uma universidade pública de altíssima qualidade. Agradeço também à Universidade Federal do Rio Grande do Sul e à Faculdade de Ciências por proporcionarem uma formação excepcional durante esses cinco anos de graduação. As diversas oportunidades entre pesquisa, ensino e extensão contribuíram fortemente para meu aprendizado ao longo desses anos.

Agradeço igualmente a todos os professores e servidores que fizeram parte da minha trajetória acadêmica, em especial à professora Analúcia Danilevicz Pereira, por ter me orientado não só durante a elaboração deste trabalho mas também ao longo dos últimos quatro anos de graduação; suas lições e ensinamentos foram fundamentais para formar a profissional que sou hoje. Estendo meu agradecimento a todos os colegas do CEBRAFRICA, por proporcionarem um ambiente de pesquisa rico e estimulante, e por todas as trocas de conhecimento e discussões que ajudaram igualmente na elaboração deste trabalho.

Gostaria de agradecer à minha família, em especial aos meus pais, Domingos e Adriana, pelo apoio incondicional e por sempre acreditarem em mim. Agradeço por não medirem esforços para garantir que eu sempre tivesse acesso à educação de qualidade; nada disso seria possível sem vocês. À minha irmã, Nina, pelo apoio e pela parceria de sempre. Agradeço igualmente aos amigos que encontrei durante a graduação – Ana, Gabriela, Isabela, Luiza, Matheus e Victória – por toda a ajuda, pelas memórias e por tornarem a experiência na faculdade mais divertida. Ao Alexandre, por ser meu parceiro em todos os momentos e por ter me apoiado e me incentivado em mais essa etapa. Por fim, agradeço a todos os amigos pelo companheirismo e suporte ao longo de todos esses anos.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Mapa do Sahel	15
Figura 2 – Bases Militares Estrangeiras no Sahel	58
Figura 3 – Cooperação Militar Russa e Interesses Estratégicos na África	72

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Bases Militares dos Estados Unidos no continente africano	56
---	----

RESUMO

O presente trabalho tem como tema o processo de securitização do Sahel, as guerras híbridas na África e a política securitária da Rússia a partir dos anos 2000. Em relação a esse tema, percebe-se que a relevância geopolítica e geoestratégica do Sahel culminou na securitização da região no contexto na Guerra ao Terror. Recentemente, os países, principalmente do norte da África, foram afetados por levantes violentos disfarçados de revoluções democráticas e com forte intervenção ocidental, visando a trocas de regime para manutenção de sua área de influência. Essas ações causam disrupções tanto para os países foco quanto para a região do entorno, levando a uma onda de desestabilização. A partir dos anos 2000, observam-se novos esforços de cooperação entre a Rússia e o continente, estreitando laços principalmente no âmbito securitário. Diante disso, a pergunta que orienta a pesquisa é a seguinte: como se dão as guerras híbridas na África e quais as características da cooperação Rússia-África pós-2000 sob o ponto de vista securitário? Como hipótese de pesquisa, propõe-se que o Ocidente utiliza táticas de guerra híbrida para ações de mudança de regime, que se manifestam na forma de revoluções coloridas no continente, visando manter sua área de influência, mas causando instabilidades para os países foco e para a região do entorno no processo, e de que, nas últimas décadas, há uma tentativa de estabilização do Sahel por parte da Rússia. O objetivo geral da pesquisa, assim, é compreender como se dão as intervenções estrangeiras na África, mas especificamente no norte e na região do Sahel e as características da cooperação Rússia-África no âmbito securitário a partir dos anos 2000. Em termos específicos, busca-se analisar processo de securitização do Sahel e as guerras híbridas na África; compreender o caráter dos conflitos e das intervenções estrangeiras na região; e analisar as mudanças políticas na África, e a política securitária russa para o Sahel e suas consequências. Para atingir seus resultados, a pesquisa adota como metodologia a abordagem qualitativa, baseada em análises de obras de especialistas em Relações Internacionais e documentos oficiais de política externa russos.

Palavras-chave: África. Securitização. Guerra Híbrida. Rússia. Cooperação militar.

ABSTRACT

The present work addresses the securitization process in the Sahel, hybrid wars in Africa, and Russia's security policy since the 2000s. Regarding this topic, it is observed that the geopolitical and geostrategic significance of the Sahel culminated in the region's securitization within the context of the War on Terror. Recently, countries, primarily in North Africa, have been affected by violent uprisings disguised as democratic revolutions with significant Western intervention, aiming for regime changes to maintain their area of influence. These actions cause disruptions for both the targeted countries and the surrounding region, leading to a wave of destabilization. Since the 2000s, new efforts of cooperation between Russia and the continent are evident, particularly in the security realm. Given this context, the research question guiding the study is as follows: how do hybrid wars unfold in Africa, and what are the characteristics of Russia-Africa cooperation post-2000 from a security perspective? The research hypothesis proposes that the West employs hybrid warfare tactics for regime change actions, manifested in the form of color revolutions on the continent, aiming to maintain its area of influence but causing instabilities for the targeted countries and the surrounding region in the process. Additionally, it suggests that in recent decades, there has been an attempt by Russia to stabilize the Sahel. The general objective of the research is to understand how foreign interventions occur in Africa, specifically in the North and Sahel region, and the characteristics of Russia-Africa cooperation in the security realm since the 2000s. Specifically, the research aims to analyze the securitization process in the Sahel and hybrid wars in Africa, comprehend the nature of conflicts and foreign interventions in the region, and analyze the political changes in Africa, and Russia's security policy for the Sahel and its consequences. To achieve its results, the research adopts a qualitative methodology based on the analysis of works by experts in International Relations and official Russian foreign policy documents.

Keywords: Africa. Securitization. Hybrid War. Russia. Military cooperation.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	12
2	AS REVOLUÇÕES COLORIDAS AFRICANAS: DA SECURITIZAÇÃO DO SAHEL ÀS GUERRAS HÍBRIDAS	16
2.1	O PROCESSO DE SECURITIZAÇÃO DO SAHEL	16
2.2	AS REVOLUÇÕES COLORIDAS AFRICANAS	22
2.3	AS GUERRAS HÍBRIDAS	27
3	CONFLITOS E INTERVENÇÕES NO SAHEL	32
3.1	CONFLITOS INTERNOS	32
3.1.1	Crises políticas e golpes de Estado	33
3.1.2	Ameaças terroristas e de secessão	37
3.1.3	Confrontos armados locais	41
3.2	AS INTERVENÇÕES OCIDENTAIS PÓS-2010	45
3.2.1	As ações de contraterrorismo	46
3.2.2	<i>Responsibility to Protect</i> (R2P) e as intervenções humanitárias	50
3.2.3	O AFRICOM e as bases logísticas e militares	56
4	A REAÇÃO AFRICANA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA RUSSA EM LOCO	61
4.1	MUDANÇAS POLÍTICAS NA ÁFRICA: A REJEIÇÃO DA ESTRATÉGIA OCIDENTAL	61
4.2	O APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES RUSSO-AFRICANAS	64
4.3	A QUESTÃO SECURITÁRIA E A PRESENÇA RUSSA NO SAHEL	68
5	CONCLUSÃO	75
	REFERÊNCIAS	83

1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho visa investigar o caráter e os impactos das intervenções estrangeiras na África a partir dos anos 2000 e suas consequências para o continente, mais especificamente para a região do Sahel. As constantes ingerências externas em diversos períodos da história contemporânea influenciaram diretamente na construção desses Estados e nos conflitos que hoje permeiam as nações africanas (Schmidt, 2018). A relevância estratégica do Sahel, que engloba a fronteira entre a África árabe muçulmana e a África subsaariana "negra", em conjunto com suas extensas reservas minerais, desperta considerável interesse por parte das principais potências em relação a essa região. Esse fato, contribuiu fortemente para o processo de securitização do Sahel pós-11 de setembro, no contexto da Guerra ao Terror, o que levou a um aumento considerável da presença estrangeira, com iniciativas que buscavam frear o avanço de supostos grupos terroristas (Harmon, 2015; Keenan, 2013). Nas décadas recentes, nações, principalmente no norte da África, foram afetadas por levantes violentos disfarçados de revoluções democráticas e com forte intervenção por parte das potências ocidentais nos eventos que caracterizaram a Primavera Árabe. Esses levantes tinham como objetivo final a mudança de regime, buscando preservar sua área de influência (Amin, 2011). Como resultado dessa realidade, observa-se a fragmentação dos Estados foco dessas intervenções e, também, da região do Saara-Sahel, que se tornou palco de instabilidades, devido a conflitos internos dos países e, conseqüentemente, à emergência de novos grupos políticos que utilizam o terrorismo como base para as novas disputas de poder, perturbando a ordem local (Bandeira, 2014).

As intervenções estrangeiras, por sua vez, contribuem para potencializar a dimensão e a letalidade desses fenômenos, por meio de ingerências nos assuntos internos dos países da região e pelo financiamento e venda de armamentos a grupos aliados que satisfazem seus próprios interesses (Bandeira, 2014). Essa dinâmica fez com que os Estados Unidos aumentassem novamente o nível de ameaça securitária da região do Sahel, legitimada pelo suposto tráfico de armas vindo da Líbia para a Al-Qaeda, que levou a uma nova onda de ingerências estrangeiras. Essa expansão permitiu que Washington criasse as condições ideológicas necessárias para a intervenção militar dos EUA na África, legitimando a militarização do continente (Keenan, 2013). Nas últimas décadas, observa-se uma forte mudança política na África, em um processo de rejeição do modelo ocidental em meio à persistência da instabilidade. Simultaneamente, outros atores importantes emergem nas relações africanas, exemplificado pela Rússia, que busca fortalecer seus laços com o continente (Abramova e Fituni, 2020).

Com a ascensão de Vladimir Putin ao poder a partir dos anos 2000, ocorreu uma mudança nas diretrizes que orientam a política externa do Estado russo. Observam-se, assim, novos esforços de cooperação entre a Rússia e o continente, que vêm estreitando seus laços em âmbitos como a segurança e a defesa, trocas comerciais, assistência humanitária, cooperação tecnológica, entre outros (Abramova e Fituni, 2020). O modelo de cooperação russo difere-se sobremaneira daquele desenvolvido pelo Ocidente, à medida que a Rússia tende a se abster da interferência em questões internas das nações africanas, não exigindo reformas econômicas e políticas e focando seus esforços em alianças de benefício mútuo. Assim, há um grande interesse por parte dos países africanos em cooperar com a Rússia, que se apresenta como uma alternativa às relações de dominação historicamente consolidadas com os países ocidentais. Da mesma forma, há grande interesse da parte da Rússia em cooperar com o continente, que detém vastos recursos naturais e um extenso mercado consumidor (Shubin e Arkhangelskaya, 2013). A presença russa na região, no entanto, causa preocupação ao Ocidente, que procura manter seus aliados, por meio de intervenções diretas e indiretas e tentativas de troca de regime (Bandeira, 2014). Dessa forma, os países africanos acabam tornando-se palco de disputas externas, que causam disrupções à ordem local (Schmidt, 2018).

Sendo assim, como hipótese de pesquisa, propõe-se que o Ocidente utiliza táticas de guerra híbrida para ações de mudança de regime, que se manifestam na forma de revoluções coloridas no continente, visando manter sua área de influência, mas causando instabilidades para os países foco e para a região do entorno no processo, e de que, nas últimas décadas, há uma tentativa por parte da Rússia de estabilizar a região. Dessa maneira, o objetivo principal deste trabalho é compreender como se dão as intervenções estrangeiras na África, mas especificamente no norte e na região do Sahel. Como objetivos específicos, pretende-se (1) analisar o processo de securitização do Sahel e as guerras híbridas na África; (2) compreender o caráter das intervenções estrangeiras e dos conflitos no Sahel; e (3) analisar as mudanças políticas na África e a política securitária russa para a região e suas consequências.

A justificativa acadêmica para o presente trabalho assenta-se no fato de que o estudo das intervenções estrangeiras é essencial para entender o funcionamento do sistema internacional, explicitando como se dão as relações de dominação entre o centro e a periferia do sistema e como essas dinâmicas contribuem para a manutenção da dependência dos países do Terceiro Mundo. Ademais, a teoria das guerras híbridas é majoritariamente utilizada na literatura ocidental para identificar ações russas, de modo que há uma escassez de trabalhos que identifiquem essas táticas de intervenção como sendo perpetradas pelo Ocidente. Além disso, a Rússia apresenta-se como um poderoso ator, desempenhando um papel central e desafiando a

ordem sistêmica vigente. A África, por sua vez, é o continente que mais cresce no globo e segue sendo palco de disputas externas e guerras por procuração arquitetadas pelas grandes potências; observa-se o início de uma nova era de competições internacionais no continente como um todo, de traços, políticos, econômicos e securitários, sobretudo por meio da participação de novos agentes exteriores à região. Por fim, há uma escassez de trabalhos na literatura atual que abranjam o tópico, ainda que a Rússia tenha desenvolvido forte presença no continente nas últimas décadas e desempenhe um papel central nos processos africanos atuais, em âmbitos como segurança, ajuda humanitária, cooperação técnica e militar, trocas comerciais, etc.

Para alcançar os objetivos delineados neste estudo, será adotada uma abordagem metodológica qualitativa, fundamentada na análise de trabalhos de estudiosos de Relações Internacionais e especialistas no continente africano, com foco especial na região do Sahel. O período analisado será a partir dos anos 2000, coincidindo com a ascensão de Vladimir Putin ao poder na Rússia, abrangendo os anos pós-11 de setembro e a Primavera Árabe africana, além de incluir o contexto atual com a presença russa no continente. No escopo da região do Sahel, serão examinados conflitos e intervenções nos países que compõem o G5 do Sahel – Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger – além do Sudão e da República Centro-Africana. Embora a República Centro-Africana não esteja geograficamente situada na região do Sahel, os acontecimentos que transcorreram nessa área exerceram um impacto geopolítico direto na desestabilização do país. Reciprocamente, os processos internos da RCA também têm um impacto significativo nos demais países do Sahel. Portanto, esse Estado será igualmente contemplado na análise dos processos da região. A seleção desses países considerou sua relevância regional, a intensidade dos conflitos e intervenções estrangeiras, e o nível de cooperação militar com a Rússia. O referencial teórico adotado nesta pesquisa é a doutrina de Guerra Híbrida, com ênfase em estudos de Andrew Korybko, complementados por obras de Valery Gerasimov e Hugo Fernandes.

Este estudo será composto por cinco capítulos, para além da presente introdução e da conclusão. O segundo capítulo buscará analisar o processo de securitização da região do Sahel após os eventos do 11 de setembro e a consequente militarização do continente, bem como os efeitos desse processo para a região. Após, serão apresentadas as Revoluções Coloridas africanas, seguida de uma discussão conceitual acerca do termo “Guerras Híbridas”. O terceiro capítulo terá como enfoque a discussão e análise dos conflitos regionais pós-2010, bem como as intervenções ocidentais no Sahel e seus desdobramentos. No quarto capítulo serão analisadas as mudanças políticas na África, que levaram à rejeição do modelo ocidental de cooperação, e a emergência da Rússia como um novo parceiro nas últimas décadas, analisando-se a política

securitária russa para o Sahel. Por fim, será apresentada uma breve conclusão, com o objetivo de se verificar se a hipótese levantada pode ser comprovada a partir dos levantamentos apresentados.

no Mali e no Chade, além de um elevado potencial de aproveitamento de energia solar e dos recursos hídricos do sistema fluvial do Rio Níger, que desempenha um papel fundamental para o comércio intrarregional (González, 2018). O urânio é um dos minerais estratégicos utilizados na indústria termonuclear francesa. Segundo González (2018):

No caso da África, sua produção é amplamente controlada por interesses franceses que controlam esse negócio desde 1968 no Níger. A principal empresa, a AREVA – uma multinacional do setor de energia nuclear [...] – detém uma grande parte das licitações e está localizada precisamente na área do Sahel. As minas de urânio estão na região de Agadez, no norte do Níger (González, 2018, p. 42, tradução própria¹).

Sendo assim, o interesse internacional na área tem crescido devido aos abundantes recursos presentes em algumas de suas regiões, como a presença de urânio, destacando-se o caso do Níger, e as recentes descobertas de reservas de petróleo e gás. Esses recursos são considerados objetivos primordiais para as forças envolvidas em disputas pela região. Especial atenção é dada aos relatórios que indicam a existência de cerca de 80 bilhões de metros cúbicos de petróleo bruto leve de alta qualidade no subcontinente africano. A relevância da região é entendida, portanto, por meio da lógica de conquista de novas áreas de influência na guerra por recursos e mercados existente entre as principais potências internacionais. Essas nações têm competido pelos recursos inexplorados na região do Sahel africano, buscando assegurar a maior parcela desses recursos e garantir sua participação futura na região (Boudadi, 2018).

O processo de securitização da região do Sahel acentuou-se após os eventos do 11 de setembro nos Estados Unidos (EUA), com o que viria a se tornar a Guerra ao Terror (*Global War on Terror*, GWOT, na sigla em inglês), liderada pelo presidente George W. Bush (Harmon, 2015). A administração do presidente George W. Bush liderou a abordagem do que considerava como "espaços sem governo", referindo-se a áreas geográficas onde o controle e a soberania do Estado estavam ausentes. Ao categorizar essas regiões como espaços sem governo, permitiu-se que os Estados as reconhecessem como "zonas sem lei" ou "terra de ninguém", locais suscetíveis à exploração por parte de terroristas. Essa inquietação fez com que muitos defensores dentro do *establishment* de segurança dos EUA defendessem uma abordagem mais assertiva para lidar com a ameaça representada por essas áreas desprovidas de governança, argumentando que os EUA não podiam mais depender da dissuasão e deveriam rejeitar a tolerância à presença de uma "ameaça iminente" (Kfir, 2016). Apesar de uma infinidade de

¹ No original: “*En el caso de África, su producción es controlada mayoritariamente por los intereses franceses que controlan este negocio de 1968 en Níger. La empresa principal: AREVA – multinacional del sector de la energía nuclear [...] –, posee una buena parte de las licitaciones y se encuentra precisamente en la zona saheliana. Las minas de uranio están en la región del Agadez en el norte de Níger.*” (González, 2018, p. 42).

evidências contrárias, o *establishment* de segurança dos EUA tendia a ver as organizações extremistas africanas como parte de um movimento global de base ampla que ameaçava a vida e a segurança dos americanos. Como resultado, o Departamento de Estado dos EUA classificou muitas delas como “organizações terroristas estrangeiras” (Schmidt, 2018). Três dias após os eventos de 11 de setembro, o Congresso dos Estados Unidos concedeu autorização ao presidente para utilizar todos os meios necessários e apropriados contra nações, organizações ou indivíduos que determinasse terem planejado, autorizado, perpetrado ou apoiado os ataques terroristas ocorridos em 11 de setembro de 2001, ou que oferecessem abrigo a tais organizações ou pessoas. O objetivo dessa autorização era prevenir futuros atos de terrorismo internacional contra os Estados Unidos provenientes dessas nações, organizações ou indivíduos. Embora essa Autorização para o Uso da Força Militar (*Authorization for Use of Military Force*, AUMF, na sigla em inglês) tenha inicialmente limitado-se aos responsáveis diretos pelos eventos do 11 de setembro, o compromisso dos Estados Unidos na luta contra o terrorismo se expandiu significativamente. O governo norte-americano não focou apenas na Al-Qaeda, mas também agiu para enfrentar possíveis ameaças emergentes, eliminar refúgios terroristas já existentes e impedir que futuros terroristas tivessem acesso ao território (Tankel, 2020). Na África, o primeiro passo ocorreu em 2002, quando Bush se reuniu com o então presidente algeriano Abdelaziz Bouteflika, visando alcançar possíveis aliados muçulmanos seculares, com o objetivo de fazer frente ao islã político. Um dos resultados mais significativos da reunião foi um acordo entre as duas nações para colaborar na assistência à Argélia na contenção do Grupo Salafista de Pregação e Combate (GSPC) e na prevenção de sua expansão nas áreas desérticas dos países sahelianos da África Ocidental (Harmon, 2015).

Em 2002, como primeira estratégia de luta contra o terrorismo, o Congresso norte-americano lança a Iniciativa Pan-Sahel (*Pan-Sahel Initiative*, PSI, na sigla em inglês). Segundo o governo dos Estados Unidos, seu principal objetivo era combater a influência de grupos radicais islâmicos em quatro países foco – Mauritânia, Mali, Níger e Chade –, proteger as fronteiras, treinar e equipar as forças de segurança e fomentar a cooperação entre os países da região, visando alcançar mais estabilidade política (Harmon, 2015; González, 2018). A PSI permitiu a legitimação da militarização do continente, já que as “evidências” de que a Al-Qaeda estava presente no Saara possibilitaram que os EUA iniciassem uma nova frente “africana” – ou, mais precisamente, uma frente Saara-Saheliana – na Guerra ao Terror. Essa expansão para uma região crucial da África, a fronteira saheliana entre a África árabe muçulmana e a África subsaariana “negra”, permitiu que Washington criasse as condições ideológicas para a intervenção militar dos EUA na África e garantisse a segurança de fontes de minerais

estratégicos, sobretudo de petróleo, presente principalmente na Nigéria (Keenan, 2013). A primeira ação conjunta da PSI ocorreu em 2003 e tinha como objetivo a prisão de um dos líderes do GSPC, responsável pelo sequestro de 32 reféns ocidentais. A operação também contou com o apoio das forças do Comando Europeu dos Estados Unidos (*United States European Command*, EUCOM, na sigla em inglês). A extensa cobertura da imprensa ocidental, que destacou a operação como um marco da eficácia da PSI, ao mesmo tempo em que incluiu o terrorismo islâmico no Saara na lista de alvos na Guerra ao Terror, motivou o Congresso norte-americano a dar seu apoio para um financiamento adicional e para a expansão da iniciativa, resultando na criação da Iniciativa Trans-Saariana de Contraterrorismo (*Trans-Saharan Counterterrorism Initiative*, TSCTI, na sigla em inglês) (Harmon, 2015; González, 2018).

A TSCTI expandiu sua área de atuação para mais seis países, dentre eles: Argélia, Marrocos, Senegal, Burkina Faso, Nigéria e Tunísia. Como a PSI, a TSCTI tinha como objetivo principal fortalecer a presença direta ou indireta dos Estados Unidos em áreas de importância estratégica, já que contemplava zonas ricas em reservas de gás e petróleo (González, 2018). Embora a TSCTI tenha mantido seu enfoque principal no treinamento, suporte e financiamento das forças de segurança nacionais dos países envolvidos, também procurou promover a integração regional ao reunir ministros da defesa de diversas nações em uma reunião realizada em Stuttgart, na Alemanha, onde se encontrava a base do EUCOM, que supervisionava tanto a PSI quanto a TSCTI. Neste encontro, apesar da promessa de utilizar recursos diplomáticos e de desenvolvimento, engajando a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*, USAID², na sigla em inglês), foi o Departamento de Defesa dos Estados Unidos e o EUCOM que seguiram suportando a Iniciativa (Harmon, 2015). A crescente militarização da região acontecia apesar de o *International Crisis Group* (ICG) ter concluído posteriormente em seu relatório seminal de 2005 sobre o "Terrorismo Islâmico no Sahel" que havia pouco ou nenhum extremismo islâmico e nenhum terrorismo no Sahel naquela época (Keenan, 2013).

A partir de 2004, o presidente Bush concedeu autorização ao Comando de Operações Especiais dos EUA para conduzir operações militares clandestinas com o objetivo de capturar ou eliminar suspeitos associados à rede da Al-Qaeda em qualquer parte do mundo. Essas ações foram permitidas mesmo em países que não estavam envolvidos em conflitos diretos com os

² A Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (*United States Agency for International Development*, USAID, na sigla em inglês) é uma agência independente do governo dos Estados Unidos, responsável principalmente pela administração da ajuda externa civil e da assistência ao desenvolvimento (USAID, 2023a).

Estados Unidos, e em ausência de hostilidades declaradas entre as nações envolvidas. Posteriormente, o Pentágono despachou tropas de Operações Especiais para nações africanas com o propósito de coletar informações e eliminar supostos terroristas, uma prática que se acentuou durante o governo Obama (Schmidt, 2018).

Os elementos militares da política dos Estados Unidos para a África foram fortalecidos durante a administração Bush. O programa ACRI (*African Crisis Response Initiative*) de Clinton foi reformulado como o Programa de Treinamento e Assistência para Operações de Contingência na África (*African Contingency Operations Training and Assistance*, ACOTA, na sigla em inglês). A iniciativa reformulada destacou a instrução para a imposição e manutenção da paz, substituindo o treinamento direto de tropas estrangeiras por projetos focados no treinamento de instrutores. O pessoal militar dos EUA transmitia habilidades aos parceiros africanos, que por sua vez treinavam as tropas de seus próprios países. Embora essa abordagem inovadora tenha reduzido a presença de soldados americanos no terreno, também proporcionou aos participantes a oportunidade de ignorar as normas de direitos humanos e as práticas de boa governança impostas externamente (Schmidt, 2018).

Em 2005, o ACOTA foi integrado à Iniciativa Global de Operações de Paz (*Global Peace Operations Initiative*, GPOI, na sigla em inglês) do governo Bush, que representava a contribuição dos EUA para o "Plano de Ação do G8 sobre a Expansão da Capacidade Global para Operações de Apoio à Paz" do Grupo dos Oito países industrializados. Com um enfoque especial na África, a meta da GPOI era auxiliar as nações parceiras no treinamento e equipamento de tropas destinadas a missões regionais e sub-regionais de manutenção de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Em 2008, a TSCTI foi incorporada a um novo comando continental dos Estados Unidos na África, com a criação do Comando dos Estados Unidos para a África (*United States Africa Command*, AFRICOM, na sigla em inglês), em 2007. A sede do AFRICOM também foi estabelecida em Stuttgart, devido à resistência dos países africanos de sediar o Comando. Semelhante às iniciativas anteriores, o AFRICOM adotou uma abordagem de colaboração com diversas agências, reunindo recursos diplomáticos do Departamento de Estado e iniciativas de desenvolvimento da USAID. Embora tenham sido implementados alguns programas não militares, como a promoção da cultura, desmobilização, desarmamento e reabilitação, bem como iniciativas voltadas para o fortalecimento da democracia, a maior parte do financiamento ainda é direcionada para programas militares, como treinamento e fornecimento de equipamento, como observado na PSI e na TSCTI (Harmon, 2015).

Em um primeiro momento, o AFRICOM foi bem recebido pelos governos africanos, principalmente devido à injeção de recursos financeiros e materiais para suas forças de segurança nacionais. Posteriormente, a necessidade do AFRICOM foi legitimada pelo temor de que o Boko Haram e o Al-Shabab pudessem se vincular ao GSPC e coordenar operações na região (Harmon, 2015). Desde o princípio, o AFRICOM sofreu críticas severas, já que a escolha dos Estados parceiros concentrou-se em países ricos em petróleo, gás natural e urânio, próximos a importantes rotas de transporte e comunicação ou que eram locais de atividades extremistas; os históricos dos países em termos de boa governança e respeito à democracia e aos direitos humanos eram de preocupação secundária. A repressão governamental e o respaldo dos Estados Unidos às partes envolvidas provocaram reações que intensificaram a hostilidade em relação a esse país (Schmidt, 2018).

Os eventos do 11 de setembro e o desencadeamento da GWOT representaram precisamente a oportunidade almejada pelo Projeto para o Novo Século Americano. Este contexto proporcionou a justificativa ideológica para a militarização de regiões como a África, alinhando-se com os imperativos imperiais dos Estados Unidos. Anteriormente, o governo Bush já havia identificado o petróleo africano como um "interesse nacional estratégico", legitimando assim o uso da força militar para exercer controle sobre esse recurso. Isso explicou o apelo de Ed Royce, presidente do subcomitê africano do Congresso dos EUA, em janeiro de 2002, para que o petróleo africano fosse tratado como prioridade para a segurança nacional dos EUA após o 11 de setembro. Michael Westphal, vice-secretário adjunto de Defesa dos EUA para Assuntos Africanos, corroborou essa perspectiva durante uma coletiva de imprensa do Pentágono em abril de 2002, destacando a importância estratégica da África para os Estados Unidos. Contudo, até o final de 2007, nenhum ataque terrorista havia ocorrido na região do Saara-Sahel, e não existiam evidências verificadas das supostas bases de treinamento na área (Keenan, 2013).

Do ponto de vista dos Estados Unidos, a ameaça de terrorismo, seja real ou fabricada, no Sahel oferece uma justificativa significativa para a existência do AFRICOM. O AFRICOM está empenhado em demonstrar que a Al-Qaeda no Magrebe Islâmico (AQMI), o Boko Haram e o Al Shabaab estão conectados em um cinturão contínuo de terrorismo que se estende dos oceanos Índico ao Atlântico (Keenan, 2013). Críticos das políticas dos EUA no Sahel argumentaram que a maioria dos conflitos era de origem local. As péssimas condições políticas e econômicas dos países do Sahel os tornaram propícios à insurgência, e os insurrecionistas geralmente tinham pouca ou nenhuma ligação com organizações terroristas internacionais. Em vez de abordar a privação e a desigualdade que estão na raiz dos conflitos, os parceiros de contraterrorismo de Washington enfatizaram a ameaça terrorista para obter assistência militar

dos EUA. Essas ações alimentaram o extremismo e tornaram as populações locais mais suscetíveis aos apelos do terrorismo internacional (Schmidt, 2018).

2.2 AS REVOLUÇÕES COLORIDAS AFRICANAS

Segundo Ó Beacháin e Polese (2010), o conceito de Revoluções Coloridas é utilizado para descrever como um único evento uma série de manifestações que logram a queda de regimes autocráticos; o processo envolve uma multidão de indivíduos que saem às ruas demonstrando sua insatisfação com o governo vigente. Essas insurreições seguem um padrão similar: durante um contexto eleitoral, é organizada uma campanha cívica para assegurar eleições livres e justas. Normalmente, organizações não governamentais (ONGs) locais assumem a liderança (muitas vezes em coordenação com forças políticas) e se beneficiam do conhecimento adquirido através de treinamentos e manuais internacionais. Por meio de um esforço conjunto, a sociedade civil e os atores políticos seguem uma estratégia dupla: buscam desacreditar o regime, ao mesmo tempo que incentivam a população a participar das urnas. A premissa é que, quando o regime é suficientemente impopular, uma alta participação eleitoral permitirá que a oposição vença as eleições. A segunda parte dessa estratégia baseia-se na suposição de que as autoridades podem não agir de forma justa com relação aos resultados eleitorais. Quando o regime se recusa a reconhecer os resultados das eleições (por meio de falsificações ou simplesmente se negando a renunciar), o povo é chamado às ruas e uma greve geral é convocada até que o *status quo* seja alterado; isso pode significar a renúncia das autoridades ou a repressão aos manifestantes. Esses protestos de revolução colorida ocorrem em conexão com eleições nacionais, uma vez que as campanhas eleitorais impulsionam a politização do país.

Nikitina (2014), por sua vez, afirma que a única característica que esses eventos compartilham é considerada a natureza não violenta da mudança de regime resultante de protestos em massa. Segundo a autora, as decisões de iniciar revoluções são tomadas de fora, com base em uma certa conveniência política para os países tomadores de decisões e não para os países onde as revoluções ocorrem. As "revoluções coloridas" se encaixam no contexto amplo da globalização, quando a fronteira entre o nacional e o estrangeiro é gradualmente apagada. Essas revoluções, embora ocorram internamente a um país, são "ativamente nutridas" pelo exterior, e sem esse "estímulo" externo, talvez não houvesse revolução alguma. De maneira geral, as revoluções resultam em uma alteração do poder e o efeito desestabilizador se estende tanto à política doméstica quanto às relações internacionais.

Em 2011, a África do Norte e o Oriente Médio foram atingidos por levantes populares, compostos por jovens estudantes, trabalhadores e organizações femininas descontentes com os governos locais. A série de eventos que ficou conhecida como “Primavera Árabe” teve início na Tunísia, quando, em dezembro de 2010, trabalhadores, proprietários de pequenos negócios e ativistas de direitos humanos instigaram protestos contra o regime do presidente Zine el-Abidine Ben Ali, após um jovem atear fogo ao próprio corpo depois de ter sua mercadoria confiscada pela polícia. A onda de protestos que se estendeu por dias no país levou à renúncia do presidente em janeiro de 2011, quando ele deixou a Tunísia para se refugiar na Arábia Saudita, após 24 anos no poder (Schmidt, 2018; Bandeira, 2014). O movimento recebeu o nome de “Revolução Jasmim”, já que o modelo assemelhava-se às revoluções ocorridas no Cáucaso, assentados na estratégia de Gene Sharp, descritas na obra "*From dictatorship to democracy*", de mudança de regime. Ben Ali colaborou com os Estados Unidos na luta contra o terrorismo, reprimindo duramente grupos jihadistas. Entretanto, já em 2009, o Departamento de Estado norte-americano reconhecia que o governo de Ben Ali estava enfraquecido, uma vez que o descontentamento com o desemprego, com a falta de liberdade política e com a corrupção era geral. Assim, as revoltas que eclodiram na Tunísia já eram esperadas pelo governo dos Estados Unidos, que vinha criando o clima psicológico necessário em meio à população, através de ações de mídias independentes e de ONGs que promoviam a democracia (Bandeira, 2014).

A situação do Egito em 2010 também prenunciava a onda de protestos que se seguiram aos eventos tunisianos. O país sofria em meio a crises econômicas e financeiras, em conjunto com uma série de escândalos de corrupção nos projetos de privatização do governo de Hosni Mubarak, de taxas de crescimento decrescentes e de uma elevada taxa de desemprego. Assim, o sucesso das revoltas na Tunísia instigaram a população egípcia a tomar as ruas, com protestos organizados através do Facebook e do Twitter por ativistas treinados, que coordenaram o “Dia da Fúria” no Cairo e em outras cidades no país. Assim como na Tunísia, já era de conhecimento do Departamento de Estados norte-americano que a oposição no Egito pretendia tomar o poder antes das eleições de setembro de 2011. Jovens dissidentes já haviam sido treinados em centros que propagavam as idéias de Gene Sharp sobre mudanças de regime. Além disso, ONGs como a *Freedom Foundation* e outras no Egito passaram a receber financiamento do governo dos Estados Unidos através do USAID (Bandeira, 2014).

A situação na Líbia em 2011 também era de revolta, com protestos violentos tendo eclodido contra o governo de Muammar Gaddafi. A elevação dos preços dos alimentos e as condições sociais e políticas existentes, com alto índice de desemprego e de repressão, motivaram os levantes. Porém, as manifestações na Líbia não eram pacíficas em essência: os

manifestantes estavam fortemente armados e buscavam tomar bases aéreas e estações policiais. Além disso, a situação tornava-se mais complexa do que se via no Egito e na Tunísia, devido ao fato de a Líbia não ter ainda se consolidado como Estado-nação, tendo forte influência tribal. À frente dos levantes estavam grupos extremistas vinculados à Al-Qaeda, como o Grupo de Combate Islâmico Líbio (GCIL), e antigos mujahedins que haviam combatido no Afeganistão. Desde o início dos protestos, a mídia ocidental propagava a ideia de que Gaddafi reprimia com violência os levantes e massacrava os civis que reivindicavam seus direitos. Dessa forma, a campanha de desinformação da mídia ocidental contribuiu para criar o clima necessário para a derrubada do governo de Gaddafi, à medida que retratava os manifestantes como jovens que lutavam por liberdade, mascarando o fato de serem, em sua maioria, mujahedins dissidentes que haviam lutado na guerra do Afeganistão e do Iraque e que agora regressaram à Líbia para derrubar os regimes laicos do Oriente Médio (Bandeira, 2014).

Já em 2002 o Departamento de Estado dos Estados Unidos, sob a liderança do Secretário de Estado Colin Powell, lançou a Iniciativa de Parceria do Oriente Médio (*Middle East Partnership Initiative*, MEPI, na sigla em inglês), com o objetivo declarado de auxiliar os opositores dos regimes que não respeitavam a liberdade e os direitos humanos no Oriente Médio e na região do Norte da África, utilizando o poder diplomático e assistência externa para disseminar e auxiliar os cidadãos a melhorar sua qualidade de vida e construir suas próprias nações. A justificativa era "promover a democracia no mundo árabe". Esse programa financiaria ONGs norte-americanas com o objetivo de apoiar ativistas políticos e grupos de direitos humanos. O objetivo era claramente minar os regimes no Norte da África, envolvendo os cidadãos no processo político e selecionando líderes estudantis para um programa em instituições acadêmicas dos Estados Unidos, onde eles teriam a oportunidade de ampliar seus conhecimentos sobre a sociedade civil e o processo democrático, bem como explorar como esses conhecimentos poderiam ser aplicados aos seus países (Bandeira, 2014). As fundações norte-americanas inundaram a África com programas de governança, direitos humanos e democracia. Contudo, a essência desses projetos visava muitas vezes esvaziar a democracia de seu conteúdo genuíno. Os EUA trabalharam incansavelmente para apoiar elementos antidemocráticos e militaristas. As ONGs humanitárias, que operam sob a bandeira do *Office of Transition Initiatives* (OTI)³, parecem servir aos interesses do militarismo dos EUA

³ O OTI, vinculado ao USAID, apoia os objetivos da política externa dos EUA, ajudando os parceiros locais a promover a paz e a democracia. O OTI oferece assistência rápida, flexível e de curto prazo voltada para as principais necessidades de transição política e estabilização. Promove a reconciliação, apoiando a mídia independente emergente e fomentando a paz e a democracia (USAID, 2023b).

(Campbell, 2020). Com o propósito de preservar sua posição como uma potência global, os Estados Unidos passaram a depender cada vez mais de fontes de energia seguras, notadamente o petróleo. A crise de 2008 levou a um aumento considerável nos preços do petróleo, o que fez com que os países ricos nesse recurso tivessem sua importância geopolítica e estratégica aumentada, sendo importante manter governos alinhados com a política ocidental (Bandeira, 2014).

Poucos dias após a sublevação, o governo de Barack Obama já se referia a Gaddafi como um ditador, que não possuía mais legitimidade de governo, deixando claro que a intenção sempre fora a troca de regime. O Conselho de Segurança das Nações Unidas (CSNU), por meio da Resolução 1970, também legitimava a narrativa de que Gaddafi atacava a própria população, condenando as violações aos direitos humanos empregadas pelo governo central. Assim, com a justificativa de que Gaddafi havia ferido os preceitos da Resolução 1970, o CSNU, por meio da Resolução 1973, instituiu na Líbia uma *no-fly zone* (zona de exclusão aérea), afirmando que a ação se fazia necessária para proteger os civis. O que se seguiu na Líbia foi um violento conflito com diversas frentes e com ataques promovidos pela Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) sob o preceito de proteção da população, com apoio aos rebeldes por meio dos serviços de inteligência e pelo fornecimento de armamento (Bandeira, 2014).

A intervenção da OTAN no conflito foi direta, com bombardeamentos por parte do Reino Unido, da França e dos Estados Unidos a instalações civis e militares do governo. Jacob Zuma, presidente da África do Sul, em visita à Líbia, afirmou que a presença da OTAN dificultava a ação da União Africana (UA), mas a organização ocidental declarava que não sairia do país até a renúncia de Gaddafi. Os embates entre rebeldes e tropas do governo seguiram por mais alguns meses, causando a morte de um grande número de civis. Com a captura dos combatentes e a morte de Gaddafi, o Conselho Nacional de Transição (CNT), sob a liderança de Mustafa Abdel Jalil, anunciou que a Líbia estava livre. O CNT foi reconhecido internacionalmente como o governo legítimo do país – apesar da posição contrária dos membros do Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral (*Southern Africa Development Community*, SADC, na sigla em inglês), de Cuba e de demais países latino-americanos – e um grupo formado pelas maiores economias do mundo e pelo Secretário Geral da ONU reuniu-se em Paris para discutir o futuro líbio. Já no início de seu governo, Jalil anunciou que a Sharia (lei islâmica) seria imposta no país, anulando leis que garantiam direitos às mulheres e o divórcio instituídas por Gaddafi. A implantação de um regime aliado permitiu ao Ocidente a concessão de contratos de petróleo e de reconstrução da infraestrutura destruída nos combates (Visentini, 2012).

A Primavera Árabe coincidiu com o declínio do capitalismo dos monopólios financeiros, em meio às instabilidades mundiais decorrentes da crise de 2008 (Amin, 2011). Grande bancos e instituições financeiras, como a Goldman Sachs, tiveram papel importante na destruição da Líbia. Em agosto de 2003, a Associação dos Governadores dos Bancos Centrais Africanos anunciou planos para criar um mercado único africano, uma área sem fronteiras internas onde a livre circulação de mercadorias, pessoas, serviços e capital seria garantida. Além disso, propuseram o estabelecimento de um banco central comum que administraria uma moeda única africana até 2021. Na cúpula da União Africana em 2007, realizada em Gana, o presidente da Líbia comprometeu-se a mobilizar as consideráveis reservas de seu país para garantir o lançamento da moeda comum africana. Contudo, a França e a Grã-Bretanha lideraram a oposição aos esforços líbios de utilizar suas reservas para assegurar a moeda comum da África. O presidente francês, Nicolas Sarkozy, foi particularmente explícito ao afirmar que a intervenção na Líbia tinha sido realizada para salvar o euro (Campbell, 2020).

Nos meses subsequentes à invasão da OTAN, os Estados Unidos anunciaram de maneira assertiva planos para a reforma do setor de segurança na Líbia, que ocorreria em paralelo com a "transição" para a democracia. Apesar dos esforços para planejar a reforma do setor de segurança e a "transição" na Líbia, as realidades das ambições da França e da União Europeia (UE) de exercer domínio sobre a África como parte do arco da segurança europeia desencadearam uma competição acirrada entre diversos membros do Conselho de Cooperação do Golfo e da UE, resultando em consequências desastrosas para o continente africano (Campbell, 2020).

Há uma duplicidade nos discursos dos Estados Unidos e da OTAN, à medida que o apoio mascarado ao islã político criou as condições para uma intervenção militar direta, justificada pela “guerra ao terror”. Além disso, desde o princípio, o movimento da Primavera Árabe assumiu a forma de uma revolta armada, que abria fogo contra o exército, de modo que não era, em sua origem, uma manifestação pacífica. A importância de um conjunto de jovens envolvidos – de forma ciente ou não – em uma trama promovida pela CIA não pode ser negligenciada. O conceito de democracia, conforme manipulado por Washington, prevalece em suas atividades na internet. Eles constituem parte dos participantes nas contrarrevoluções coordenadas pelos Estados Unidos, disfarçadas de revoluções democráticas, seguindo o padrão das revoluções coloridas. O caráter violento dos levantes também abriu espaço para que a OTAN oferecesse ajuda militar para proteger a população, criando-se, assim, as condições necessárias para uma intervenção militar por parte das potências estrangeiras. Dessa forma, depois dos levantes, as potências imperialistas preocuparam-se em conservar a dinâmica de

poder. Com esse objetivo, instituiu-se no comando governos que aceitassem o neoliberalismo e que assegurassem os interesses da política externa ocidental (Amin, 2011).

A retirada de supostos ditadores do poder em movimentos pró-democráticos instituiu o caos no continente, à medida que novas forças disputavam o controle do processo político, o que abriu espaço para uma nova onda de intervenções estrangeiras na África. Neste contexto, países ricos em recursos naturais eram os mais vulneráveis, devido a conflitos para o controle dessas áreas. Como resultado, observa-se a desestabilização de vastas regiões no norte da África e na porção ocidental do Sahel à medida que armas, combatentes e refugiados dos focos regionais permeavam os Estados vizinhos (Schmidt, 2018). Com os eventos da Primavera Árabe e, principalmente, a desintegração do Estado líbio, os EUA tentaram, mais uma vez, aumentar o nível de ameaça securitária na região, legitimada pelo suposto tráfico de armas vindo da Líbia para a Al-Qaeda no Sahel, de modo que, já em 2011, uma conferência internacional sobre terrorismo foi organizada para se discutir a situação do Saara-Sahel (Keenan, 2013). Toda a região do Magrebe e do Sahel foi abalada pela guerra de 2011 entre os EUA e a OTAN contra a Líbia e pela Primavera Árabe africana, o que servirá apenas como justificativa adicional para novas incursões e intervenções militares ocidentais na região, sob o pretexto da necessidade de combater o "terrorismo internacional", que foi deliberadamente fomentado, em primeiro lugar, ao apoiar, importar e armar extremistas religiosos para derrubar Gaddafi, um inimigo de longa data dos fundamentalistas (Boyle, 2013).

2.3 AS GUERRAS HÍBRIDAS

Sobre o conceito de Guerra Híbrida, Hugo Fernandes pontua que, na atualidade, tem-se um novo paradigma de guerra. As “novas guerras” são perpetradas cada vez mais por atores não-estatais, o que torna as ameaças difusas. Fernandes entende por guerra híbrida aquela que une métodos convencionais e não-convencionais, que envolvem terrorismo, contrainsurgência, operações de desestabilização, etc. O objetivo principal dessas guerras é desestabilizar os governos oponentes e suas instituições, levando a um vácuo de poder. A guerra híbrida também pode combinar formas de ataques cibernéticos e de informação, que levam à manipulação política e ideológica do conflito. O autor aponta que a dificuldade de controle de espaços não-geográficos – como o ciberespaço – aumentam a complexidade das guerras, já que os atores buscam atacar simultaneamente diversas frentes para desestabilizar o oponente, como, por exemplo, os elementos diplomáticos, informacional e econômico, que causam a sua paralisação (Fernandes, 2016).

De acordo com Valery Gerasimov, chefe do Estado-Maior Geral da Rússia, observa-se na atualidade uma dificuldade para diferenciar os estados de guerra e de paz, já que as guerras não são mais declaradas e, uma vez iniciadas, se desenvolvem de maneiras irregulares. Gerasimov pontua que, apesar de haver uma mudança na forma de se fazer guerra, a escala de mortes, destruição e caos social segue praticamente inalterada, mesmo que o papel de meios não-militares para que se atinja objetivos políticos e estratégicos seja mais proeminente. Dessa forma, o foco passa a ser o uso de medidas políticas, econômicas e informacionais, em conjunto com protestos das populações locais, de maneira que intervenções diretas – como as de *peacekeeping* – sejam utilizadas apenas para garantir o sucesso final do conflito. Outro ponto explorado por Gerasimov é o papel das novas tecnologias de informação para esses tipos de intervenções. Segundo o general, esses instrumentos permitem a redução das lacunas espacial e temporal entre as forças e os órgãos de controle, de maneira que ações de longa distância e sem contato direto vem se tornando o meio principal pelo qual se atingem os objetivos operacionais e de combate. Além disso, o uso das forças especiais de operação dá-se em conjunto com a oposição interna dos próprios países foco, criando-se uma frente de operação permanente em todo o território. Como exemplo do impacto dessas ações, tem-se as revoluções coloridas no norte da África e no Oriente Médio, que confirmam que um Estado estável pode ser transformado em uma área de conflitos intensos em questão de meses e até mesmo dias, tornando-se vítima de intervenções externas e adentrando o caos, com graves crises humanitárias e guerras civis. Para Gerasimov, os eventos da “Primavera Árabe” são típicos da guerra do século XXI (Gerasimov, 2016).

Andrew Korybko, por sua vez, afirma que, atualmente, a guerra indireta é uma das maneiras mais eficientes de combater o inimigo, já que o mundo multipolar e as armas de destruição em massa restringem o confronto direto. Além disso, os elevados gastos de se financiar um confronto direto tornam-se demasiadamente onerosos para os tomadores de decisão das grandes potências. A guerra híbrida tem dois pilares principais: as Revoluções Coloridas e a Guerra Não Convencional. Entende-se por Guerra Não Convencional toda forma não tradicional de guerra, podendo ser insurreições civis, sabotagem, guerrilhas, terrorismo, etc. Dessa forma, inclui atores não convencionais, como é o caso de mercenários, que atacam o oponente de maneira indireta. Sendo o objetivo central da Revolução Colorida a subjugação das instituições públicas e a derrubada da liderança de Estado, se as forças armadas obtiverem êxito na repressão da ofensiva, cria-se o cenário para a Guerra Não Convencional. A multipolaridade do sistema internacional na contemporaneidade vem constringendo a ação de países como os Estados Unidos, que precisam modificar seu *modus operandi* de intervenções

diretas, buscando formas alternativas de ingerência. Assim, a Guerra Híbrida tem por objetivo central provocar a desintegração de um Estado com o intuito de desestabilizar grandes potências concorrentes, como é o caso da Rússia, da China e do Irã, e, por consequência, perpetuar a unipolaridade e a hegemonia norte-americana. Essa desestabilização geralmente ocorre nas zonas de influência das potências rivais, visando o caos generalizado perto de suas fronteiras, onde se formam buracos negros de instabilidade e vazios de poder. Essa estratégia tem como fim derrubar governos não-alinhados ou desfavoráveis aos Estados Unidos, visando, em última instância, a troca de regime (Korybko, 2018).

Korybko (2018) pontua que para iniciar uma Revolução Colorida é necessário disseminar informação entre a população, uma mensagem que incite os indivíduos a derrubar o governo. Com o avanço da tecnologia e com o advento das redes sociais, pessoas com interesses comuns podem organizar-se mais facilmente, mesmo estando fisicamente distantes. Assim, a informação que é disseminada nas redes sociais e direcionada a um grupo alvo específico é fabricada com o objetivo de criar consenso entre o grupo, para que internalize as ideias apresentadas. A importância das redes sociais está ligada, ainda, à capacidade de armazenar dados e mapear gostos e preferências dos usuários. Dessa maneira, a tarefa de traçar um perfil macrossocial é facilitada pelo *Big Data*, e a publicidade dirigida torna-se mais eficiente e precisa. Entende-se, portanto, que o objetivo principal das agências de inteligência ao adentrar as redes sociais é criar uma “mente de colmeia”, fazendo com que as massas se revoltam de maneira unificada e, logo, derrubem os alvos pré-definidos; a discordância em relação ao governo é criada artificialmente por essas redes. No caso da Primavera Árabe, o papel do Facebook foi central, à medida que permitiu o recrutamento de apoiadores, a criação de grupos e a disparada de anúncios e propaganda. O Twitter também desempenhou uma importante função, por meio da difusão de mensagens instantâneas e da organização das informações vinculadas às *hashtags*. A exposição em massa e a cobertura pela mídia internacional abriu espaço para declarações de governos como o dos EUA e de demais países ocidentais, permitindo que se envolvessem em assuntos soberanos dos Estados, mesmo que indiretamente.

A Guerra Não Convencional é uma continuação de um movimento já existente na sociedade, visando auxiliar na derrubada do governo vigente. Segundo Korybko:

A Guerra Híbrida levanta a hipótese de que o conflito pré-existente em questão é uma Revolução Colorida fabricada externamente e que a Guerra Não Convencional pode ser iniciada secretamente quase que imediatamente após o início da Revolução Colorida para atuar como um multiplicador de forças. A campanha de uma Guerra Não Convencional cresce em intensidade até que o governo alvo seja derrubado. Se a Revolução Colorida fracassa, contudo, a Guerra Não Convencional, por fim, assume

seu estágio de levante e começa a enfatizar a letalidade extrema em seus métodos (Korybko, 2018, p. 58).

Dessa forma, a vantagem de se aplicar métodos não convencionais assenta-se no fato de ser uma estratégia indireta de troca de regime, que permite que os responsáveis sejam absolvidos da culpabilidade, já que o apoio é feito por procuração a grupos locais. Há uma confusão entre o civil e o militar que faz com que a detecção dos movimentos pelas autoridades seja dificultada, facilitando a aproximação de alvos como bases de infraestrutura. Observa-se uma continuação lógica entre os processos de Revoluções Coloridas e de Guerra Não Convencional, uma vez que, aqueles que participaram ativamente das manifestações públicas, temendo que seus objetivos de derrubar o governo não sejam alcançados, unem-se a combatentes armados contra o poder central. Essa transição é a ideia central da teoria das Guerras Híbridas. A Guerra Não Convencional pode assumir duas formas distintas: uma em que se espera o momento oportuno para intervir diretamente – “cenário de guerra geral” – e outra em que a possibilidade de se intervir diretamente é improvável – “cenário de guerra limitada” –. Korybko aponta que, quanto mais próximos os núcleos alvos (China, Rússia e Irã) estiverem dos focos de desestabilização, menor a chance de haver uma intervenção direta, de modo que apenas métodos indiretos sejam aplicados. É comum que haja um estudo de viabilidade para que se determine as chances de sucesso da operação, com o envio de especialistas militares a campo. É importante também que se determinem fatores psicológicos chave, para que seja possível identificar as ações capazes de mudar ou reforçar comportamentos em determinados grupos (Korybko, 2018).

O *timing* também é muito importante para o sucesso de uma Revolução Colorida; se o momento não for acertado a ação pode fracassar. O primeiro estágio do movimento é chamado de “fase latente” e corresponde à preparação da população para resistência, por meio de técnicas que incluem a propaganda, manifestações, boicotes, etc. O segundo estágio, denominado “guerra de guerrilha”. Afirma-se que, para que a Guerra Não Convencional comece com êxito e atraia o maior número possível de adeptos, é necessário que ocorra uma fagulha que desencadeie uma insurreição. Essa fagulha é identificada pela teoria da Guerra Híbrida como uma Revolução Colorida. Juntamente com as redes que são estabelecidas antes de seu início, ela solidifica segmentos estratégicos da população contra as autoridades e fortalece as forças que buscam a troca de regime. A transição para a guerra de guerrilha tem início uma vez desencadeada a insurreição, seja pelo fracasso da Revolução Colorida, pela provocação das autoridades em se defender com o uso da força, entre outros fatores. O propósito desta etapa é deteriorar o aparato de segurança do governo (os elementos militares e policiais do poder

nacional) a ponto de tornar o governo vulnerável à derrota. Isso pode se concretizar através do aumento da sabotagem, ataques estratégicos contra as forças e infraestrutura governamentais, disseminação estratégica de comunicações direcionadas à população em geral (ou seja, expansão da infraestrutura de informação criada para a Revolução Colorida) e ampliação do aparato de inteligência do movimento contra o governo. A ideia é preparar o terreno para a terceira e última fase: a guerra de movimento. O último estágio é denominado “guerra de movimento”, já que os insurgentes estão se movimentando ativamente para "libertar" o povo e o território que, em seguida, precisará ser administrado. Os combatentes estão em constante movimento, trabalhando ativamente para derrubar o governo. Nesse estágio, eles podem até incorporar métodos convencionais e armas confiscadas ao seu repertório na tentativa de conduzir a revolução a uma conclusão. Se enfrentarem resistência, no entanto, a guerra de movimento retorna à fase da guerra de guerrilha até recuperar sua força física e capacidade de lançar a contraofensiva necessária para restabelecer o conflito em seu auge (Korybko, 2018).

Korybko conclui que a Guerra Não Convencional constitui o segundo e último pilar na teoria da Guerra Híbrida. Ela surge organicamente a partir de uma Revolução Colorida, que a precede, e se desenvolve com base na rede de indivíduos interconectados anteriormente estabelecida. A Guerra Não Convencional segue determinados padrões das teorias militares e estratégicas, assim como as Revoluções Coloridas, buscando cumprir o objetivo final de provocar a troca de regime (Korybko, 2018). Assim, o principal objetivo subjacente a todas as Guerras Híbridas é perturbar os projetos multipolares de conexão transnacional, promovendo conflitos de identidade instigados externamente, como questões étnicas, religiosas, regionais e políticas, dentro de um estado de trânsito específico (Korybko, 2016).

3 CONFLITOS E INTERVENÇÕES NO SAHEL

No presente capítulo, serão apresentados os conflitos internos iniciados no Sahel a partir do ano de 2010, após os eventos da Primavera Árabe. Após, será discutida a nova onda de intervenções na região do Sahel iniciadas neste mesmo período.

3.1 CONFLITOS INTERNOS

As repercussões da Primavera Árabe no norte da África tiveram efeitos abrangentes em diversas localidades. Os desdobramentos dos eventos desencadeados pela remoção de Gaddafi reverberou por toda a região, uma vez que armamentos avançados dos arsenais líbios caíram nas mãos de criminosos e insurgentes no norte da África e no Sahel Ocidental. As armas, os combatentes e os refugiados se dispersaram para os países vizinhos, desestabilizando regimes na região. No Mali, a morte de Gaddafi alimentou um movimento separatista, uma insurgência jihadista apoiada por afiliados da Al-Qaeda, um golpe militar e uma intervenção militar estrangeira. A intervenção de atores externos, como a Comunidade Econômica dos Estados da África Ocidental (CEDEAO), a UA, a ONU, a UE, a França e os Estados Unidos, juntamente com jihadistas estrangeiros vinculados à rede Al-Qaeda, foi justificada como uma resposta à instabilidade regional e um esforço para combater o terrorismo internacional (Schmidt, 2018).

O número absoluto de eventos de conflito na região do Saara-Sahel aumentou significativamente nos últimos 19 anos, registrando um crescimento de 565% após 2011. Atualmente, essa região representa aproximadamente 20% de todos os conflitos na África e quase 5% dos conflitos globais. Após 2011, observou-se um aumento expressivo nos eventos de conflito na Líbia e no Mali; esses conflitos espalharam-se, formando vários grupos (Brito *et al.*, 2018). A instabilidade que assolou o Mali em 2012 evoluiu para uma crise prolongada e abrangente em toda a região do Sahel. Atualmente, a região enfrenta diversas ameaças em constante movimento, especialmente nos Estados do Mali, Burkina Faso e Níger. De 2012 a 2019, esses Estados testemunharam 1.463 confrontos armados, resultando na morte de 4.723 civis nas mãos de 195 grupos armados violentos, em 1.263 locais distintos. A violência atingiu seu pico em 2019 e permanece em níveis elevados, indicando que um ponto perigoso foi alcançado e que novas linhas de frente estão se formando. Essa onda de conflitos não se manifestou inicialmente como uma ideologia abertamente islâmica ou mesmo coerente, mas emergiu oportunisticamente. A retórica populista, as demonstrações de autoridade estatal enfraquecida, a presença ou ausência de um setor de segurança eficaz e a militarização de

vizinhanças, meios de subsistência e comunidades são fatores que contribuem para a disseminação da violência no Sahel para além da região imediata (Raleigh, Nsaibia e Dowd, 2020).

3.1.1 Crises políticas e golpes de Estado

A situação socioeconômica adversa agravada pelos impactos da crise econômica internacional e as ameaças decorrentes da ascensão de células e grupos terroristas fomentaram as contradições entre as diferentes forças políticas dos países da região. Um elemento comum às crises políticas dessas nações foi a ocorrência de golpes de Estado. Esse denominador comum indicava que o setor militar havia aumentado seu nível de ativismo dentro da vida política. Nessas ações, os militares interromperam os processos políticos em curso em seus respectivos países. As causas que desencadearam cada uma dessas crises variaram, mas predominaram os fatores internos, exceto no caso do Mali, onde a influência de fatores externos foi significativa. Em razão desses elementos, a convergência de ambas as influências, no Mali, contribuiu para uma intensificação considerável da crise a partir de 2012, afetando praticamente todos os países da região (González, 2018).

Até 2012, o Mali era descrito como um "garoto-propaganda da democracia" e considerado o país mais politicamente estável em uma região marcada por golpes de Estado. No entanto, a realidade mostrava que o país estava mergulhado em fraturas étnicas, sociais e econômicas. Uma das mais significativas era o conflito entre os tuaregues, um grande grupo étnico nômade localizado no norte do Mali, sul da Argélia e oeste do Níger, e os povos sedentários do sul do país. Os tuaregues não formavam a maioria no norte e não apresentavam uma frente unida contra o governo em Bamako. Dentro da complexa federação de tribos tuaregues, diversas facções historicamente buscavam maior autonomia em relação à capital, enquanto outras foram cooptadas por Bamako através de uma estratégia de dividir para governar. Desde a década de 1960, tribos que buscavam maior autonomia lançaram várias rebeliões contra o governo central, sendo cada uma delas reprimida violentamente pelo Estado. Apesar da conclusão de um elaborado acordo de paz, conhecido como "*flamme de la paix*", em 1994, a desconfiança mútua persistiu ao longo dos anos, contribuindo para a instabilidade no país. Esses fatores complexos revelam uma narrativa mais detalhada por trás da fachada de estabilidade política atribuída ao Mali até 2012 (Boeke e Schuurman, 2015).

Em janeiro de 2012, os rebeldes tuaregues no norte do Mali iniciaram a quarta e mais destrutiva rebelião desde a independência do país da França em 1960. Dois fatores catalisadores

para o ressurgimento do conflito étnico foram a criação do novo movimento político para autogoverno tuaregue, Movimento Nacional de Libertação de Azawade (MNLA, em francês *Mouvement national de libération de l'Azawad*), em 2011, e o retorno ao Mali de combatentes e armas tuaregues após o colapso do regime líbio de Gaddafi em 2011. Nessa perspectiva, a crise no Mali pode ser vista como uma das consequências da intervenção da OTAN na Líbia, que atuou como a faísca que reavivou um conflito latente. Além da questão tuaregue, o Mali também enfrentou desafios significativos relacionados à má governança e à corrupção endêmica. Durante o mandato do presidente Amadou Toumani Touré, de 2002 a 2012, uma pequena elite acumulou poder político e riquezas econômicas no país. Embora o subdesenvolvimento do norte tenha sido uma das principais queixas dos tuaregues, as cidades do sul, fora de Bamako, também eram igualmente subdesenvolvidas e carentes de recursos. A corrupção e o nepotismo esvaziaram o Exército do Mali, que desmoronou à medida que os rebeldes do MNLA avançavam para o sul. Em 22 de março de 2012, apenas um mês antes das eleições presidenciais e com o norte do país em tumulto devido às rebeliões, um motim de oficiais subalternos do exército transformou-se em um golpe espontâneo, encerrando abruptamente 20 anos de processo democrático contínuo (Boeke e Schuurman, 2015).

O golpe acelerou a completa derrota do Exército do Mali, resultando na perda das principais cidades do norte e de dois terços do território do país para as forças rebeldes. Enquanto o Mali enfrentava desafios para estabelecer uma presidência interina, os rebeldes do MNLA no norte ocupado viram seu próprio levante étnico-separatista sendo sequestrado por seus parceiros islâmicos radicais de conveniência. Em junho de 2012, o MNLA foi marginalizado pela AQMI, pelo Movimento pela Unidade e Jihad na África Ocidental (MUJAO) e pelo Ansar Dine. Esses grupos assumiram violentamente o controle do poder recentemente conquistado pelos separatistas tuaregues. A partir do verão de 2012, os três grupos islâmicos passaram a exercer controle efetivo sobre o norte do Mali (Boeke e Schuurman, 2015). O país foi o epicentro do TSCTP, com oficiais militares de toda a região, desde o Marrocos até a Nigéria, participando das operações. A sociedade malinesa foi ainda mais corroída pelo tráfico, pela militarização e pelo influxo de refugiados decorrentes do desastre na Líbia. O golpe foi liderado pelo capitão Amadou Sanogo, um oficial treinado pelos americanos. Após o golpe, a complexa trama envolvendo interesses franceses criou as condições para que soldados do exército líbio, entre os tuaregues, ingressassem na região norte do Mali (Campbell, 2020).

Na República Centro-Africana (RCA)⁴, o movimento rebelde Séléka surgiu como uma coalizão de milícias predominantemente muçulmanas, opondo-se ao governo. Em dezembro de 2012, lançou uma ofensiva direcionada à população cristã e aos apoiadores do presidente François Bozizé. A Séléka rapidamente ganhou terreno, avançando em direção a Bangui, a capital. Embora um acordo de paz tenha sido assinado em janeiro de 2013 entre a Séléka e o governo de Bozizé, a frustração com o acordo e a relutância de Bozizé em cumpri-lo resultaram em novos confrontos. Perdendo o apoio do Chade, um aliado próximo, e falhando em obter a intervenção da França, Bozizé foi deposto pelos rebeldes. Em 25 de março de 2013, Michel Djotodia se autodeclarou presidente da RCA, mergulhando o país em uma crise ainda mais intensa. Embora oficialmente a Séléka tenha sido desmantelada em setembro de 2013, o grupo persistiu. Conflitos violentos ocorreram entre a Séléka e o emergente anti-Balaka, um grupo formado principalmente por jovens cujas famílias foram vítimas da campanha brutal da Séléka e que agora buscavam vingança (Welz, 2014).

Em Burkina Faso, em junho de 2014, o partido no poder solicitou ao presidente que organizasse um referendo para possibilitar uma alteração constitucional, visando buscar a reeleição em 2015. Contudo, essa proposta de emenda constitucional gerou uma profunda divisão dentro do partido governante, resultando na renúncia de cerca de 70 membros proeminentes do Bureau Político Nacional no início de 2014. Conforme amplamente antecipado em todo o país, uma proposta para estender o mandato foi apresentada à Assembleia Nacional, iniciando um debate em 30 de outubro de 2014, com o objetivo de emendar a Constituição mais uma vez para permitir que Compaoré buscasse a reeleição. Em resposta a essa situação, manifestantes invadiram a Assembleia Nacional em Uagadugu, incendiando-a e saqueando escritórios. Diante desse cenário, Compaoré declarou imediatamente estado de emergência e ofereceu-se para resolver o impasse político liderando um governo de transição até as eleições. No mesmo dia em que o tenente-coronel Isaac Yacouba Zida se declarou o novo líder de Burkina Faso, anunciou a renúncia do presidente e propôs a instalação de um governo de transição, os golpistas dissolveram a Assembleia Nacional, efetivamente instituindo leis marciais (Omede, Ngwube e Okoroafor, 2018).

⁴ Como previamente mencionado na Introdução, apesar de a República Centro-Africana não estar localizada geograficamente na região do Sahel, os eventos que ocorreram nessa área tiveram um impacto geopolítico direto na desestabilização do país, principalmente devido aos conflitos em Darfur e no Chade; a região nordeste da RCA tem servido como refúgio e base operacional para grupos rebeldes do Chade e do Sudão. De maneira mútua, os processos internos da RCA também exercem uma influência significativa nos demais países do Sahel, devido às fatalidades e os deslocamentos resultantes dos conflitos. Assim, esse Estado será igualmente incluído na análise dos processos da região.

Os persistentes apelos, tanto internos quanto externos, por um rápido retorno ao governo civil foram atendidos com a assinatura da carta de transição em 17 de novembro de 2014. Essa carta delineou a estrutura legal para uma transição liderada por civis. Após semanas de negociações entre o exército e as principais partes civis interessadas, estabeleceu-se um governo transitório, predominantemente civil. Michel Kafando, um ex-diplomata, assumiu a presidência interina e o cargo de ministro das Relações Exteriores, enquanto Zida tornou-se primeiro-ministro e ministro da Defesa. Um conselho de transição composto por 90 membros foi formado para atuar também como parlamento do país. Em novembro de 2015, o governo de transição chegou ao fim com a bem-sucedida eleição de um novo presidente, Marc Kaboré (Omede, Ngwube e Okoroafor, 2018).

A tendência de golpes militares em Burkina Faso persistiu em 2015, culminando no chamado "golpe dos sete dias". O general Diendéré, líder do Regimento de Segurança Presidencial (RSP), uma unidade militar criada por Blaise Compaoré, aproveitou-se do governo interino frágil liderado por Michel Kafando para dissolver o governo de transição. Diendéré, assessor de Blaise Compaoré, orquestrou a detenção das principais figuras do regime interino e exigiu alterações nas leis eleitorais que excluía os apoiadores de Compaoré de participar nas eleições do país. O golpe foi justificado por Diendéré como uma ação para evitar a desorganização de Burkina Faso devido à insegurança iminente durante as pré-eleições. Esse golpe interferiu nos planos das eleições programadas para outubro de 2015, mas estas foram realizadas em novembro, resultando na eleição de Roch Marc Christian Kaboré para a presidência (Sawo, 2017).

A partir de 2020, uma série de golpes voltou a atingir os países do Sahel. O Mali passou por dois golpes de Estado, um em 2020 e outro em 2021. O primeiro, em 18 de agosto de 2020, depôs o presidente Ibrahim Boubacar Keita e foi liderado pelo coronel Assimi Goïta. O presidente deposto enfrentou acusações de não lidar adequadamente com a deterioração da segurança e corrupção generalizada. Contudo, a pressão da União Africana e da CEDEAO levou a junta militar a concordar com a formação de um governo de transição, liderado por civis e oficiais aposentados, com duração máxima de 12 meses, como parte de um plano para realizar eleições gerais. O ex-ministro da Defesa, Coronel Bah Ndaw, assumiu a presidência em 25 de setembro de 2020, mas logo entrou em conflito com os militares que mantinham sua influência no país. Goïta liderou outro golpe, depôs Ndaw devido a desentendimentos sobre a reformulação do gabinete, na qual dois oficiais militares perderam seus cargos. Após o segundo golpe, Goïta tornou-se líder da autoridade de transição e chefe de Estado, conforme decidido pelo Tribunal Constitucional em 28 de maio de 2021. Em 25 de outubro de 2021, uma

intervenção militar no Sudão deslocou os líderes civis de transição, com a responsabilidade de guiar o país rumo à governança democrática após 30 anos de governo de Omar al-Bashir, removido do poder em 2019. Desde 15 de abril de 2023, um conflito de poder entre o General Burhane e seu ex-subordinado Mohamed Hamdane Daglo resultou em mais de 5.000 mortes em todo o país (Mahmoud e Taifouri, 2023).

Burkina Faso também enfrentou dois golpes. O primeiro, em janeiro de 2022, envolveu o tenente-coronel Paul-Henri Sandaogo Damiba detendo o presidente eleito Roch Marc Christian Kaboré, culpando-o pela falta de sucesso no combate aos movimentos insurgentes jihadistas no país. Damiba formou um conselho militar sob seu comando, no entanto, essa junta militar logo perdeu território para os mesmos insurgentes, resultando na remoção de Sandaogo Damiba do poder em outro golpe liderado pelo capitão Ibrahim Traoré. Burkina Faso, de fato, enfrentou décadas de um governo militar corrupto e opressivo, mas ao mesmo tempo testemunhou um dos movimentos populares mais vigorosos em busca da democracia na região do Sahel. Traoré destaca-se como um exemplo único entre os novos líderes golpistas da região, conquistando apoio popular devido aos seus discursos, a exemplo de seu discurso durante a cúpula Rússia-África em julho, que foi calorosamente recebido em Burkina Faso e nos países vizinhos, especialmente ao abordar as formas de neocolonialismo e imperialismo enfrentadas por seu país. Traoré assumiu como presidente de transição até as eleições presidenciais programadas para julho de 2024. O golpe no Níger atraiu atenção internacional, especialmente devido à postura firme da França em relação a ele, que divergia da situação enfrentada pelos países vizinhos do Níger. Em 26 de julho de 2023, os militares declararam a bem-sucedida destituição do presidente Mohamed Bazoum no Níger, com o general Abdourahamane Tiani assumindo a liderança (Mahmoud e Taifouri, 2023).

3.1.2 Ameaças terroristas e de secessão

A Primavera Árabe criou condições para que o terrorismo do Oriente Médio se espalhasse para muito além dos países árabes. Uma das regiões em que a Primavera Árabe atuou como um gatilho para a atividade terrorista é o Sahel (Issaev, Fain e Korotayev, 2021). A partir de 2010, o Sahel experimentou um aumento dramático na atividade terrorista, com o número de ataques em 2015 sendo mais de sete vezes superior ao registrado em 2010. Uma característica essencial da Primavera Árabe é o colapso ou enfraquecimento substancial de regimes que anteriormente eram eficazes na contenção de atividades terroristas. A queda dos regimes no poder no Egito e na Tunísia e o colapso das estruturas estatais na Líbia criaram

condições favoráveis para o surgimento do Estado Islâmico (EI), cujas células logo começaram a aparecer em vários países da África (Issaev, Korotayev e Bobarykina, 2022). O regime liderado pelo presidente Gaddafi desempenhou um papel crucial como uma fonte de estabilidade na região. Gaddafi era um opositor decidido da Al-Qaeda e estava intensificando sua cooperação com o Ocidente em questões de segurança. Assim, a guerra civil iniciada em 15 de fevereiro de 2011 e a desestabilização do regime de Gaddafi resultou em um benefício para a Al-Qaeda na região (Larémont, 2011).

A ausência de ações efetivas do governo leva à desintegração da população e à desestabilização política. Portanto, a população desse Estado "sem governo" torna-se vulnerável, o que permite que milícias e grupos terroristas obtenham apoio de indivíduos mais desfavorecidos e isolados. Assim, anos de governança ineficaz no Sahel resultaram na formação de vastas áreas sem controle, que são exploradas por milícias (Issaev, Fain e Korotayev, 2021). Os eventos recentes na África Subsaariana têm acentuado a tendência de categorizar praticamente todos os grupos islâmicos violentos como manifestações locais de uma única ideologia jihadista global, ou, em casos extremos, como células individuais em uma rede única e amorfa da Al-Qaeda. Existem motivos políticos evidentes para abordar esses grupos como uma entidade homogênea e indiferenciada, uma perspectiva que ressoa em diversos lados do conflito em curso (Dowd e Raleigh, 2013). A fragilidade das instituições estatais ao redor das fronteiras entre os países possibilitou o florescimento desses grupos em áreas periféricas e cidades fronteiriças, visando pessoas de diversos países simultaneamente. Além disso, esses grupos se beneficiam da baixa segurança ao longo das fronteiras entre os Estados do Sahel, permitindo-lhes movimentar-se livremente entre os países vizinhos (Dieng, 2021).

A atividade terrorista no Mali começou a aumentar drasticamente em 2011, especificamente, em outubro deste ano, quando surgiu no norte do país o MNLA, liderado por Bilal Ag Acherif. O surgimento dessa organização foi diretamente influenciado pela Primavera Árabe e pela desestabilização na Líbia. Em primeiro lugar, após a queda do governo de Gaddafi, os tuaregues armados começaram a retornar ao Mali e ao Níger; os principais líderes e um contingente significativo do movimento tuaregue retornaram ao Mali. Muitos deles eram refugiados políticos insatisfeitos com as políticas em relação à minoria tuaregue adotadas por esses países. O elemento islâmico desempenhou um papel significativo na rebelião tuaregue. Um exemplo da combinação entre islamismo e separatismo tuaregue é o grupo terrorista "Ansar Dine". Após a queda de Gaddafi, o líder do movimento retornou ao Mali, mas em vez de se unir ao secular MNLA, fundou a organização islâmica radical Ansar Dine. O grupo tem como

objetivo impor a lei da Sharia em todo o Mali e estabelecer um novo Estado independente em Azawad (Issaev, Fain e Korotayev, 2021).

Em 2012, o Ansar Dine assinou um tratado com duas outras organizações islâmicas: AQMI e o MUJAO. Juntas, essas organizações planejavam lutar pelo controle do norte do país. Assim, a região de Azawad (vizinha à Líbia) tornou-se o epicentro das atividades tuaregues e islâmicas. É importante notar que o aumento substancial das atividades terroristas e dos grupos islâmicos no Mali não é apenas atribuído à Al-Qaeda. O EI também desempenhou um papel significativo nesse cenário. Assim como a Al-Qaeda, o Estado Islâmico possui sua própria filial na região do Sahel, conhecida como Estado Islâmico no Grande Saara (EI-GS). Atualmente, há uma competição em curso entre a Al-Qaeda e o EI no Mali, o que resulta em um aumento no número de ataques terroristas (Issaev, Fain e Korotayev, 2021).

O Níger é o segundo país que foi integralmente afetado pelo terrorismo tuaregue e islâmico. Após a Primavera Árabe, houve um aumento significativo no número de ataques terroristas, e, a partir de 2011, o Níger enfrentou desafios semelhantes aos do Mali. O retorno em massa dos tuaregues da Líbia contribuiu para novos ataques por parte dos movimentos tuaregues, enquanto os islamitas também se tornaram mais ativos. A influência do EI-GS teve um impacto destrutivo no país. Além disso, o grupo Boko Haram representa uma das maiores ameaças à segurança do Níger. Em 2015, o Boko Haram jurou lealdade ao Estado Islâmico, tornando-se a "Província da África Ocidental do Estado Islâmico" na região. Um dos principais objetivos da organização no Níger e em outros países é difundir a lei da Sharia e combater qualquer manifestação da cultura ocidental. Tanto no Níger quanto no Mali, o Boko Haram e o Estado Islâmico têm sido responsáveis por numerosos ataques. No Níger, a interligação entre islamismo e a questão tuaregue é evidente. Isso se reflete na desestabilização do país de duas maneiras principais. Primeiramente, muitos dos ataques terroristas são coordenados por grupos do Mali, que incluem tuaregues islâmicos, como o MUJAO, em aliança com o Ansar Dine e a AQMI. Em segundo lugar, a ameaça terrorista concentra-se atualmente na região norte de Agadez e nas áreas fronteiriças com o Mali e a Argélia, regiões tradicionalmente habitadas por tuaregues. Portanto, a atividade terrorista no Níger é uma extensão do cenário no Mali, complicada pela presença do Boko Haram (Issaev, Fain e Korotayev, 2021).

Em 2015, houve um aumento repentino de ataques terroristas no Chade, principalmente devido ao fator Estado Islâmico. O Boko Haram, que já estava presente no Chade próximo ao lago de mesmo nome, intensificou drasticamente sua violência após se afiliar ao Estado Islâmico. Essa escalada não apenas resultou da aliança, mas também foi uma resposta à intervenção militar do Chade no Mali, onde soldados chadianos participaram de operações

contra grupos islâmicos. O aumento da violência incluiu dois atentados suicidas em N'Djamena, além de vários ataques a vilarejos e bases militares. A situação no país rapidamente se deteriorou, levando à declaração do estado de emergência em novembro de 2015, que foi subsequentemente proclamado novamente diversas vezes desde então. O Boko Haram continua sendo a principal ameaça à segurança do Chade, mas não é a única. Após a Primavera Árabe, combatentes líbios cruzaram livremente a fronteira do Chade, representando outra ameaça terrorista significativa. Esses ex-combatentes líbios, agora reunidos na organização Frente pela Alternância e Concórdia no Chade (*Front pour l'alternance et la concorde au Tchad*, FACT, na sigla em francês), desempenham um papel ativo em combates militares contra o governo do Chade, resultando na morte do presidente Idriss Deby durante um dos confrontos. Assim, a desestabilização do Chade é uma consequência adicional da Primavera Árabe. Além disso, a aliança do Boko Haram com o Estado Islâmico intensificou ainda mais a hostilidade do grupo, enquanto os rebeldes do norte do Chade estão diretamente relacionados à instabilidade na Líbia (Issaev, Fain e Korotayev, 2021).

Burkina Faso apresenta um caso particular de desestabilização no Sahel, com um mecanismo distinto de aumento das atividades terroristas em comparação com os casos previamente mencionados. A Revolução Burquinense em outubro-novembro de 2014, seguida por um golpe militar em 2015, exacerbou ainda mais a instabilidade interna. A desestabilização em Burkina Faso foi acompanhada por um notável aumento na atividade terrorista, protagonizado por grupos como a AQMI e o EI. Por exemplo, a AQMI reivindicou a responsabilidade pelos ataques em Uagadugu em 2016, enquanto sua filial, Nusrat Al-Islam, assumiu os ataques na mesma cidade em 2018. Dessa forma, a AQMI desempenhou mais uma vez um papel significativo na desestabilização regional. O EI também marcou presença em Burkina Faso, sendo responsável por diversos ataques no norte do país. A situação tornou-se tão crítica que, em 2018, o governo foi compelido a declarar o estado de emergência em várias regiões do norte, especialmente na área de fronteira com o Mali, devido ao nível crítico da atividade terrorista (Issaev, Fain e Korotayev, 2021).

O aumento repentino da atividade terrorista após o colapso do regime em Burkina Faso segue um padrão semelhante aos casos observados em outros países árabes, como Líbia, Iêmen e outros, nos quais a queda ou enfraquecimento de regimes robustos resultou imediatamente na ativação de organizações terroristas. Essa dinâmica pode ser explicada pelo fato de que os regimes na região eram frequentemente eficazes na repressão de grupos terroristas. Em Burkina Faso, Blaise Compaoré mantinha acordos com grupos terroristas, incluindo a Al-Qaeda e diferentes grupos tuaregues do Mali. Com a queda do regime, todas essas conexões foram

interrompidas, levando a um rápido aumento das atividades terroristas. Vale notar que a Revolução Burquinense de 2014, influenciada pela Primavera Árabe e apelidada pelos manifestantes locais de "Primavera Negra" e "Revolução 2.0", desencadeou essa explosão nas atividades terroristas, semelhante ao caso da Líbia, onde o regime centralizado era capaz de reprimir efetivamente o terrorismo. A queda do regime de Blaise Compaoré resultou em um rápido aumento das atividades terroristas, destacando a complexa relação entre regimes autoritários, repressão e o surgimento de grupos extremistas após mudanças políticas significativas (Issaev, Fain e Korotayev, 2021).

Em 2019, Burkina Faso, Mali e Níger registraram mais de 4.000 vítimas de ataques terroristas, resultando no deslocamento de mais de meio milhão de pessoas. A crescente presença de grupos terroristas no Sahel também exacerbou o crime organizado e as redes criminosas, que passaram a funcionar como rotas para atividades como tráfico de drogas, comércio de armas, tráfico de pessoas e sequestros para resgate. Cada Estado do Sahel implementou diversas medidas de contraterrorismo em nível nacional para abordar esses desafios. No entanto, há argumentos de que essas medidas de contraterrorismo resultaram em mais mortes de civis do que originalmente pretendiam evitar (Dieng, 2021).

3.1.3 Confrontos armados locais

Os constantes conflitos entre as forças armadas e grupos armados obrigaram milhões de civis a abandonar suas residências em diversos países da região do Sahel. Atualmente, Burkina Faso enfrenta uma situação devastadora devido a conflitos armados e outras formas de violência, com diversas causas contribuindo para os diferentes episódios de conflito. A instabilidade crescente tem sido uma realidade desde a Revolta de 2014, e a partir de 2016, observou-se uma série de ataques contínuos contra as forças militares e civis em Burkina Faso perpetrados por grupos extremistas. Estes grupos têm uma presença significativa não apenas em Burkina Faso, mas também no país vizinho, Mali. Além disso, os vários grupos extremistas envolvidos nesses conflitos frequentemente enfrentam discordâncias ideológicas, ligadas às suas lealdades a diferentes organizações, como Al-Qaeda ou Estado Islâmico, resultando em conflitos entre eles. Além disso, a presença limitada das instituições estatais fora da capital, Uagadugu, e a desconfiança generalizada da população em relação a essas instituições resultaram na proliferação de diversos grupos de autodefesa em áreas vulneráveis a ações de grupos armados extremistas e outros elementos criminosos. Estes grupos, inicialmente

formados como resposta legítima às ameaças, acabaram envolvidos em conflitos étnicos ou comunitários, muitos dos quais resultaram em perdas humanas significativas (Dieng, 2021).

O Mali enfrenta um conflito armado contínuo desde 2012. Apesar de vários acordos de paz entre as partes envolvidas, nenhum deles conseguiu alcançar uma resolução decisiva para o conflito. Estimativas indicam que, de maio de 2020 a junho de 2021, mais de 2.000 pessoas perderam a vida nos persistentes confrontos armados no Mali. As raízes subjacentes do conflito remontam a décadas e apresentam uma complexidade significativa. A falta de confiança entre os diversos grupos étnicos, desigualdades horizontais, preocupações ambientais e a concentração de poder nas mãos de poucos são algumas das questões que têm se deteriorado ao longo de décadas e continuam a manifestar-se até os dias atuais. Além dos tuaregues, embora em níveis de intensidade diferentes, outros grupos, como as comunidades árabes, Songhay e Fulani no Mali pós-colonial, também têm participado de episódios de violência armada. Nos últimos dez anos, observaram-se confrontos persistentes entre o exército malinês e grupos armados no norte do país. Além disso, ocorreram confrontos entre grupos armados e outros conjuntos designados como "terroristas" na região (Dieng, 2021).

O Níger, com fronteiras compartilhadas com Burkina Faso e Mali, tem enfrentado as consequências catastróficas dos confrontos armados envolvendo as forças do Estado, grupos armados e extremistas nas últimas décadas. A violência armada interna e os efeitos colaterais dos conflitos nos vizinhos Burkina Faso e Mali, por um lado, e na Líbia, por outro, têm contribuído para a instabilidade e crescentes preocupações com a segurança no Níger. Apenas no primeiro semestre de 2021, mais de 540 mortes de civis relacionadas a conflitos foram registradas no Níger. O Chade também foi marcado por consideráveis episódios violentos e tensões intercomunitárias. A situação neste país do Sahel envolve uma história política complexa, porém devastadora. Nas últimas décadas, foram registrados conflitos armados e situações de violência, particularmente relacionadas à política e às eleições, bem como ao uso da terra entre indígenas e não indígenas devido a processos de reassentamento. Na Província Lac, situada na Bacia do Lago Chade, a insegurança decorrente dos conflitos armados resultou em consequências humanitárias catastróficas. Além disso, os conflitos provenientes de países vizinhos não-sahelianos, como a Líbia e a República Centro-Africana, juntamente com a presença de grupos "terroristas" em outras regiões do Sahel, resultaram em fatalidades e deslocamentos de civis. O Chade tem sido alvo de operações violentas por parte de grupos extremistas, provocando a perda de centenas de vidas civis, inclusive na capital, N'djamena (Dieng, 2021).

Na sub-região da África Central, onde a RCA está situada, as condições sociopolíticas e econômicas têm sido adversamente afetadas por conflitos e guerras semelhantes aos que ocorrem no Chade. Observa-se uma disseminação significativa de violência tanto interna quanto entre estados na sub-região, destacando-se especialmente em nações como a RCA e o Chade (Kam Kah, 2016). Nos últimos vinte anos, os conflitos em Darfur e no Chade intensificaram a instabilidade na RCA e ampliaram a influência desses Estados em Bangui. Historicamente, a região nordeste da RCA tem sido utilizada como refúgio e base operacional por grupos rebeldes do Chade e do Sudão, aparentemente respaldados pelos respectivos governos em meio ao conflito em Darfur e à guerra civil no Chade. A ênfase da comunidade internacional em estabilizar a RCA durante períodos episódicos de violência no país, sem abordar as causas subjacentes do conflito, resultou apenas em uma paz intermitente, contribuindo para a persistência dessa tendência. A intervenção na RCA envolveu a União Africana, a ONU, a Comunidade dos Estados Sahel-Saarianos (CEN-SAD), a Comunidade Econômica dos Estados da África Central (CEEAC) e a França (Knoope e Buchanan-Clarke, 2017).

A mais recente onda de violência na RCA teve início em dezembro de 2012, quando a Séléka iniciou sua marcha em direção a Bangui. Esta coalizão, composta por quatro grupos rebeldes, majoritariamente muçulmanos, derrubou o presidente François Bozizé em 13 de março de 2012. Michel Djotodia, o líder da Séléka, originário da província de Vakaga, no nordeste do país, tornou-se o primeiro presidente muçulmano da RCA. No entanto, Djotodia não conseguiu exercer controle efetivo sobre os membros da Séléka. Durante sua presidência, ocorreram saques, confrontos e atrocidades generalizadas, principalmente direcionadas às populações não muçulmanas da RCA, prejudicando ainda mais a situação. Em resposta, surgiram grupos locais de autodefesa anti-Balaka, financiados e apoiados por Bozizé e outros políticos depostos pela Séléka. Djotodia dissolveu a Séléka em setembro de 2013, mas, em dezembro do mesmo ano, combatentes anti-Balaka atacaram bairros muçulmanos em Bangui, perpetrando atos de crueldade sem precedentes, incluindo mutilações públicas e destruição sistemática de propriedades. Diante desse cenário, Djotodia renunciou em janeiro de 2014, e um governo de transição liderado por Catherine Samba-Panza, ex-prefeita de Bangui, assumiu o poder. Apesar do envio de uma missão de manutenção da paz da ONU um ano depois, a violência não cessou completamente (Brown e Zahar, 2015).

Em 2017, os conflitos na RCA intensificaram-se, levando as agências de ajuda a se retirarem e obrigando a MINUSCA⁵, a missão de manutenção da paz da ONU, a aumentar o contingente de suas tropas. Apesar da assinatura de um acordo de paz em junho de 2017 entre o governo e treze das quatorze principais facções armadas, este teve pouco impacto. As milícias ex-Séléka e anti-balaka, juntamente com inúmeros outros grupos locais, operam abertamente e controlam uma parte significativa do território da RCA. Entre 2018 e 2020, ocorreram confrontos esporádicos entre o governo e grupos armados cada vez mais fragmentados. Os militantes persistiram em ataques contra civis, principalmente em locais de culto. Apesar da assinatura de um acordo de paz em fevereiro de 2019 entre o governo e catorze grupos armados, a implementação da maioria de seus princípios não se concretizou. Relatórios de grupos de direitos humanos e agências da ONU indicam que a violência perpetrada tanto pelas forças ex-Séléka quanto pelos grupos anti-balaka constitui crimes de guerra e crimes contra a humanidade (Center for Preventive Action, 2023a).

No final de 2020, o ex-presidente François Bozizé retornou à RCA mas sua participação nas eleições nacionais foi impedida devido a um mandado de prisão internacional. Em oposição às eleições, seis grupos armados, incluindo ex-Séléka e anti-balaka, uniram-se para formar a Coalizão de Patriotas pela Mudança (*Coalition des patriotes pour le changement*, CPC, na sigla em francês), uma coalizão unida contra o governo. Apesar dos esforços do CPC, as eleições ocorreram conforme programado em 27 de dezembro, desencadeando confrontos entre o governo e os grupos rebeldes em todo o país. O presidente Touadéra declarou vitória com 53% dos votos, mas a oposição contestou o resultado, e o CPC atacou a capital em 13 de janeiro de 2021. Desde 2021, as forças pró-governo têm avançado lentamente, mas os rebeldes ainda controlam muitas áreas no norte e leste. No início de 2023, os rebeldes do CPC lançaram uma nova onda de ataques com armamento aprimorado contra o governo, aumentando os temores de um retorno a conflitos intensos. Paralelamente, houve algum progresso na implementação do acordo de paz de 2019. A RCA ainda enfrenta uma crise humanitária, agravada pelo conflito no Sudão, que resultou no influxo de mais de 14.000 refugiados para o nordeste da RCA, uma região praticamente fora do controle do governo (Center for Preventive Action, 2023a).

⁵ O Conselho de Segurança da ONU autorizou, em 10 de abril de 2014, o envio da Missão Multidimensional Integrada de Estabilização das Nações Unidas na República Centro-Africana (MINUSCA), após a retomada da violência em dezembro de 2012, quando a coalizão rebelde Séléka (que significa "aliança" no idioma local Sango), de maioria muçulmana, lançou uma série de ataques (UN, 2023).

3.2 AS INTERVENÇÕES OCIDENTAIS PÓS-2010

A crescente desordem na Líbia, especialmente no sul do país, desde a queda do regime de Gaddafi em 2011, tornou-se um elemento importante na questão da securitização na região do Saara-Sahel (Harmon, 2015). Durante os meses em que as revoltas na Tunísia, no Egito e, posteriormente, na Líbia, estiveram no centro das discussões da comunidade internacional, a região do Sahel foi relegada a um papel secundário. No entanto, com a queda de Gaddafi, os Estados Unidos buscaram mais uma vez ampliar a ameaça à segurança no Sahel, desta vez alegando o suposto tráfico de armas da Líbia para a AQMI na região. Retomando o foco para o Sahel, os EUA promoveram uma conferência internacional sobre terrorismo, crime e segurança em Argel no início de setembro de 2011. O objetivo da conferência era destacar a ameaça da AQMI no Saara-Sahel e fortalecer a posição da Argélia, aliada ocidental na região, como líder na luta contra o terrorismo naquela área (Keenan, 2013). A competição pelos recursos africanos, incluindo os de petróleo e gás, é um dos motivos econômicos mais significativos, embora não seja o único, para o envolvimento europeu no norte da África e no Sahel. Os países da sub-região representam um mercado crucial para os produtos e tecnologias das nações europeias, que competem com outros participantes no cenário africano, notadamente os Estados Unidos, a China e a Rússia (Abramova e Fituni, 2018).

Dessa forma, quanto ao termo “intervenção”, adotar-se-á no presente capítulo a definição de Elizabeth Schmidt (2018):

[...] a intervenção política e militar estrangeira refere-se ao envolvimento de potências ou organizações externas nos assuntos internos de um país africano. Essas entidades podem estar sediadas em outros continentes, ou podem ser estados africanos vizinhos ou organizações sub-regionais ou regionais. O termo "intervenção" implica uma relação de poder desigual. Ocorre quando um país ou uma organização dominante usa a força ou a pressão para exercer poder sobre uma entidade soberana mais fraca ou quando uma entidade mais fraca solicita assistência externa para restaurar a ordem, monitorar um acordo de paz ou acabar com uma crise humanitária [...] (Schmidt, 2018, p. 9, tradução própria⁶).

⁶ No original: “[...] *foreign political and military intervention refers to the involvement of external powers or organizations in the internal affairs of an African country. These entities may be based on other continents, or they may be neighboring African states or subregional or regional organizations. The term “intervention” implies an unequal power relationship. It occurs when a dominant country or organization uses force or pressure to exert power over a weaker sovereign entity or when a weaker entity requests external assistance to restore order, monitor a peace accord, or end a humanitarian crisis [...]*” (Schmidt, 2018, p. 9).

3.2.1 As ações de contraterrorismo

Em 2010, quase dez anos após o início da PSI, os Estados Unidos e o Mali concordaram em iniciar a formação de outra força de contraterrorismo: a *Compagnie des Forces Spéciales* (CFS, na sigla em francês). A CFS foi uma das poucas unidades que se manteve operacional durante o conflito que surgiu em 2012. A cooperação em matéria de segurança entre os Estados Unidos e o Mali sofreu uma drástica redução após o início da rebelião, uma vez que havia preocupações de que qualquer assistência concedida ao governo pudesse ser utilizada contra os rebeldes tuaregues. Após o golpe, essa cooperação foi completamente interrompida, e algumas semanas mais tarde, os Estados Unidos suspenderam quase toda a ajuda de segurança ao Mali. Como alternativa, os Estados Unidos passaram a apoiar as forças francesas e as nações vizinhas que se mobilizaram para combater os grupos jihadistas no norte do Mali. Além disso, eles intensificaram a cooperação securitária com os países vizinhos, em especial o Níger, o que por vezes levou as forças dos Estados Unidos a se envolverem em operações de combate, embora essa não fosse sua principal missão. Em resumo, a eclosão da guerra civil no Mali levou os EUA a intervir mais diretamente na região do Sahel (Tankel, 2020).

Já a França, devido ao passado colonial e neocolonial na África francófona, demonstrou interesses mais significativos no Sahel em comparação aos Estados Unidos. Antes do início do conflito civil no Mali, os franceses estavam implementando uma iniciativa independente de capacitação para estabelecer um regimento antiterrorismo no país. No início de 2013, a França lançou a Operação Serval, apoiada pelo Grupo Especial Antiterrorismo treinado pelos EUA no Chade e por tropas de outros países da UA e da CEDEAO (Tankel, 2020). A ideia de que a AQMI estava prestes a dominar o Mali e a África Ocidental foi promovida pela França como justificativa para a intervenção militar por meio da Operação Serval (Campbell, 2020). O propósito inicial da iniciativa era fornecer apoio aéreo às tropas malinesas na luta contra os insurgentes do Norte, visando conter o avanço jihadista, evitar que esses grupos ameaçassem a estabilidade do Mali, garantir a segurança dos cidadãos europeus, especialmente os franceses no Mali, e restaurar a integridade territorial do Mali (Boeke e Schuurman, 2015).

Os principais interesses nacionais da França no Mali são de natureza econômica e securitária. O Níger, vizinho oriental do Mali, destaca-se como o quarto maior exportador de urânio do mundo. As minas de Arlit e Akoka, localizadas próximas à fronteira com o Mali e situadas em uma região tuaregue, são exploradas pela Areva, uma das principais produtoras de urânio global e um pilar econômico significativo para a França. O urânio proveniente do Níger representa 20% do combustível utilizado nos 58 reatores nucleares franceses, os quais, por sua

vez, respondem por quase 75% da geração de eletricidade no país (Boeke e Schuurman, 2015). A opinião progressista africana ficou dividida em relação à invasão do Mali, pois a França promoveu a ideia por meio de uma campanha extensa de propaganda e desinformação, sugerindo que sua intervenção tinha sido "solicitada" pelo governo do Mali. Após essa intervenção "bem-sucedida", os meios de comunicação ocidentais foram inundados por narrativas que destacavam a aliança entre a França, seus aliados e os Estados Unidos como a força protetora – capaz de continuar protegendo – a região da África, que se estende da Mauritânia ao Sudão, contra a invasão de terroristas. A liderança do Chade, historicamente vinculada à França, também participou ativamente dessa operação (Campbell, 2020).

A França buscou, então, assistência dos Estados Unidos na forma de transporte e reabastecimento aéreo para apoiar seus esforços militares. Os Estados Unidos acabaram por fornecer apoio à intervenção liderada pela França, oferecendo inteligência e recursos essenciais, como reabastecimento em voo para aeronaves francesas e transporte aéreo pesado para tropas francesas e chadianas, além de veículos. Um número limitado de forças de operações especiais dos EUA foi destacado para facilitar a coordenação com as tropas francesas e africanas. Além disso, drones foram utilizados pelos Estados Unidos para reconhecimento em apoio às forças francesas (Tankel, 2020). No final de março de 2013, a progressão dos jihadistas em direção ao sul foi interrompida, evitando a desestabilização do Mali e permitindo a ampla restauração do controle territorial para o governo provisório em Bamako; a Operação Serval teve sucesso ao impedir o colapso do Mali e garantir a proteção dos ativos econômicos regionais franceses no curto prazo. Apesar disso, sua capacidade de contribuir para a paz e estabilidade a longo prazo no país permanece incerta (Boeke e Schuurman, 2015). A Operação Serval trouxe a ameaça terrorista no Sahel para o primeiro plano da agenda internacional, mobilizando governos africanos, europeus e americanos, a ONU e a União Europeia, e a União Africana. Dessa forma, a Guerra ao Terror restaurou a legitimidade da postura militar francesa na África (Charbonneau, 2017a).

A assistência norte-americana estendeu-se, ainda, à Operação Barkhane, iniciada em julho de 2014 pela França (Tankel, 2020). A Operação Barkhane representa a fusão de duas operações militares francesas, a Operação Epervier (iniciada no Chade em 1986) e a Operação Serval (concluída em 31 de julho de 2014). Essa operação mantém as tropas que estavam estacionadas no Chade e no Mali durante essas operações, mas agora o seu teatro de operações se estende por toda a região francófona do Saara-Sahel, abrangendo cinco países (Mauritânia,

Mali, Burkina Faso, Níger e Chade), os países do G5 do Sahel (G5S)⁷ (Chafer, 2016). Os objetivos da operação são rastrear terroristas no Sahel, fornecer apoio à MINUSMA⁸ e assegurar a estabilidade na zona do G5S, considerada essencial para desenvolver ou fortalecer as capacidades africanas de combate ao terrorismo (Charbonneau, 2017a). Para viabilizar o apoio financeiro a essa ação, a França utilizou sua posição no P5 do Conselho de Segurança para advogar pelo envio de tropas da ONU. Dessa forma, a Missão Europeia de Treinamento do Exército no Mali (EUTM Mali) foi lançada em fevereiro de 2013, envolvendo 620 soldados de 28 países europeus. Sua missão era treinar as forças malinesas, sem participação direta em operações de combate (Campbell, 2020). Além disso, após o lobby francês, foram lançadas três missões PCSD (Política Comum de Segurança e Defesa) da UE no Sahel (EUTM Mali, EUCAP Sahel Mali e EUCAP Sahel Níger), juntamente com atividades de segurança de fronteira patrocinadas pela Frontex no Níger, Burkina Faso e no Mali (Nadzharov e Entina, 2023). As operações na região do Sahel possibilitaram que a França se posicionasse como o principal protagonista na garantia da paz e segurança na região da África Ocidental (Chafer, 2016). Entretanto, esses esforços não conseguiram reduzir a violência na região. O extremismo islâmico se espalhou do norte do Mali, Azawad, para as regiões centrais do Mali, Níger e para a parte norte de Burkina Faso (Nadzharov e Entina, 2023).

A colaboração entre as forças armadas da França e dos EUA tem sido sólida, com as forças francesas se beneficiando regularmente da cooperação de inteligência e do apoio dos facilitadores dos EUA. No entanto, esse nível e tipo de envolvimento dos EUA geraram uma dependência considerável por parte dos franceses, o que poderia ser prejudicial caso os Estados Unidos optassem por realocar suas forças. Isso também significou um crescente envolvimento das forças dos EUA em operações de combate, tanto indiretamente, apoiando os franceses, quanto, ocasionalmente, diretamente. As forças de operações especiais dos EUA participaram de missões de contraterrorismo ao lado de forças francesas, com os Estados Unidos assumindo a liderança no Níger e a França no Mali. A cooperação no âmbito securitário com o Mali foi retomada em 2014, mas excluiu o treinamento das tropas malinesas. Em vez disso, as forças americanas concentraram-se no treinamento das tropas dos países vizinhos enviadas para o Mali (Tankel, 2020).

⁷ O G5 do Sahel é uma organização institucional estabelecida durante uma cúpula de chefes de Estado realizada em fevereiro de 2014 em Nouakchott, na Mauritânia. Composto por Burkina Faso, Chade, Mali, Mauritânia e Níger, tem como propósito integrar esforços na busca pela combinação de segurança e desenvolvimento por meio da promoção da cooperação regional (Camara, 2020).

⁸ Missão Multidimensional Integrada para Estabilização das Nações Unidas do Mali. Foi uma missão de paz da ONU iniciada em resposta ao conflito de 2012 no norte do Mali (Vela, 2021).

A colaboração de segurança dos EUA com as forças nigerianas teve um aumento significativo, passando de US\$12,5 milhões em 2012 para US\$39,9 milhões em 2014 e depois para US\$94,7 milhões em 2016. A maior parte desse financiamento foi concedida sob a autoridade da Seção 1206, estabelecida pelo Congresso para desenvolver a capacidade das forças parceiras no contexto das ações de contraterrorismo. Em relação ao Níger, a presença dos EUA evoluiu de esforços de treinamento em menor escala para rotações regulares de tropas, cada vez mais acompanhando as forças nigerinas. Em fevereiro de 2013, os Estados Unidos e o Níger assinaram um acordo de status de forças para permitir a operação de drones desarmados em apoio à Operação Serval. Subsequentemente, 150 soldados foram enviados ao Níger. A missão dessas tropas era estabelecer a base de drones, realizar voos de reconhecimento e auxiliar as forças francesas no Mali na coleta de informações (Tankel, 2020).

Em 2015, um segundo acordo foi assinado entre os Estados Unidos e o Níger, estabelecendo cooperação em operações de contraterrorismo. A presença militar dos EUA aumentou para aproximadamente 800 soldados, alguns dos quais começaram a participar ativamente em patrulhas ao lado de suas contrapartes nigerinas, além de fornecer treinamento e equipamentos. A transição para uma abordagem mais assertiva na cooperação de segurança com as forças nigerinas ocorreu em meio a uma mudança mais ampla nas estratégias empregadas pelas forças armadas dos EUA ao trabalhar por, com e por meio de parceiros (Tankel, 2020).

Em toda a África, as missões inicialmente focadas em "treinar e equipar" expandiram-se para incluir assistência direta às forças locais. Posteriormente, essas missões evoluíram ainda mais, incorporando o acompanhamento das forças locais em suas operações. Embora esse modelo operacional, centrado na colaboração com parceiros locais, tenha oferecido às forças dos EUA a capacidade de exercer uma influência ampliada, também tornou menos clara a distinção entre cooperação de segurança e operações de contraterrorismo; missões de "acompanhamento" realizadas sob a autorização de cooperação de segurança poderiam facilmente transformar-se em operações de contraterrorismo caso surgisse necessidade (Tankel, 2020).

No entanto, a crescente presença das forças americanas e francesas parece ter fortalecido o perfil e as atividades dos grupos jihadistas em vez de desacreditar sua ideologia terrorista. Dessa forma, a governança democrática e os direitos humanos são fortemente prejudicados pela militarização e a securitização das políticas voltadas para o Sahel (Charbonneau, 2017a). Além disso, as campanhas assentadas na guerra contra o terrorismo na região têm gerado um aumento significativo nas mortes de civis, abusos dos direitos humanos e uma disseminação generalizada

da corrupção. A Human Rights Watch divulgou que mais de 600 mortes ilegais ocorreram desde 2019, perpetradas pelas forças de segurança do Mali, Níger e Burkina Faso durante operações de contraterrorismo (Camara, 2021).

Relatos apontam que as forças do G5 e da Operação Barkhane têm como alvo civis, realizando execuções sumárias e se envolvendo em práticas como tortura, estupro e desaparecimentos forçados, além de outras formas de represálias. Tais violações representam um risco significativo de minar quaisquer avanços obtidos pelas forças na luta contraterrorista, contribuindo para uma quebra adicional da confiança e do contrato social entre a população local e os governos envolvidos (Dieng, 2021). Apesar do aumento da participação internacional, a campanha contra os militantes resultou na propagação da militância em países do Sahel. Esse insucesso, aliado às crescentes tensões e à impopularidade da França em suas antigas colônias, levou o presidente francês Emmanuel Macron a declarar, em 13 de julho de 2021, que a Operação Barkhane seria encerrada no primeiro trimestre de 2022 (Center for Preventive Action, 2023b).

3.2.2 *Responsibility to Protect (R2P)* e as intervenções humanitárias

A Responsabilidade ao Proteger (*Responsibility to Protect*, R2P, na sigla em inglês) trata-se de uma norma cujo objetivo é assegurar que a comunidade internacional esteja sempre comprometida em prevenir os crimes de atrocidades em larga escala, como genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. A R2P foi unanimemente adotada em 2005 durante a Cúpula Mundial da ONU, a maior assembleia de Chefes de Estado e de Governo já realizada. Está delineada nos parágrafos 138 e 139 do Documento Final da referida cúpula, que determinam que:

138. Cada Estado individual tem a responsabilidade de proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Essa responsabilidade implica a prevenção de tais crimes, incluindo sua incitação, por meios apropriados e necessários. Aceitamos essa responsabilidade e agiremos de acordo com ela. A comunidade internacional deve, conforme apropriado, incentivar e ajudar os Estados a exercerem essa responsabilidade e apoiar as Nações Unidas no estabelecimento de uma capacidade de alerta precoce (What is..., 2023, tradução própria⁹).

⁹ No original: “138. *Each individual State has the responsibility to protect its populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. This responsibility entails the prevention of such crimes, including their incitement, through appropriate and necessary means. We accept that responsibility and will act in accordance with it. The international community should, as appropriate, encourage and help States to exercise this responsibility and support the United Nations in establishing an early warning capability*” (What is..., 2023)

139. A comunidade internacional, por meio das Nações Unidas, também tem a responsabilidade de usar meios diplomáticos, humanitários e outros meios pacíficos apropriados, de acordo com os Capítulos VI e VIII da Carta, para ajudar a proteger as populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Nesse contexto, estamos preparados para tomar medidas coletivas, de maneira oportuna e decisiva, por meio do Conselho de Segurança, de acordo com a Carta, inclusive o Capítulo VII, caso a caso e em cooperação com as organizações regionais relevantes, conforme apropriado, se os meios pacíficos forem inadequados e as autoridades nacionais estiverem falhando manifestamente em proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade. Enfatizamos a necessidade de a Assembleia Geral continuar a considerar a responsabilidade de proteger as populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e suas implicações, tendo em mente os princípios da Carta e do direito internacional. Também pretendemos nos comprometer, conforme necessário e apropriado, a ajudar os Estados a desenvolver a capacidade de proteger suas populações contra genocídio, crimes de guerra, limpeza étnica e crimes contra a humanidade e a ajudar aqueles que estão sob pressão antes que surjam crises e conflitos (What is..., 2023, tradução própria¹⁰).

A intervenção humanitária é caracterizada como a proteção, realizada por um Estado ou um conjunto de Estados, dos direitos humanos essenciais, especialmente o direito à vida, de cidadãos nacionais e residentes em territórios de outros Estados. Isso pode envolver o uso ou a ameaça de força, ocorrendo sem a necessidade de autorização dos órgãos pertinentes da ONU ou convite do governo legítimo do Estado-alvo (Sarkin, 2010). A MINUSMA começou como uma resposta ao conflito de 2012 no norte de Mali. Estabelecida em 2013 pelo CSNU, seu principal objetivo era apoiar a implementação do Acordo de Paz e Reconciliação no Mali, um pacto de 2015 entre o governo do Mali e as partes interessadas no país. Além desse papel de apoio, a MINUSMA tinha a responsabilidade de restabelecer a autoridade do Estado e o Estado de Direito em todo o território nacional. Embora seu mandato estivesse centrado na insegurança nacional, a missão está inserida em um contexto de ameaças transnacionais, que incluem crime organizado e jihadismo. Nesse sentido, a MINUSMA fazia parte de uma rede de atores internacionais e regionais envolvidos na guerra global contra o terror, colaborando com a Força Conjunta do G5 Sahel e a Operação Barkhane (Vela, 2021).

¹⁰ No original: “139. The international community, through the United Nations, also has the responsibility to use appropriate diplomatic, humanitarian and other peaceful means, in accordance with Chapters VI and VIII of the Charter, to help to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. In this context, we are prepared to take collective action, in a timely and decisive manner, through the Security Council, in accordance with the Charter, including Chapter VII, on a case-by-case basis and in cooperation with relevant regional organizations as appropriate, should peaceful means be inadequate and national authorities are manifestly failing to protect their populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity. We stress the need for the General Assembly to continue consideration of the responsibility to protect populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity and its implications, bearing in mind the principles of the Charter and international law. We also intend to commit ourselves, as necessary and appropriate, to helping States build capacity to protect their populations from genocide, war crimes, ethnic cleansing and crimes against humanity and to assisting those which are under stress before crises and conflicts break out” (What is..., 2023).

O contexto de insegurança foi por vezes utilizado pelas forças de segurança do Mali como justificativa para abusos dos direitos humanos, contribuindo para um aumento dramático da violência intercomunitária no centro do país desde 2016. Esse cenário violento levou a uma expansão do mandato da MINUSMA para abranger a região central do país. A Resolução do Conselho de Segurança da ONU (S/RES/2531), que renovou o mandato da MINUSMA em 2020, destaca claramente a importância da estabilidade e segurança no Mali para a estabilidade e segurança na região do Sahel, da África Ocidental e do Norte da África. Portanto, a MINUSMA oferece apoio ao governo do Mali e às diversas partes envolvidas na busca pela paz e pelo desenvolvimento de um Estado liberal e democrático. Além disso, a missão participa de atividades regionais de contraterrorismo. O contexto específico de ameaças assimétricas e insegurança tem impacto na militarização da missão e influencia a resposta dos *peacekeepers* (Vela, 2021).

A MINUSMA é considerada a missão mais letal na história da manutenção da paz da ONU em termos de *peacekeepers* diretamente atingidos. Devido à insegurança, a missão é encorajada a adotar uma postura robusta e a colaborar com outras forças de segurança na área para benefício mútuo. Em 2016, após ser alvo de um número crescente de ataques, a Resolução do Conselho de Segurança da ONU (S/RES/2295) concedeu à MINUSMA o mandato para desempenhar um papel mais proeminente no esforço mais amplo de combate ao terrorismo no Mali. Como parceira em operações de segurança regional, o mandato da MINUSMA inclui não apenas a troca de informações e o apoio às Forças de Defesa e Segurança do Mali (*Malian Defense and Security Forces*, MDSF, na sigla em inglês) e às operações de treinamento europeias, mas também a cooperação com as operações regionais antiterroristas da FC-G5 Sahel e da francesa Barkhane. Ao intercambiar informações e fornecer apoio às operações Barkhane e do FC-G5 Sahel, a MINUSMA torna-se um participante ativo nas operações de contraterrorismo (Vela, 2021).

Com seu mandato de estabilização e em um contexto em que a paz não é previsível a curto ou médio prazo, combinado com o aumento da abordagem robusta de manutenção da paz, a MINUSMA é um vetor na normalização dos meios militares para estabilizar um país. Assim, o vínculo com a missão francesa antiterrorista e os recursos dedicados à coleta e análise de inteligência conferem à MINUSMA um papel nas atividades antiterroristas no Mali, fortalecendo a conexão entre militarização e manutenção da paz nas práticas da missão. Embora a MINUSMA não seja uma operação antiterrorista *per se*, vem desempenhando ativamente um papel significativo nas atividades relacionadas ao combate ao terrorismo (Vela, 2021). Dado que o contraterrorismo é considerado uma condição indispensável para a manutenção da paz, a

divisão de responsabilidades entre a MINUSMA e a Barkhane pode ser entendida como uma distinção entre a resolução e o gerenciamento de conflitos. Em termos simples, a Barkhane lida com a gestão da violência para criar o espaço político necessário para que a MINUSMA (bem como outros parceiros internacionais) possa apoiar os esforços de resolução de conflitos no Mali. No entanto, como evidenciado na literatura sobre resolução de conflitos, o gerenciamento de conflitos frequentemente atua como um obstáculo para a resolução, pois diminui as pressões para buscar soluções definitivas (Charbonneau, 2017b).

A responsabilidade da ONU em proteger os civis em conflitos e o papel reforçado da polícia nas operações de paz têm sido elementos fundamentais na Missão Multidimensional Integrada de Estabilização da ONU na República Centro-Africana (*Mission multidimensionnelle intégrée des Nations unies pour la stabilisation en Centrafrique*, MINUSCA, na sigla em francês). Em dezembro de 2013, o Conselho de Segurança da ONU aprovou uma resolução que autorizava a Missão Internacional de Apoio à República Centro-Africana (*Mission Internationale de Soutien à la Centrafrique sous Conduite Africaine*, MISCA, na sigla em francês), liderada pela União Africana, a estabilizar o país. Essa resolução concedeu à MISCA e às tropas francesas já presentes no país a autorização para "usar todos os meios necessários" para restaurar a segurança, proteger os civis e facilitar a assistência humanitária. Além disso, a União Europeia lançou uma força de manutenção da paz composta por mil soldados, com autorização para permanecer no país por seis meses. Em abril de 2014, havia cinco mil tropas da UA, mil tropas da União Europeia e duas mil tropas francesas operando no país. No entanto, essas forças não conseguiram pôr fim aos combates e conter a crise humanitária. A MISCA enfrentava a falta não apenas de forças militares e policiais adequadas, mas também de componentes civis essenciais para abordar a crise. Em 15 de setembro de 2014, a MINUSCA assumiu as responsabilidades da MISCA, com um mandato para proteger os civis e estabilizar o país, contando com uma força autorizada de dez mil militares e dois mil policiais. O mandato da missão destacou o apoio às autoridades de transição na aplicação da lei e na reconstrução do sistema judiciário nacional para restabelecer o Estado de direito (Perito, 2015).

O sistema jurídico da RCA foi considerado "disfuncional", enfrentando uma grave escassez de recursos. Para lidar com essa situação, MINUSCA implementou medidas temporárias e urgentes em seu mandato. Essas medidas, que ultrapassam as capacidades normais de aplicação da lei em operações de paz, foram estabelecidas sem criar precedentes. Em 2019, relatou-se que essas medidas temporárias foram empregadas para a detenção de 54 pessoas suspeitas de crimes como assassinato, sequestro, assalto à mão armada e tortura.

Inicialmente, a MINUSCA enviou uma equipe de especialistas em investigação e acusação para apoiar as investigações de graves violações do direito internacional. Apesar dos esforços prioritários da MINUSCA em relação aos direitos humanos e ao Estado de direito, abusos generalizados persistiam na RCA. Durante um período de relatório, de 15 de novembro de 2017 a 15 de fevereiro de 2018, a MINUSCA registrou 1.283 abusos e violações dos direitos humanos e do direito humanitário. Essas violações englobaram ataques contra escolas, violência sexual relacionada ao conflito, assassinatos e tratamento cruel e desumano. O número de incidentes documentados representou um aumento de 59% em relação ao período do relatório anterior (Gilder, 2020).

As atuais missões são conduzidas em cenários onde a paz é escassa ou inexistente, caracterizados por níveis elevados de violência. A autorização para a nova geração de operações de paz baseia-se nas disposições de imposição da paz da Carta das Nações Unidas (Capítulo VII), que capacitam o Conselho de Segurança a enviar forças armadas sem o consentimento das partes envolvidas no conflito, com o objetivo de restabelecer a paz e a segurança (Perito, 2015). Um dos principais riscos associados ao aumento da militarização é que, caso missões como a MINUSCA empreguem a força de maneira proativa, elas correm o risco de intensificar a violência e se tornar parte do conflito, de acordo com a lei humanitária internacional. Tradicionalmente, a ONU mantém uma postura imparcial e não toma partido em conflitos. Contudo, ao fornecer apoio às Forças Armadas Centro-Africanas (FACA) e realizar operações conjuntas, a MINUSCA corre o risco de perder sua neutralidade e ser considerada como combatente quando níveis crescentes de força são utilizados contra grupos armados. Uma consequência adicional seria a possibilidade de civis serem prejudicados em meio a um conflito intensificado (Gilder, 2020).

Em junho de 2011, foi implementado um novo e temporário mecanismo de gestão de conflitos na região sudanesa de Abyei, envolvendo esforços e capacidades nacionais, regionais e globais. Uma resolução redigida pelos Estados Unidos e aprovada por unanimidade pelo Conselho de Segurança da ONU autorizou o envio de 4.200 soldados etíopes para Abyei, um ponto de conflito disputado, por um período de seis meses. Essa resolução estabeleceu a criação de uma nova força de manutenção da paz da ONU, conhecida como Força de Segurança Provisória das Nações Unidas para Abyei (*United Nations Interim Security Force For Abyei*, UNISFA, na sigla em inglês). A região de Abyei havia experimentado intensos combates, levando dezenas de milhares de pessoas a abandonarem suas residências nas semanas que antecederam o acordo de 19 de junho de 2011. Nesse acordo, as partes envolvidas reconheceram a necessidade de uma terceira parte para monitorar a área enquanto retiravam suas forças. A

mediação desse acordo foi conduzida por Thabo Mbeki, ex-presidente da África do Sul, e supervisionada pela UA (Elron, 2011).

A resolução do Conselho de Segurança da ONU concedeu à UNISFA a autorização para, dentro de suas capacidades e área de atuação, tomar as medidas necessárias para proteger civis em Abyei ameaçados iminentemente de violência física. Além disso, autorizou o uso da força para proteger a área contra incursões de elementos não autorizados, conforme definido no acordo entre as partes. A resolução também atribuiu à força interina a responsabilidade de facilitar a entrega de ajuda humanitária e garantir a livre circulação de trabalhadores humanitários em Abyei e seus arredores. Quando necessário, e em colaboração com o Serviço de Polícia de Abyei, as tropas da UNISFA foram igualmente convocadas para garantir a segurança da infraestrutura petrolífera na região (Elron, 2011).

Embora seja comum que o envio de forças de paz da ONU leve pelo menos três meses, a expectativa era de que uma força avançada composta por aproximadamente 1.300 soldados etíopes estivesse posicionada em Abyei antes de 9 de julho de 2011. Essa data marcava a independência do Sudão do Sul, que se separou do Sudão por meio da secessão. Uma questão relevante para o Conselho de Segurança era como o precedente de estabelecer uma missão de manutenção da paz em torno de um único contribuinte de tropas de um Estado vizinho poderia impactar os requisitos de comando e controle, liderança e, no futuro, o relacionamento entre as operações de manutenção da paz e os governos anfitriões em outras situações. Apesar da singularidade da situação do Sudão do Sul, essa abordagem foi a escolha da União Africana para conduzir o processo (Elron, 2011).

A nova geração de operações de manutenção da paz, caracterizada por missões implantadas no Sudão, Mali e RCA, impõe desafios políticos, culturais e geográficos que demandaram uma ampliação dos limites de autoridade das Nações Unidas e o desenvolvimento de novos recursos (Gilder, 2020). As operações de manutenção da paz são frequentemente percebidas como disfuncionais. Muitos pesquisadores destacam uma lacuna entre as expectativas delineadas pela ONU e o que efetivamente se concretiza no terreno; surgem sérias preocupações quanto à qualidade das forças de manutenção da paz enviadas. Além disso, a comunicação com as Nações Unidas é frequentemente inadequada, caracterizada por lentidão e pela ausência frequente do suporte necessário no local. Ainda, a abordagem contemporânea da manutenção da paz é criticada por ser parte integrante da agenda de governança liberal (Mukulu, 2023).

Há dúvidas fundamentais sobre a viabilidade da intervenção externa para alcançar o sucesso na construção da paz e do Estado, ressaltando a necessidade de processos

endogenamente apoiados. Discute-se, também, os limites da paz democrática liberal em países pós-conflito com Estados historicamente frágeis, nos quais o verdadeiro legado da construção da paz frequentemente se resume a proporcionar aos líderes quase autoritários a manutenção de sua posição por meio de eleições quase democráticas que lhes permitem manter os despojos do poder (Dorussen, 2014). As missões de paz da ONU vêm enfrentando uma série de desafios significativos para atingir seus objetivos. Por um lado, há a perda de credibilidade entre as populações locais, que suspeitam que a presença da ONU está relacionada à insegurança e ao saque de recursos naturais em conluio com grupos armados. Isso se manifesta em protestos contra a presença da ONU em várias regiões da África, notadamente no Mali. Por outro lado, há uma desconfiança por parte da classe política, que expressa um forte desejo de buscar alternativas para acordos de cooperação militar. Apesar da intervenção da ONU, a situação de segurança na África permanece alarmante, sujeita a uma série de fatores tanto endógenos quanto exógenos, contribuindo para esse panorama (Mukulu, 2023).

3.2.3 O AFRICOM e as bases logísticas e militares

Com a criação do G5S por parte da França em 2014, houve uma expansão no número de bases militares na região, a exemplo das bases em Gao (Mali), N’Djamena (Chade), Niamey (Níger) e Uagadugu (Burkina Faso). Além disso, os EUA construíram uma base de drones em Agadez (Níger), visando realizar ataques e ações de vigilância em todo o Sahel e na região do Saara. O aumento dos conflitos e das migrações produziu a justificativa necessária para o estabelecimento dessas zonas militares. De acordo com uma lista produzida pelo AFRICOM em 2019, as bases militares dos EUA no continente podem ser divididas entre “bases permanente” (ou com “pegada duradoura”) e “bases semi-permanentes” (ou com “pegada não duradoura”) (Instituto Tricontinental De Pesquisa Social, 2021). Focando-se apenas na região do Sahel, as bases militares existentes são as seguintes:

Tabela 1 – Bases Militares dos Estados Unidos no continente africano

Base militar permanente	Base militar semi-permanente
Uagadugu, Burkina Faso	Arlit, Níger
Agadez, Níger	Dirkou, Níger
Niamey, Níger	Diffa, Níger
N’Djamena, Chade	Ouallam, Níger

-	Bamako, Mali
---	--------------

Fonte: Turse (2020).

As forças armadas dos EUA têm atualmente mais instalações no Níger – cinco, incluindo dois locais de segurança cooperativa – do que em qualquer outro país no lado ocidental do continente. Niamey, a capital do país, abriga a Base Aérea 101, um antigo posto avançado de drones dos EUA anexado ao Aeroporto Internacional Diori Hamani; o local de uma Base de Operações Avançadas de Operações Especiais; e o nó da África Ocidental para os serviços de recuperação de pessoal e evacuação de vítimas do AFRICOM fornecidos por empreiteiros. Locais de segurança cooperativa (*cooperative security locations*, CSL, na sigla em inglês), em Agadez, estão prontos para se tornar o principal posto militar avançado dos EUA na África Ocidental (Turse, 2020). Em Burkina Faso, forças de operações especiais estão utilizando parte do aeroporto internacional de Uagadugu para realizar "atividades de alto risco" no Sahel. Na Mauritânia, as forças militares utilizaram uma base operacional avançada para conduzir operações periódicas de vigilância dos rebeldes tuaregues no vizinho Mali (Vine, 2015).

No Mali, há dois locais de contingência. O plano de postura de 2015 do AFRICOM lista os Centros de Logística (CLs) propostos em Gao e na capital do Mali, Bamako. O mapa de 2018 também registra a existência de um CL na capital do Chade, N'Djamena, onde os EUA iniciaram operações com drones no início desta década; é também a sede de um Comando de Operações Especiais e Elemento de Controle, um comando de elite em nível de batalhão. Outro local de contingência não identificado no Chade poderia ser um CL em Faya Largeau, que foi mencionado no plano de postura de 2015 do AFRICOM. A proliferação de bases no Sahel e na Líbia sugere que as missões de contraterrorismo do AFRICOM nessas regiões do continente continuarão indefinidamente (Turse, 2020). É provável que existam várias centenas de tropas de operações especiais envolvidas em guerras e conflitos não revelados em toda a região do Sahel-Saara e no norte da África. Pode-se presumir, concluiu o Oxford Research Group, uma organização independente sem fins lucrativos, sobre a presença militar total dos EUA, "que muito mais está acontecendo do que ainda foi divulgado [...]." (Vine, 2015).

As tropas norte-americanas foram deslocadas para a África Ocidental pelo AFRICOM durante um período em que os Estados Unidos destacavam preocupações significativas sobre a segurança marítima e energética no Golfo da Guiné, o combate a extremistas violentos e a abordagem do HIV/AIDS por meio do Plano de Emergência do Presidente para o Alívio da AIDS (*President's Emergency Plan For AIDS Relief*, PEPFAR, na sigla em inglês). Um aspecto

notável do PEPFAR é que, apesar de ser um plano destinado a combater o HIV/AIDS, também foi implementado em colaboração com o Pentágono, levantando questões sobre o apoio indireto às indústrias farmacêuticas dos EUA. As razões por trás do estabelecimento do AFRICOM tornaram-se, portanto, obscurecidas devido à falta de definições claras dos objetivos militares dos EUA na África. No entanto, a chegada de Trump ao poder em 2017 trouxe clareza ao objetivo de competição entre grandes potências na África, evidenciado pela militarização das fronteiras para interdição de possíveis imigrantes (Campbell, 2020).

A construção de uma base de grande porte em Agadez foi justificada perante o Congresso dos EUA sob o argumento de combater o terrorismo na região do Sahel. O Níger desempenha um papel crucial como um dos principais pontos de trânsito para o tráfico global de mão de obra africana em direção à Europa Ocidental, via Líbia, e representa uma área estratégica para os Estados Unidos e a Europa monitorarem e vigiarem possíveis imigrantes envolvidos em atividades como mineração ilegal e tráfico de pessoas. Contudo, alguns setores do exército nigerino interpretaram que a presença dos EUA na parte norte do Níger, próxima à Argélia, tinha como objetivo gerenciar o processo de transição política na Argélia (Campbell, 2020).

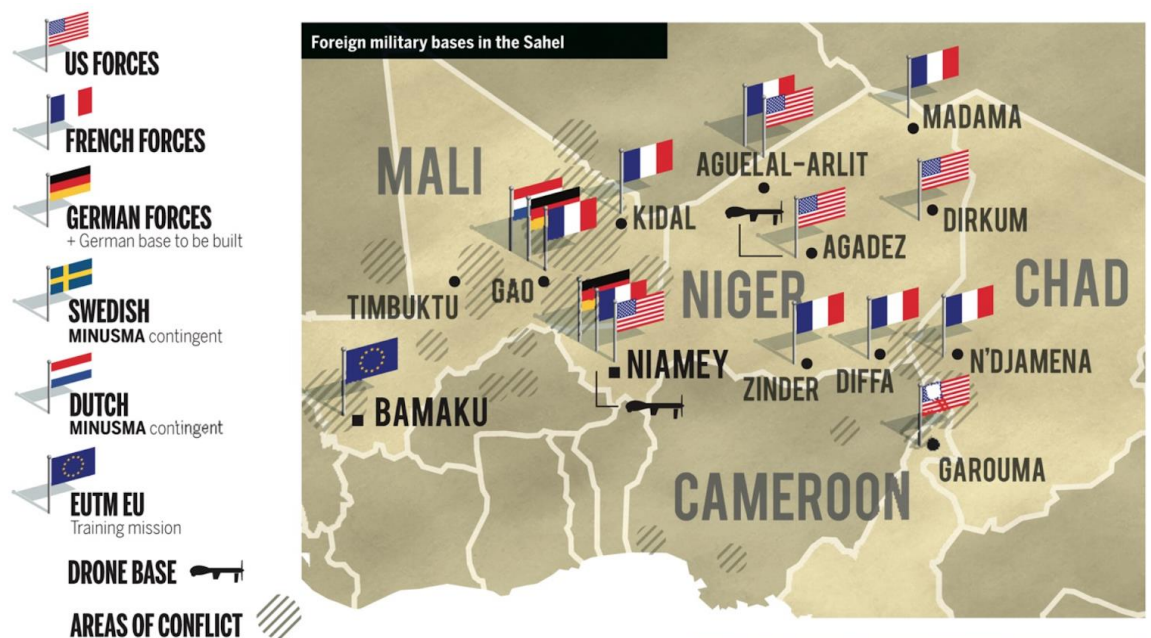
Para além de monitoramento de questões securitárias, as bases militares também têm o objetivo de garantir a livre circulação de mercadorias e matérias-primas para as indústrias e fábricas estrangeiras. Dessa forma, as Forças Armadas norte-americanas têm como função assegurar o fluxo constante de mercadorias para as corporações através dos canais de transporte africanos. A França também desempenha um papel central nessas ações, já que o urânio que é extraído em Arlit é fundamental para a operação do setor energético francês. O controle da migração apresenta-se, ainda, como um objetivo central no estabelecimento dessas bases (Instituto Tricontinental De Pesquisa Social, 2021). No final de setembro de 2016, os Estados Unidos anunciaram o financiamento para a construção de uma nova pista de 3 km e infraestrutura associada em Agadez, no Níger, destinada a abrigar uma base de drones (Keenan, 2017).

Atualmente, os EUA mantêm drones, incluindo os modelos MQ-9 Reaper, estacionados em Niamey utilizados também para dar suporte à Operação Barkhane conduzida pela França. Documentos confidenciais do Pentágono revelam que o Níger é o único país na região disposto a receber drones MQ-9 dos EUA, capacitados para realizar ataques aéreos. O Níger está se tornando uma base estratégica para as operações dos EUA na região, sendo Agadez uma plataforma essencial para lançar missões de reconhecimento e vigilância contra diversos grupos terroristas. A base de Agadez foi utilizada pelos EUA para conduzir operações de

reconhecimento no Níger, Chade, Líbia, Nigéria e em outras localidades (Keenan, 2017). A construção da base de drones em Agadez permite, ainda, um aumento da vigilância e do controle dos migrantes, evitando que cheguem às fronteiras europeias pelo Mar Mediterrâneo (Instituto Tricontinental De Pesquisa Social, 2021).

Ainda em 2016, o embaixador da Alemanha no Níger, Bernd von Muenchow-Pohl, revelou que a Alemanha planejava estabelecer uma base militar no Níger, próxima à fronteira com o Mali, com o objetivo de apoiar a missão da ONU no Mali. O embaixador afirmou que a construção da base representa um novo estágio na colaboração entre Alemanha e Níger, destacando o papel crucial do Níger como parceiro fundamental na luta contra o terrorismo e a migração ilegal na África Ocidental. A expectativa é que a base receba um contingente adicional de 850 soldados alemães na região do Sahel. O foco principal das ações incluíam o combate ao terrorismo e o controle de migração (Keenan, 2017).

Figura 2 – Bases Militares Estrangeiras no Sahel



Fonte: Keenan (2017).

O aumento do número de bases no continente preocupa sobremaneira o Conselho de Paz e Segurança da União Africana (CPS), que aponta para a incapacidade de alguns países de monitorar de maneira eficaz o trânsito de armas para essas bases (Instituto Tricontinental De Pesquisa Social, 2021). Além disso, em vez de estabilizar regiões perigosas, as bases

estrangeiras frequentemente ampliam as tensões militares e desencorajam soluções diplomáticas para os conflitos. Os Estados Unidos tendem a apoiar ditadores (e outros regimes antidemocráticos) em nações onde desfrutam de instalações de base (Vine, 2015). O AFRICOM, que é responsável por todas as atividades militares dos EUA nos países africanos, é oficialmente encarregado da prevenção de conflitos e da capacitação. No entanto, acredita-se que o AFRICOM também seja encarregado de controlar a riqueza de recursos da África e conter a influência de outras potências (Kostelyanets e Okeke, 2018). É evidente que nos países com bases americanas, as autoridades dos EUA têm sistematicamente silenciado suas críticas aos regimes repressivos e minimizado o apoio à democratização, descolonização e direitos humanos. O resultado tem sido um padrão de apoio dos EUA à violência e à repressão, com consequências desastrosas para os países que abrigam essas bases (Vine, 2015).

4 A REAÇÃO AFRICANA E A POLÍTICA DE SEGURANÇA RUSSA EM LOCO

Neste capítulo, serão discutidas as transformações políticas na África, assim como a rejeição à estratégia ocidental para o continente ao longo das últimas décadas. Posteriormente, serão examinadas as iniciativas que resultaram no aprofundamento das relações entre a Rússia e a África a partir dos anos 2000, destacando também o crescimento da presença russa na região do Sahel nos últimos anos e suas repercussões.

4.1 MUDANÇAS POLÍTICAS NA ÁFRICA: A REJEIÇÃO DA ESTRATÉGIA OCIDENTAL

A deterioração das condições de segurança nos países do Sahel, juntamente com sua vulnerabilidade generalizada a grupos armados não estatais, decorre de uma debilidade estatal de longa data. Por sua vez, as atividades desses grupos armados têm dificultado o desenvolvimento das capacidades administrativas e militares dos Estados, resultando em retrocessos democráticos (Petrini, 2022). Desde janeiro de 2012, uma persistente onda de violência e instabilidade tem assolado Mali e seus países vizinhos, Burkina Faso, Chade e Níger. O conflito teve origem em uma rebelião separatista no norte de Mali e evoluiu para violência comunitária e extremista em vastas áreas do Sahel. Durante esse período, a região testemunhou dois golpes de Estado no Mali, uma revolta popular em Burkina Faso e a primeira transição civil de poder na Mauritânia, enquanto o Níger enfrenta uma transição pendente. Apesar dos esforços de respostas internacionais e regionais, a crescente insegurança e as crises humanitárias associadas persistem. Mesmo com o aumento significativo no financiamento, da proliferação de enviados, fóruns e coalizões *ad-hoc*, e de operações militares mais robustas, a situação, indiscutivelmente, deteriorou-se nos últimos nove anos (Devermont e Harris, 2020).

As missões de Contrainsurgência (COIN) conduzidas pelos países ocidentais no Sahel foram mais caracterizadas por fracassos do que por sucessos (Adela, 2023). A partir de 2020, testemunharam-se golpes de Estado em Burkina Faso e no Mali, com ambos os países sendo sancionados pelo órgão regional da CEDEAO. Chade e Guiné foram governados por governos militares, enquanto Guiné-Bissau e Níger enfrentaram tentativas de golpe. Desde 2010, os países ocidentais investiram bilhões de dólares em assistência às forças de segurança na região. No entanto, essa ajuda revelou-se ineficaz, às vezes contraproducente, devido à falta de coordenação e à definição de metas irrealistas (Petrini, 2022). Em termos de cooperação militar com a África, as potências ocidentais sempre desempenharam o papel principal, sendo os

principais parceiros dos países do continente nesse campo por décadas. Há algum tempo, no entanto, os Estados africanos vêm buscando outros parceiros ao redor do mundo. Essa nova era deu origem a uma onda de manifestações anti-francesas por parte das populações locais e contra as missões das Nações Unidas no continente. Diversos fatos concretos comprovam amplamente o desgosto da população com a política externa da França na África. As missões de manutenção da paz da ONU na África não foram poupadas pelas manifestações, exigindo sua saída do solo africano, da MINUSMA e da MINUSCA (Mukulu, 2023).

Em todos os países do Sahel - do Níger e Mali a Burkina Faso e Chade - a corrupção generalizada, a pobreza extrema, o desemprego e a percepção da incapacidade dos parceiros ocidentais e das instituições internacionais de trazer estabilidade e garantir a segurança na região fizeram com que as populações locais se voltassem contra os governos aliados do Ocidente, alimentando o apoio público a golpes e aumentando a capacidade de recrutamento de grupos armados. O crescente sentimento anti-francês ajudou significativamente a levar governos militares ao poder em toda a região. A memória do colonialismo, marcado por campanhas militares brutais, trabalho forçado, repressão generalizada, apagamento cultural, segregação racial e deslocamento forçado, ainda está muito viva na região do Sahel (Aina, 2023). Já no final de 2013, ocorreram manifestações hostis em Bangui contra a intervenção francesa. Membros da comunidade muçulmana expressaram seu descontentamento, denunciando a alegada parcialidade das tropas francesas, acusadas de não agirem de maneira suficiente para desarmar as milícias anti-balaka. Além disso, as tropas da missão Sangaris foram alvo de críticas após a divulgação de informações de que soldados franceses estavam envolvidos em casos de estupro de meninos no campo de refugiados localizado no aeroporto de Bangui (Thomas, 2016).

A França liderou a Europa em uma série de iniciativas estrangeiras para construção do Estado. Em teoria, a França adotou uma estratégia baseada em quatro pilares: combater grupos terroristas armados, capacitar as forças armadas locais, apoiar o retorno do Estado e coordenar o desenvolvimento. No entanto, na prática, o contraterrorismo tornou-se o ponto central da intervenção, enquanto os outros três pilares apresentaram pouco ou nenhum progresso significativo. Na verdade, segundo a maioria dos indicadores, cada um desses pilares retrocedeu consideravelmente. A intervenção foi impulsionada pela convicção de que um problema terrorista exigia uma solução militar, simplificando as complexas e interligadas crises no Mali. Essas crises incluíam relações predatórias entre o Estado e as áreas rurais, competição violenta entre grupos étnicos, de castas, econômicos e regionais, além das mudanças ambientais relacionadas às alterações climáticas. A abordagem adotada também ignorou repetidamente os

apelos locais significativos para o diálogo político com grupos armados. Além disso, os novos mecanismos regionais e multilaterais, formulados e financiados com o apoio francês, apenas acrescentaram mais forças armadas à situação, sem abordar os fatores políticos subjacentes à crise (Armstrong, 2022).

A MINUSMA, composta por 15.000 membros, uma força de manutenção da paz que se tornou rapidamente a missão mais letal da ONU no mundo, desempenhou um papel crucial no fornecimento de apoio logístico para a missão antiterrorista francesa, a Operação Barkhane (Armstrong, 2022). Apesar de seu alto custo econômico e humano, a Operação Barkhane não conseguiu alcançar os resultados desejados. Os problemas do Mali e da região em geral persistiram. Em vez disso, os grupos armados começaram a aumentar seu poder e alcance. Os ataques a civis tornaram-se cada vez mais frequentes, e a situação de segurança deteriorou-se nos países do Sahel. Como resultado, as populações locais começaram a culpar a França por seus problemas crônicos e passaram a desconfiar cada vez mais das intenções da antiga potência colonial na região (Aina, 2023). Em 2014, os franceses também apoiaram os líderes dos Estados do Mali, Chade, Burkina Faso, Mauritânia e Níger na formação do G5S. Essa força conjunta foi estabelecida com o objetivo de promover a cooperação militar regional, especialmente nas áreas de fronteiras compartilhadas, e criar uma via para direcionar financiamento para o desenvolvimento. Embora tenha sido oficialmente lançada em julho de 2017, suas operações não conseguiram conter a crescente insegurança na região. Além disso, em pouco tempo, as forças do G5S foram associadas a casos de abusos contra civis (Armstrong, 2022).

Em 2020, meses de protestos nas ruas contra a piora da segurança e a suposta corrupção resultaram em um golpe militar e na derrubada do governo pró-França, de maneira que as relações do Mali com Paris se deterioraram rapidamente. Após dois anos de tensões crescentes, o relacionamento entre o governo "interino" do Mali, que se recusou a realizar eleições conforme prometido após o golpe, e a França chegou a um ponto de ruptura. Em 31 de janeiro de 2022, o Mali expulsou o embaixador francês do país. Alguns dias depois, milhares de manifestantes anti-franceses saíram às ruas agitando bandeiras russas e queimando recortes de papelão do presidente francês Emmanuel Macron para comemorar a expulsão (Aina, 2023). Além disso, a retirada do Mali do G5S em maio de 2022 consolidou a irrelevância dessa organização, que recebeu bilhões de euros em financiamento da União Europeia, da Arábia Saudita e dos Estados Unidos, sem apresentar melhorias notáveis nos cenários de desenvolvimento ou segurança (Armstrong, 2022).

No mesmo ano, a França anunciou sua decisão de retirar suas tropas do Mali e transferir algumas delas para o vizinho Níger, como parte de uma nova estratégia para a África. O Níger,

no entanto, logo sofreu seu próprio golpe e, com a opinião pública firmemente contra a França, os golpistas não perderam muito tempo para culpar a França pelos muitos problemas do país e a acusaram de "desestabilizar o país". A principal razão por trás da rápida perda de influência e respeito da França no Sahel foi sua abordagem errônea em relação à crise de segurança cada vez mais profunda da região (Aina, 2023). Indiscutivelmente, o sentimento antifrancês propagou-se pelo Sahel à medida que as hostilidades contra as intervenções militares estrangeiras na região aumentaram. Além da incapacidade das tropas ocidentais em reduzir a violência local, os ataques perpetrados por insurgentes se alastraram para outros Estados do Sahel. A aliança entre as forças ocidentais e grupos de milícias locais também agravou os conflitos internos e a instabilidade na região. O primeiro-ministro de Mali, Choguel Kokalla Maiga, reforçou essa perspectiva ao acusar publicamente a França de treinar um "grupo terrorista" na região norte do país (Adela, 2023).

Crescem as alegações de que o envolvimento da França tem contribuído para a intensificação da agitação local, inclusive com acusações de que as forças francesas estariam inadvertidamente apoiando extremistas. Como mencionado anteriormente, o exército francês transferiu o controle do norte do Mali para o MNLA, um grupo étnico tuaregue que desencadeou o conflito na região, após os êxitos iniciais da Operação Serval. A aliança entre a França e o MNLA gerou indignação não apenas no norte, mas em todo o Mali. Essas alianças francesas agravaram ainda mais as já tênues relações interétnicas no norte do país. Isso levou alguns grupos étnicos a perceberem que estavam sendo marginalizados, alimentando tensões entre esses grupos. Além disso, as tropas francesas no Sahel são percebidas como o braço armado dos governos corruptos da região. A população do Sahel tornou-se cada vez mais ressentida com a França, considerando-a responsável por apoiar líderes corruptos, autoritários e opressivos (Adela, 2023).

4.2 O APROFUNDAMENTO DAS RELAÇÕES RUSSO-AFRICANAS

As relações russo-africanas têm uma longa história. A Rússia Imperial não participou da divisão colonial da África, não se envolveu no comércio de escravos e não possuía nenhuma propriedade no continente. Ao contrário, a Rússia demonstrou repetidamente simpatia pelo destino dos povos africanos e apoiou a independência dos então poucos Estados africanos soberanos. A União Soviética (URSS) trabalhou para acelerar os processos de descolonização, mantendo relações econômicas e comerciais com a grande maioria dos países africanos. Além disso, diversas indústrias foram construídas no continente com ajuda soviética, bem como

instituições de ensino onde muitos africanos receberam treinamento profissionalizante. Com a desintegração da URSS, a Rússia perdeu sua capacidade de cooperação com a África, causando uma drástica redução nos volumes de comércio e o fechamento de embaixadas e de centros culturais russos no continente. A retirada russa da África teve consequências geopolíticas e geoeconômicas significativas. Não apenas o efetivo apoio político de mais de 50 países nas principais organizações internacionais, especialmente a ONU, foi enfraquecido, mas também foram perdidos amplos mercados potenciais para produtos russos exportados com alto valor agregado. Isso, além de representar uma significativa fonte de recursos estrategicamente importantes para o desenvolvimento de setores modernos da economia, incluindo a esfera militar (Abramova e Fituni, 2020).

Na década de 2000, as divergências entre Rússia e o Ocidente em diversas questões internacionais impulsionaram uma mudança na mentalidade de sua política externa. O Conceito de Política Externa de 2000 demonstrou ser mais pragmático em comparação ao seu antecessor de 1993. O documento enfatizava o interesse da Rússia em desenvolver relações políticas com a Organização da Unidade Africana (OUA) e outras organizações regionais, destacando a necessidade de participação em projetos multilaterais por meio das oportunidades oferecidas por tais organizações. Foi sob a liderança de Putin, no período pós-2000, que a economia russa alcançou maior estabilidade. Impulsionada por esses desenvolvimentos, a Rússia passou a indicar sua não aceitação e adoção do sistema mundial unipolar do período pós-soviético. O aumento do poder econômico e político da Rússia provocou uma mudança em sua abordagem em relação à África, com a qual mantinha laços mais estreitos no passado. Para a Rússia, o papel da África no sistema internacional era significativo e multifacetado. Reconhecendo que a importância da África na política global cresceria ainda mais se os conflitos violentos no continente fossem interrompidos, a Rússia mudou sua abordagem em relação ao continente. Diversos países estavam intensificando e ampliando seus esforços na África, de modo que era imperativo que a Rússia retomasse suas iniciativas no continente (Fidan e Aras, 2010).

Dentro os objetivos da política externa da Rússia, estão: buscar a soberania; estabelecer uma posição sólida na comunidade mundial; criar condições propícias para o crescimento sustentável e dinâmico da economia russa; fortalecer a paz mundial; e estabelecer segurança e estabilidade universais, com o propósito de criar um sistema internacional justo e democrático. Assim, o objetivo geral da política externa russa é duplo: integrar-se efetivamente à economia mundial e restaurar sua influência no sistema global, visando alcançar um mundo estável e multipolar. Portanto, para que a multipolaridade seja bem-sucedida, é crucial que o Sul geopolítico também alcance o sucesso. Nesse sentido, é do interesse da Rússia apoiar os

esforços do Sul e, simultaneamente, buscar suas próprias iniciativas para promover a transformação e alcançar a soberania popular; a soberania popular é uma pré-condição para a realização da multipolaridade. A busca pela multipolaridade, por necessidade, envolverá a consolidação de centros de poder alternativos e o desafio aos centros de poder estabelecidos. A Rússia tem buscado solidariedade fora do Ocidente, desafiando o domínio ocidental. Ademais, vem buscando criar um contraponto geopolítico à hegemonia ocidental e uma ferramenta essencial para fortalecer a esquerda global. Uma extensão necessária dessa estratégia é a aproximação da África (Arkhangelskaya e Dodd, 2016).

Desde o início dos anos 2000, a África recuperou sua posição como uma das principais direções da política externa russa, e em menor medida, das atividades econômicas para além do antigo território soviético e dos países vizinhos. Durante a primeira década do Novo Milênio, a parceria multilateral da Rússia com os Estados africanos foi significativamente fortalecida. Isso foi evidenciado politicamente pelas visitas de Vladimir Putin à Argélia, Marrocos e África do Sul, e posteriormente pelas visitas de Dmitri Medvedev ao Egito, Nigéria, Namíbia e Angola em 2009, e à Argélia em 2010. Essas ações proporcionaram o impulso necessário para o desenvolvimento geral dos laços com a região. Para promover a parceria econômica com o continente, foram implementadas melhorias adicionais nas relações comerciais e econômicas com os países africanos. Comissões interparlamentares bilaterais focadas em cooperação econômica, científica e comercial tornaram-se gradualmente mais eficazes. Os contatos entre as Câmaras de Comércio e as estruturas empresariais foram fortemente incentivados. A Câmara de Comércio e Indústrias da Rússia, um influente lobby de industriais pós-soviéticos, emergiu como uma defensora robusta do aprofundamento das relações econômicas com a África. No geral, houve um esforço significativo e resultados positivos foram alcançados. Como resultado, a taxa de crescimento do comércio mútuo com os países africanos atingiu entre 20% e 30% ao ano (Fituni e Abramova, 2010).

As relações entre a Rússia e a África são impulsionadas por dois fatores principais: (a) A Rússia historicamente mantém diversos arranjos políticos e geográficos com os Estados africanos; (b) A Rússia nunca colonizou nenhum Estado africano. Desse modo, as relações entre a Rússia e a África no século XXI são marcadas pela autoridade pessoal e pela forte projeção da liderança de Vladimir Putin, cuja visão é reconstruir a Rússia para o status de grande potência. Sob sua orientação, a África tornou-se novamente uma parceira comercial significativa para a superpotência energética russa, de modo que a Rússia liderada por Putin está aproveitando os laços históricos existentes com alguns movimentos de libertação africanos

para influenciar a recepção de seus países nas relações internacionais com Moscou (Nkuna e Shai, 2020).

A essência do conceito é construir um sistema de relações mutuamente benéfico para alcançar metas de desenvolvimento e resolver problemas semanticamente semelhantes ao longo do caminho de sua realização. As condições objetivas que tornam essas aspirações viáveis estão em duas esferas. Tanto a Rússia quanto a África encontram-se fora da competição acirrada e da rivalidade opaca dos novos centros de poder no modelo emergente de economia e política mundial. Ao contrário da América do Norte e da União Europeia, a Rússia não possui "intenções" proprietárias em relação aos recursos naturais da África ou aos valores militares e estratégicos do continente (Fituni e Abramova, 2010). O desenvolvimento de uma atitude de não interferência nos assuntos internos dos países africanos e uma abordagem não paternalista, contrária a do Ocidente, tornaram a Federação Russa um aliado militar de primeira linha da África (Mukulu, 2023). A meta estabelecida na Doutrina de Política Externa da Rússia, aprovada pelo presidente Putin em fevereiro de 2013, é ampliar a cooperação internacional bilateral e multilateral com os Estados africanos. A expansão desses laços multilaterais com os países do continente atende aos interesses da Rússia, proporcionando-lhe a oportunidade de contar com a África como uma aliada em seus esforços para promover seus interesses na arena internacional (Arkhangelskaya e Dodd, 2016).

Além disso, como membro permanente do Conselho de Segurança da ONU, a Rússia desempenha um papel significativo no processo de manutenção da paz no continente, elaborando estratégias para resolver conflitos armados e definindo os mandatos das missões de manutenção da paz. Desde o início do milênio, a Rússia continua desempenhando um papel ativo não apenas no desenvolvimento de estratégias para resolver conflitos armados específicos e na determinação de mandatos para operações de manutenção da paz na região, mas também na manutenção prática da paz no continente. As tropas e policiais russos participaram de todas as operações de manutenção da paz da ONU na África, incluindo na República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Serra Leoa, Costa do Marfim, Libéria e Sudão. Em 2008, a Rússia uniu-se à operação de manutenção da paz da União Europeia no Chade e na República Centro-Africana, com a transferência de um contingente militar russo concluída. A Rússia também ampliou sua assistência no treinamento das forças de paz africanas, contribuindo para a presença de centenas de policiais civis e agentes da lei africanos em pontos críticos, desempenhando um papel significativo na manutenção da paz e segurança no continente (Fituni e Abramova, 2010).

A Rússia também lidera o processo de redução das dívidas estatais dos países africanos, resolvendo o problema das dívidas africanas com a antiga URSS. O Estado russo perdoou a maior parte dessas dívidas multimilionárias. Em 2002, a Rússia anulou quase 35 bilhões de dólares, praticamente toda a dívida de suprimentos militares e quase dois terços do total da dívida africana com a URSS. Em 2008, a Federação Russa cancelou ainda mais as dívidas africanas, totalizando 20 bilhões de dólares, e perdoou mais de 500 milhões de dólares em 2009. Ademais, foi dada atenção prioritária à intensificação do diálogo entre a Rússia e a África e ao estabelecimento de posições mútuas sobre os principais aspectos da agenda internacional. Isso inclui questões relacionadas à promoção da estabilidade estratégica, à construção de um mundo multipolar, ao fortalecimento do papel central da ONU e à abordagem de novos desafios e ameaças, com ênfase especial no combate ao terrorismo e ao extremismo (Fituni e Abramova, 2010).

No que se refere aos documentos oficiais que regem a política externa russa, aprovados por decreto presidencial, percebe-se uma evolução significativa na importância atribuída ao continente africano ao comparar o documento publicado em 2016 com o de 2023. No documento de 2023, destaca-se a necessidade de fortalecer e aprofundar a cooperação russo-africana em várias esferas, tanto em âmbito bilateral quanto multilateral, especialmente dentro da estrutura da União Africana e do Fórum de Parceria Rússia-África. Além disso, há ênfase em ampliar o comércio e os investimentos com os Estados africanos e as estruturas de integração do continente, como a Área de Livre Comércio Continental Africana, o Banco Africano de Exportação-Importação e outras organizações sub-regionais relevantes. Esses pontos específicos não foram abordados no documento de 2016, que priorizava mais a estabilização de conflitos no Norte e a neutralização de grupos extremistas. Dessa forma, é evidente que o continente africano está gradualmente se tornando uma prioridade cada vez maior na política externa russa (Russian Federation, 2016; 2023).

4.3 A QUESTÃO SECURITÁRIA E A PRESENÇA RUSSA NO SAHEL

A intervenção militar bem-sucedida de Moscou na Síria, ao lado do regime de Bashar al-Assad, levou a um aumento significativo na consideração por parte de vários governos africanos em relação à Rússia como um parceiro capaz de fornecer apoio eficaz e abrangente na luta contra o fundamentalismo e/ou separatismo islâmico. Além do fornecimento de armas e do envio de consultores militares, o envolvimento de empresas militares privadas (*private military companies*, PMCs, na sigla em inglês) tornou-se uma ferramenta particularmente eficaz

e de custo relativamente baixo para expandir a influência política e militar da Rússia em várias regiões do continente africano desde meados da década de 2010. Houve não apenas uma expansão geográfica da demanda por PMCs russas em países como República Centro-Africana, Sudão, Líbia, Mali, entre outros, mas também mudanças geopolíticas resultantes do êxodo de alguns clientes da esfera de influência francesa, notadamente aqueles associados ao Grupo Wagner. Em particular, entre 2017 e 2019, a Rússia firmou 19 acordos com países africanos para o desenvolvimento da cooperação técnico-militar. Mesmo sob uma crescente pressão dos EUA, com o objetivo de bloquear praticamente todos os laços entre os países africanos e a Rússia, não foi possível impedir a realização de acordos de cooperação no campo do treinamento de pessoal militar e troca de informações (Efremenko, 2023).

Na última década, os acordos bilaterais entre os países africanos e a Rússia têm cada vez mais incluído estipulações relacionadas à segurança e à defesa. Destacam-se os acordos de cooperação técnico-militar, que estabelecem mecanismos para a transferência de armas e equipamentos, bem como treinamento e educação, todos os quais conferem benefícios políticos a Moscou. Em alguns casos, a Rússia está substituindo a ajuda ocidental à segurança quando os países enfrentam embargos de armas ou sanções. Por exemplo, a Rússia renovou sua cooperação bilateral de segurança com o Sudão em fevereiro de 2022, quatro meses depois de os EUA interromperem as entregas de ajuda, em resposta à deposição de um governo civil de transição pelos militares. Além disso, a Rússia também assinou acordos militares com outros países africanos, como a República Centro-Africana e o Mali, este último com o governo de transição (Mukulu, 2023).

As principais áreas das relações militares entre a Rússia e a África incluem transferências de armas, treinamento militar, contribuições para operações de manutenção da paz da ONU, bem como esforços conjuntos no combate ao terrorismo e à pirataria. A exportação de armas, em particular, destaca-se como uma área lucrativa para o crescimento, especialmente diante das contínuas sanções ocidentais e de uma economia estagnada causada pela queda dos preços globais do petróleo. Apesar de os EUA serem o maior fornecedor de armas globalmente, a Rússia representa uma fonte alternativa de tecnologia e equipamentos militares para os países africanos, com menos supervisão e condicionalidades políticas. Moscou busca expandir suas exportações de armas e desenvolver o setor de defesa em nações africanas interessadas. Em 2014, diante da demora da Grã-Bretanha e dos EUA em responder ao pedido de ajuda da Nigéria, o país recorreu à Rússia para treinamento antiterrorismo de suas forças especiais e adquiriu equipamentos militares para combater o Boko Haram. Em janeiro de 2015, o embaixador russo em Camarões comprometeu-se a fornecer material militar avançado e

treinamento para reforçar os esforços conjuntos de combate ao Boko Haram por uma força-tarefa multinacional composta por Camarões, Chade, Níger e Nigéria (Daniel e Shubin, 2018).

As vendas e transferências de armas russas desempenham um papel significativo nos acordos de cooperação técnico-militar com os países africanos, proporcionando benefícios mútuos. A África pode importar os equipamentos e armas necessários, geralmente a preços competitivos e com poucas restrições, enquanto a Rússia fortalece sua base industrial de defesa e consolida a boa vontade das nações parceiras. Desde 2010 a Rússia emergiu como um dos principais exportadores de armas para a África, realizando vendas de equipamentos para pelo menos vinte e quatro países africanos. De 2017 a 2021, a Rússia foi responsável por 44% das principais exportações de armas para a África, mas apenas 24% das exportações globais de armas em todo o mundo. Além da transferência e venda de armas, a cooperação militar entre a Rússia e o continente africano inclui a intervenção militar direta do Estado russo em países afetados por conflitos armados. Isso foi evidenciado na República Centro-Africana, Líbia e Mali, onde o exército russo interveio para apoiar as forças nacionais, buscando restaurar a paz em regiões desses países que foram vítimas de ataques rebeldes (Mukulu, 2023).

Os esforços da ONU e da União Africana na missão de manutenção da paz MINUSCA para assegurar a estabilidade do país se revelaram ineficazes. A missão francesa Sangaris, apoiada pela missão de treinamento EUTM-RCA da União Europeia, também enfrentou dificuldades para lidar com o aumento da violência na República Centro-Africana (Nadzharov e Entina, 2023). Suscetível a golpes, rebeliões e conflitos comunitários, a RCA tem enfrentado conflitos por mais de duas décadas. Nesse cenário, os Estados formaram alianças com base na satisfação de suas necessidades imediatas ou de curto prazo. Enquanto a Rússia buscava expandir sua influência militar e econômica na África, o regime de Touadera necessitava de segurança militar para controlar a capital Bangui (Hayrapetyan e Kučera, 2022). Diante da ineficácia das organizações internacionais e dos atores ocidentais, o governo da RCA solicitou assistência à Rússia. Os instrutores militares russos treinaram as forças de segurança e o pessoal militar da RCA em operações de armas de combate (ao contrário da missão da UE), e as forças especiais russas participaram das operações antiterroristas do exército da África Central. A presença militar russa desempenhou um papel crucial na estabilização do país, resultando em uma significativa redução nos níveis de violência na RCA a partir de 2020 (Nadzharov e Entina, 2023).

Após os primeiros sucessos na Líbia e na RCA, a Rússia começou a se concentrar nos países do Sahel, assinando um acordo de cooperação militar com o Mali em 2019. Em 2019, o governo então existente no Mali estabeleceu um acordo de cooperação militar com a Rússia

para adquirir quatro helicópteros de ataque/transporte MI-171S, além de armas e munições. Após o golpe de agosto de 2020, a junta militar maliana selou um acordo com o Grupo Wagner para conduzir treinamento militar, fornecer proteção próxima e realizar operações de contraterrorismo no país. Esses eventos, somados à presença contínua do Grupo Wagner no Sudão e na RCA desde 2017, tiveram repercussões em Burkina Faso, onde a população está clamando pela intervenção do Grupo Wagner (Adela, 2023). No Mali, a principal missão do pessoal militar russo não era apenas proteger, mas também treinar. O exército malinês estava descontente com o treinamento europeu, e as habilidades gerais das forças malinesas permaneceram baixas, o que ficou evidente durante os sangrentos ataques islâmicos às bases do exército do Mali em Gao e Indelimane em 2017 e 2019, respectivamente (Nadzharov e Entina, 2023).

A Rússia firmou e implementou acordos técnico-militares com 89 países. Os esforços para fortalecer os laços e ampliar a cooperação entre a África e a Rússia abrangem intercâmbios de estudantes, cursos militares e compartilhamento de informações. Anualmente, a Rússia realiza os Jogos Internacionais do Exército, visando fortalecer as relações entre as forças armadas de diferentes países e promover o treinamento de combate. Em julho/agosto de 2016, mais de 3.000 militares de 19 países africanos participaram desses jogos (Daniel e Shubin, 2018). O Estado russo assinou acordos, também, com a liderança do Sudão, permitindo o uso do porto do Mar Vermelho como uma base naval russa, por meio de um contrato de aluguel com duração de 25 anos. A presença dessa base possibilitaria o estabelecimento de uma presença estratégica em um ponto próximo à vital linha de comunicações comerciais e militares pelo Canal de Suez. Esses portos marítimos, localizados no lado sírio, desempenham uma função semelhante à da Rússia, juntamente com o Estreito de Bab-el-Mandeb (Efremenko, 2023).

Figura 3 – Cooperação Militar Russa e Interesses Estratégicos na África



Fonte: Hedenskog (2018).

De acordo com diversos relatórios, representantes do Grupo Wagner desempenharam um papel importante na preparação desses acordos, estabelecendo contatos próximos com o então presidente do Sudão, Omar al-Bashir. Após a queda de al-Bashir em 2019, continuaram a se envolver com o novo líder *de facto* do país, o general Abdel Fattah al-Burhan. No entanto, os acordos não foram finalizados, devido à crescente pressão dos Estados Unidos. De maneira semelhante, outros países africanos tomarão decisões sobre o desenvolvimento da cooperação técnico-militar com a Rússia, considerando o sucesso ou fracasso da operação especial, a eficácia geral do complexo militar-industrial russo e a performance de tipos específicos de armamentos (Efremenko, 2023). Além disso, desde 2018, o Grupo Wagner está presente na República Centro-Africana, onde vem ajudando a treinar soldados do Exército Centro-Africano. Em dezembro de 2020, o Grupo Wagner, apoiado por dois helicópteros Mi-8 do exército russo, uniu forças com o exército centro-africano, as forças da MINUSCA e as forças de Ruanda para combater os rebeldes e impedir a realização das eleições presidenciais e legislativas. O grupo também está presente no Mali e no Sudão. A presença do grupo em solo malinês é justificada pelos acordos bilaterais de cooperação militar assinados entre a Rússia e o Mali nos últimos anos (Mukulu, 2023).

No que diz respeito às operações de paz, desde 2006, várias centenas de soldados de países africanos foram treinados no Centro de Treinamento Avançado do Ministério do Interior

da Rússia. O centro oferece cursos de manutenção da paz para participantes internacionais, preparando-os principalmente para implantação em missões da ONU. As contribuições da Rússia para as operações de manutenção da paz da ONU abrangem pessoal, equipamentos, transporte e treinamento. A Rússia forneceu tropas, conhecimento e observadores militares para operações de manutenção da paz da ONU em países como República Centro-Africana, Chade, Sudão do Sul, Sudão e Saara Ocidental. Somente em 2012, a Rússia contribuiu com US\$ 2 milhões para o Fundo de Paz da União Africana (Daniel e Shubin, 2018). A estabilização do continente é destacada no documento oficial que rege a política externa russa de 2023, em que é mencionada a necessidade de se estabilizar os conflitos no continente, focando na assistência à segurança, segurança alimentar e energética, bem como cooperação militar e técnico-militar, e na assistência na resolução e superação das consequências dos conflitos armados na África, especialmente os interétnicos e étnicos, defendendo o papel de liderança dos Estados africanos nesses esforços, com base no princípio "soluções africanas para problemas africanos" (Russian Federation, 2023).

Percebe-se, portanto, que a Rússia não busca construir uma “*Russafrique*”; ela almeja estabelecer parcerias econômicas mutuamente benéficas e utiliza o Sahel como vitrine para a eficiência de seus serviços de segurança. A presença russa na região desencadeou uma transformação na ordem regional, passando de uma estrutura dominada pelo Ocidente para uma mais flexível e competitiva, abrindo oportunidades para atores regionais (como a Argélia) e não regionais (como a Turquia). Após a retirada da França, a Argélia é cada vez mais vista como um possível mediador entre Bamako e Azawad, além de potencial ator antiterrorista. A Turquia estabeleceu estreita cooperação com o Níger na área de educação militar (Nadzharov e Entina, 2023). Além disso, as autoridades do Mali adquiriram drones Bayraktar TB2, de fabricação turca, que se destacam por sua capacidade de monitorar o território nacional, detectar alvos suspeitos e, se necessário, localizá-los e atacá-los com precisão cirúrgica (Le Mali..., 2023).

Dessa forma, a Rússia tem potencial de desempenhar um papel fundamental na segurança do continente africano. Sua experiência militar e a indústria de armamentos russa podem representar recursos valiosos para a redução de conflitos no continente, desde que haja uma cooperação contínua com missões de manutenção da paz, como as promovidas pela União Africana (Nadzharov e Entina, 2023). As boas relações da Rússia com o continente, sua postura anticidental e sua experiência militar poderiam conferir-lhe uma posição forte para intervir com sucesso em questões de segurança na região (Arkhangelskaya e Dodd, 2016). No entanto, a presença russa no Mali está mais uma vez sendo securitizada pelo Ocidente e provavelmente

se tornará um ponto de confronto entre Moscou e as capitais ocidentais (Nadzharov e Entina, 2023).

5 CONCLUSÃO

O presente trabalho buscou analisar como se manifestam as Guerras Híbridas na África e suas consequências para os países foco e para a região do entorno, bem como a política securitária russa para o continente a partir dos anos 2000. Para isso, analisou-se o processo de securitização do Sahel, iniciado em 2001 no contexto da Guerra ao Terror, os eventos da Primavera Árabe no norte da África, assim como os desdobramentos desses eventos para os países da região e do Sahel, que culminaram em uma nova onda de intervenções ocidentais sob o pretexto de estabilização do continente. Além disso, analisou-se a política securitária russa para o Sahel, seus objetivos e suas consequências.

Diante disso, o objetivo do segundo capítulo foi analisar o processo de securitização do Sahel e as guerras híbridas na África. A região do Sahel possui grande importância geopolítica e geoestratégica, devido aos abundantes recursos presentes em algumas de suas regiões, bem como sua posição privilegiada entre a África Ocidental e Central. A importância da região é compreendida pela busca por novas áreas de influência no contexto da disputa por recursos e mercados entre as principais potências internacionais. Essas nações competem pelos recursos inexplorados no Sahel africano, visando garantir uma parte significativa desses recursos e manter sua presença contínua na região. Desse modo, a securitização do Sahel intensificou-se com a Guerra ao Terror, iniciada após os eventos do 11 de setembro nos Estados Unidos, resultando em iniciativas como a PSI e a TSCTI, além da criação do AFRICOM. Foi iniciada uma nova frente africana na GWOT como justificativa ideológica para a militarização, vinculando-a aos interesses imperialistas dos Estados Unidos, especialmente em relação aos recursos naturais, como petróleo, gás e urânio, ainda que não houvesse provas concretas de que de fato havia atividade terrorista no Sahel na época, tampouco que as insurreições tivessem qualquer ligação com o terrorismo internacional.

Ainda no capítulo dois, explorou-se o conceito de Revoluções Coloridas, como descrito por Ó Beacháin e Polese (2010) e Nikitina (2014), e como estas se manifestam na África, por meio da análise dos eventos da Primavera Árabe. A Primavera Árabe de 2011 na África do Norte e no Oriente Médio foi marcada por levantes populares iniciados na Tunísia e se espalhando para outros países. Na Tunísia, os protestos levaram à renúncia do presidente Ben Ali, enquanto no Egito, a insatisfação com problemas econômicos e corrupção resultou em protestos. Na Líbia, a revolta contra Gaddafi envolveu grupos armados, com a intervenção da OTAN justificada sob alegações de proteção aos civis. As redes sociais e os meios de informação tiveram papel central no desenvolvimento dos eventos, facilitando a organização

social e disseminando informações por vezes fabricadas para incitar a revolta. O envolvimento dos EUA na região, incluindo programas como a MEPI, revela esforços para influenciar mudanças políticas na área. A Líbia, rica em recursos, foi alvo de intervenção, e a instabilidade subsequente contribuiu para desafios regionais, incluindo o tráfico de armas e o aumento da ameaça terrorista. As ondas de choque decorrentes da crise financeira de 2008 constituíram as bases que deram origem à Primavera Árabe no contexto da competição geopolítica por recursos naturais na região, desencadeando uma nova onda de intervenções estrangeiras e desestabilização de vastas áreas do norte da África e do Sahel.

Em vista disso, os eventos da Primavera Árabe no continente foram analisados por meio da teoria das Guerras Híbridas. O conceito de Guerra Híbrida abordado por Hugo Fernandes (2016) destaca um novo paradigma de guerra na atualidade. Caracterizada por ameaças difusas, a guerra híbrida combina métodos convencionais e não convencionais, como terrorismo, contrainsurgência e desestabilização, buscando desestabilizar governos e instituições para criar um vácuo de poder. Essa forma de guerra pode envolver ataques cibernéticos e de informação, manipulando politicamente o conflito. Valery Gerasimov (2016) observa uma mudança na forma de fazer guerra, com maior ênfase em meios não militares para atingir objetivos políticos e estratégicos. As novas tecnologias de informação desempenham um papel crucial, reduzindo lacunas espaciais e temporais e permitindo ações de longa distância. Gerasimov destaca eventos como a Primavera Árabe como típicos da guerra do século XXI. Andrew Korybko (2018) enfatiza a guerra indireta como eficiente na era multipolar, envolvendo guerras híbridas com Revoluções Coloridas e Guerra Não Convencional. Ele destaca a disseminação de informações por meio de redes sociais como um elemento-chave, criando consenso para derrubar governos. Korybko destaca o uso estratégico de Revoluções Coloridas para desencadear a Guerra Não Convencional, de modo que esta última é uma continuação da primeira, buscando desestabilizar um Estado. A estratégia é indireta, permitindo que os responsáveis evitem a culpabilidade ao apoiar grupos locais.

Em resumo, a Guerra Híbrida representa uma abordagem multifacetada que combina métodos militares e não militares para desestabilizar governos e promover mudanças políticas, utilizando táticas como Revoluções Coloridas e Guerra Não Convencional. Essa estratégia visa perpetuar a unipolaridade e a hegemonia de certas potências globais. Observa-se, assim, que as potências ocidentais vêm utilizando táticas de intervenção indireta para promover a mudança de regime no continente, visando a manter sua área de influência e a assegurar a continuidade de governos aliados na região. A militarização do continente provoca desequilíbrio, ao promover treinamentos, fornecimento de armas e o reforço tanto do exército quanto de grupos

locais. Isso resulta no aumento da ocorrência de golpes de Estado e na intensificação da letalidade e da complexidade no controle de insurreições. Além disso, a desestabilização de governos centrais fortes e o apoio mascarado do Ocidente ao islã político criou as condições necessárias para reavivar as intervenções diretas na região, justificada pela Guerra ao Terror.

No capítulo três, buscou-se compreender o caráter das intervenções estrangeiras e dos conflitos no Sahel pós-2010, mas especificamente nos anos que se seguiram à Primavera Árabe. As repercussões da Primavera Árabe no norte da África tiveram amplos efeitos em diversas localidades. A remoção de Gaddafi resultou na dispersão de armamentos líbios, levando a uma desestabilização generalizada na região. No Mali, a morte de Gaddafi contribuiu para movimentos separatistas, insurgências jihadistas, um golpe militar e intervenções estrangeiras. A intervenção contou com a participação de atores externos, como CEDEAO, UA, ONU, UE, França e EUA, sob a justificativa de combater a instabilidade e o terrorismo internacional. O Mali e a Líbia foram particularmente afetados, resultando em múltiplos grupos armados. A instabilidade evoluiu para uma crise abrangente, especialmente no Mali, Burkina Faso e Níger.

A instabilidade socioeconômica, a crise econômica internacional e a ascensão de grupos terroristas contribuíram para contradições políticas nos países do Sahel. Golpes de Estado tornaram-se comuns, indicando um aumento do ativismo militar na política. O Mali, antes considerado politicamente estável, enfrentou uma crise intensa desde 2012, resultante de fatores étnicos, sociais e econômicos. A intervenção na Líbia pela OTAN desempenhou um papel catalisador, reavivando conflitos tuaregues, e a má governança e a corrupção exacerbaram a situação. Um golpe militar em 2012 levou à ascensão de grupos islâmicos no norte do país. Na República Centro-Africana, o movimento rebelde Séléka surgiu, levando a confrontos sectários. Burkina Faso enfrentou turbulência política devido a propostas de emenda constitucional. Um golpe em 2014 resultou na instabilidade, mas a transição civil foi estabelecida em 2015. Novos golpes ocorreram em 2015 e em 2022. O Mali passou por dois golpes em 2020 e 2021, destacando desafios na transição para a governança civil. Em 2021, o Sudão enfrentou uma intervenção militar, enquanto Burkina Faso viu dois golpes em 2022. O Níger também enfrentou um golpe em 2023, evidenciando a persistente instabilidade na região do Sahel.

A Primavera Árabe desencadeou ainda o aumento do terrorismo no Sahel. O colapso do regime liderado por Gaddafi favoreceu a ascensão do Estado Islâmico e Al-Qaeda na região. O Mali foi impactado com o surgimento do MNLA e grupos como Ansar Dine e AQMI. O Níger enfrentou desafios similares, incluindo a influência do Boko Haram e do EI. No Chade, a afiliação do Boko Haram ao EI e a instabilidade pós-Primavera Árabe contribuíram para o aumento da violência. Burkina Faso viu um aumento na atividade terrorista após a queda do

regime de Blaise Compaoré em 2014, com AQMI e EI envolvidos em ataques. Em 2019, os três países registraram mais de 4.000 vítimas de ataques terroristas, resultando em meio milhão de deslocados, e a presença desses grupos agravou o crime organizado na região. A região também passa por conflitos recorrentes entre forças armadas e grupos armados no Sahel, que levaram a milhões de civis a abandonar suas residências na região. Burkina Faso enfrenta uma situação devastadora desde a Revolta de 2014, com ataques contínuos por grupos extremistas desde 2016. Esses grupos também estão presentes no Mali, resultando em conflitos entre eles devido a discordâncias ideológicas e lealdades diversas, como Al-Qaeda e Estado Islâmico. O Mali, com conflitos desde 2012, enfrenta desafios étnicos, desigualdades e confrontos persistentes entre o exército e grupos armados. O Níger, compartilhando fronteiras com Burkina Faso e Mali, também sofre com a violência armada e seus efeitos colaterais. O Chade e a RCA experimentam consideráveis episódios violentos, sendo a RCA marcada por conflitos internos desde 2012.

Diante desse cenário, com a queda de Gaddafi e a conseqüente desestabilização da região, o Ocidente destacou a suposta ameaça à segurança no Sahel, alegando o tráfico de armas da Líbia para a AQMI na região. O processo de securitização do Sahel é retomado, pautado em uma nova onda de intervenções estrangeiras, com a justificativa de estabilizar a região. As intervenções foram embasadas principalmente nas justificativas de combate ao terrorismo, intervenção humanitária e resolução de conflitos. A competição por recursos, especialmente petróleo e gás, é um motivo econômico significativo para o envolvimento ocidental no norte da África e no Sahel. Além disso, os países da sub-região representam um mercado crucial para produtos e tecnologias europeias, competindo com outras potências globais. Os EUA apoiaram as forças francesas e as nações vizinhas na luta contra grupos jihadistas no norte do Mali. A colaboração EUA-França se expandiu para operações de contraterrorismo no Mali e Níger. No entanto, a militarização na região tem gerado violações dos direitos humanos, aumentando as mortes de civis e contribuindo sobremaneira para a disseminação do extremismo. Apesar dos esforços internacionais, a campanha contra os militantes resultou na propagação da violência no Sahel.

Missões de paz da ONU também foram estabelecidas na região visando estabilizar os conflitos. A MINUSMA foi estabelecida em resposta ao conflito no norte do Mali em 2012. A missão também lida com ameaças transnacionais, incluindo crime organizado e jihadismo, colaborando com a Força Conjunta do G5S e Operação Barkhane. Apesar de ter sido estabelecida inicialmente como uma ação de manutenção de paz, observou-se gradualmente sua militarização e seu papel ativo em atividades de contraterrorismo. Na RCA, a MINUSCA

assumiu as responsabilidades de proteger civis, estabilizar o país e apoiar a reconstrução do sistema judiciário. Apesar dos esforços, abusos generalizados persistem. Observam-se diversos desafios associados à militarização dessas missões de paz da ONU, principalmente o risco de intensificação da violência e perda de neutralidade. Questiona-se a viabilidade da intervenção externa na construção da paz já que se observa a perda de credibilidade e a desconfiança generalizada por parte das populações locais e da classe política.

As bases militares também tiveram papel importante no contexto das intervenções ocidentais no Sahel. O aumento de conflitos e migrações justificou a criação dessas bases, com os EUA mantendo diversas instalações na região. O foco inclui atividades de contraterrorismo e operações especiais, mas as bases também possuem papel estratégico para garantir a livre circulação de mercadorias e matérias-primas, além de serem essenciais para o controle da migração em direção à Europa. A militarização das fronteiras está relacionada à competição entre grandes potências na África. A presença militar dos EUA na região é justificada por questões de segurança marítima, energética e combate ao terrorismo, embora também levante questionamentos sobre apoio indireto a indústrias dos EUA na região. Há preocupações sobre o aumento de bases no continente, especialmente em relação à capacidade de monitorar o trânsito de armas, bem como críticas ao impacto das bases estrangeiras, que podem ampliar tensões militares e desencorajar soluções diplomáticas. Além disso, observa-se uma continuidade na postura dos EUA em apoiar regimes repressivos nos países que abrigam suas bases, com implicações negativas para democratização e direitos humanos.

Tendo isso em vista, no capítulo quatro, buscou-se analisar as mudanças políticas na África e a rejeição da estratégia ocidental nas últimas décadas, bem como a política securitária russa para a região e suas consequências. A deterioração da segurança no Sahel resulta da fragilidade estatal, exacerbada pela atuação de grupos armados não estatais. Desde 2012, a região enfrenta instabilidade, golpes de Estado e crises humanitárias, apesar das intervenções internacionais que afirmam ter como objetivo a estabilização. As missões de contraterrorismo lideradas pelo Ocidente na região falharam, e a corrupção, pobreza e desconfiança nas capacidades ocidentais alimentaram o apoio a golpes e o recrutamento de grupos armados. A resposta ocidental, centrada na securitização à medida que negligencia problemas sociais históricos, resultou em um clima de desconfiança generalizada entre a população local, que percebeu a presença do Ocidente como motivada por interesses próprios e, não, pela vontade de estabilização dos países. Além disso, o sentimento anti-francês cresceu devido às memórias do colonialismo, críticas a intervenções militares e alegações de abusos. A Operação Barkhane e as operações de manutenção de paz, por sua vez, não alcançaram sucesso, e a França perdeu

influência na região. A retirada das tropas do Mali e sua transferência para o Níger provocaram críticas e acusações, intensificando o sentimento anti-francês. A aliança entre a França e grupos étnicos locais gerou tensões interétnicas, levando a população do Sahel a perceber as tropas francesas como apoiadoras de governos corruptos. Alegações de que a França inadvertidamente apoia extremistas também contribuíram para a crescente hostilidade contra sua presença na região. Diante do fracasso das intervenções ocidentais, os Estados do Sahel buscam formas alternativas de cooperação na tentativa de estabilizar a região e de garantir trocas comerciais mais justas, encontrando na Rússia um parceiro que se destaca pela abordagem de cooperação sem imposição de condicionalidades.

Nos anos 2000, a Rússia sob a liderança de Putin adotou uma abordagem mais pragmática em sua política externa, reconhecendo a importância da África no cenário internacional. O aumento do poder econômico e político russo levou a uma retomada das relações com o continente, buscando parcerias econômicas e políticas mutuamente benéficas. Os objetivos da política externa russa incluem buscar soberania, fortalecer a economia, promover a paz mundial e estabelecer segurança universal. A Rússia procura integrar-se à economia global, desafiando a hegemonia ocidental e buscando solidariedade fora do Ocidente. A África tornou-se uma peça crucial nessa estratégia, com a Rússia buscando parcerias econômicas e políticas para promover seus interesses no cenário internacional.

A política externa russa em relação à África evoluiu ao longo do tempo, com documentos oficiais mais recentes destacando a crescente importância do continente nas prioridades russas. O foco atual inclui fortalecer a cooperação bilateral e multilateral, expandir comércio e investimentos, e colaborar com organizações continentais. Essa evolução reflete o crescente interesse e prioridade que a Rússia atribui à África em sua política externa. A Guerra da Ucrânia, iniciada em 24 de fevereiro de 2022, também desempenhou um papel importante no aprofundamento das relações russo-africanas. Diante do rompimento das relações entre a Rússia e o Ocidente, os contatos com o Sul Global tornaram-se ainda mais valiosos para o Estado russo. Devido à influência da Rússia na África, muitos líderes africanos optaram por não condenar a Rússia pela guerra na Ucrânia. Além disso, o acesso a recursos e mercados mostra-se essencial diante da deterioração das relações com os países ocidentais.

A Rússia passou a ser vista como parceira essencial na luta contra o extremismo islâmico por diversos governos africanos. O envolvimento inclui fornecimento de armas, consultores militares e PMCs, sendo as PMCs uma ferramenta eficaz e de baixo custo para ampliar a presença russa no continente. Acordos técnicos-militares têm sido assinados, destacando cooperação em transferência de armas, treinamento militar e participação em

operações de paz. O Estado russo busca expandir suas exportações de armas para a África, oferecendo uma alternativa aos fornecedores ocidentais. Intervenções diretas em países como RCA, Líbia e Mali foram realizadas buscando estabilização, e a presença do Grupo Wagner é notável nesses esforços. As relações militares abrangem transferências de armas, treinamento militar, contribuições para operações de manutenção da paz da ONU e esforços conjuntos no combate ao terrorismo e à pirataria.

Observa-se, portanto, que a Rússia busca estabelecer parcerias econômicas mutuamente benéficas na África, utilizando o Sahel como uma vitrine para seus serviços de segurança. Sua presença na região provocou uma transformação na ordem regional, passando de uma estrutura dominada pelo Ocidente para uma mais flexível e competitiva. Isso abriu oportunidades para atores regionais, como a Argélia, e não regionais, como a Turquia. A Argélia é vista como um possível mediador e ator antiterrorista após a retirada da França. A Turquia coopera estreitamente com o Níger na educação militar. A Rússia, com sua experiência militar e indústria de armamentos, pode desempenhar um papel fundamental na segurança africana, especialmente colaborando com missões de manutenção da paz da União Africana. Suas boas relações, postura antiocidental e experiência militar podem permitir intervenções bem-sucedidas em questões de segurança na região, embora a presença russa no Mali seja motivo de preocupação no Ocidente, que vem perdendo espaço na política local.

Em síntese, a evolução dos eventos no Sahel desde os atentados de 11 de setembro até os dias atuais revela um ciclo complexo de intervenções com duras consequências para os países africanos. A Guerra ao Terror iniciada pelos Estados Unidos desencadeou a securitização da região, inicialmente justificada pela necessidade de combater organizações extremistas. No entanto, essa abordagem levou à legitimação de intervenções diretas e à militarização da região, ignorando os contextos sociais e políticos locais, priorizando-se apenas os próprios interesses nacionais. A Primavera Árabe, marcada pela instabilidade econômica global, proporcionou ao Ocidente a oportunidade de intervir visando assegurar seus interesses estratégicos por meio de mudanças de regime, que levaram a uma desestabilização ainda maior da região. As ações subsequentes, como a retirada de tropas e o fornecimento de armas, contribuíram para a fragmentação social e o aumento dos conflitos. Existe uma duplicidade nos discursos dos Estados Unidos e da OTAN, visto que o apoio velado ao islã político criou as condições para uma intervenção militar direta, justificada pela narrativa da "guerra ao terror".

A resposta ocidental, centrada na securitização e negligenciando questões sociais históricas, resultou em um clima de desconfiança generalizada entre a população local, que percebeu a presença ocidental como motivada por interesses próprios, não pela estabilização

dos países. Além disso, as intervenções ocidentais causaram uma fragmentação ainda maior dos países foco, além de aumentar sobremaneira a letalidade e as consequências dos conflitos. Diante do fracasso das intervenções ocidentais, os Estados do Sahel buscam alternativas, encontrando na Rússia um parceiro que se destaca pela abordagem de cooperação sem imposição de condicionalidades. A Rússia, por sua vez, busca consolidar alianças na região, visando não apenas recursos naturais, mas também uma posição estratégica contra a hegemonia ocidental, visando a fortalecer o multilateralismo do sistema internacional por meio de alianças estratégicas. Assim, a ascensão da Rússia no continente africano representa não apenas uma resposta às falhas das intervenções ocidentais, mas também uma busca por parcerias mais equitativas e eficazes para a estabilização da região do Sahel.

Dessa forma, as perspectivas para a continuação deste estudo são diversas. O escopo territorial do presente trabalho foi delimitado, justificado pela própria estrutura da pesquisa, o que resultou na não análise do papel das intervenções ocidentais e estratégias de cooperação militar russa nos demais países do Sahel, como é o caso da Nigéria e do Senegal, por exemplo. Ademais, é possível analisar outros âmbitos de cooperação entre a Rússia e o continente, como as esferas comercial, política e econômica, já que se observa o notável crescimento da presença russa na África nos últimos anos, evidenciando que a Rússia tem desempenhado um papel central nas relações africanas contemporâneas.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVA, Irina; FITUNI, Leonid. The African Segment of Multipolar World: Dynamics of Geostrategic Significancy. **World Economy and International Relations, online**, v. 62, n. 12, p. 5-14, 2018.
- ABRAMOVA, Irina. O; FITUNI, Leonid L. Russia's New Strategy on Africa. **Herald of the Russian Academy of Sciences**, Moscou, v. 90, n. 6, p. 688-696, 2020.
- ADELA, Gershon. A Force for the Right Purpose? Rethinking Western COIN Interventions in Africa's Sahel. **Journal of Military and Strategic Studies**, [S.l.], v. 22, n. 3, p. 60-92, 2023.
- AINA, Folahanmi. French Mistakes helped create Africa's coup belt. **Al Jazeera**, 17 ago. 2023. Disponível em: <https://www.aljazeera.com/opinions/2023/8/17/french-mistakes-helped-create-africas-coup-belt>. Acesso em: 23 dez. 2023.
- AMIN, Samir. **¿Primavera árabe?: el mundo árabe en la larga duración**. Barcelona: El viejo topo, 2011.
- ARKHANGELSKAYA, Alexandra; DODD, Nicole. Guns and Poseurs: Russia Returns to Africa. In.: TAYLOR, Ian; ARKHANGELSKAYA, Alexandra (ed.). **Emerging Powers in Africa. A New Wave in the Relationship?** Londres, 2016.
- ARMSTRONG, Hannah Rae. Exit France – The Influence of External Actors in the Sahel Region. **Middle East Report**, n. 305 (Winter 2022). Disponível em: <https://merip.org/2023/01/exit-france/>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- BANDEIRA, Luiz Alberto Moniz. **A Segunda Guerra Fria: geopolítica e dimensão estratégica dos EUA - das rebeliões na Eurásia à África do Norte e Oriente Médio**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.
- BLECK, Jaimie; MICHELITCH, Kristin. The 2012 crisis in Mali: ongoing empirical state failure. **African Affairs**, [S.l.], v. 114, n. 457, p. 598-623, 2015.
- BOEKE, Sergei; SCHUURMAN, Bart. Operation 'Serval': A Strategic Analysis of the French Intervention in Mali, 2013-2014. **Journal of Strategic Studies, online**, v. 38, n. 6, p. 801-825, 2015.
- BOUDADI, Karim. Security Cooperation in the African Sahel Region. **Honvédségi Szemle – Hungarian Defence Review**, [Budapeste], v. 146, n. 1, p. 113–125, 2018. Disponível em: <https://kiadvany.magyarhonvedseg.hu/index.php/honvszemle/article/view/310>. Acesso em: 20 nov. 2023.
- BOYLE, Francis A. **Destroying Libya, and World Order: The Three-Decade US Campaign to Terminate the Qaddafi Revolution**. Atlanta: Clarity Press, 2013.
- BRITO, José Carlos; DURANT, Sarah M.; PETTORELLI, Nathalie; NEWBY, John; CANNEY, Susan; ALGADAFI, Walid; RABEL, Thomas; CROCHET, Pierre-André; PLEGUEZUELOS, Juan Manuel; WACHER, Tim; SMET, Koen de; GONÇALVES, Duarte Vasconcelos; SILVA, Maria Joana Ferreira da; MARTÍNEZ-FREIRÍA, Fernando; ABÁIGAR, Teresa; CAMPOS, João Carlos; COMIZZOLI, Pierre; FAHD, Soumía; FELLOUS, Amina; GARBA, Hamissou Halilou; HAMIDOU, Dieng;

BROWN, Michael J.; ZAHAR, Marie-Joëlle. Social Cohesion as Peacebuilding in the Central African Republic and Beyond. **Journal of Peacebuilding and Development**, v. 10, n. 1, p. 10-24, 2015.

CAMARA, Alassane. The G5 Sahel: Security Implementation and Challenges. **Open Journal of Political Science**, [S.l.], n. 10, p. 493-506, 2020.

CAMARA, Kamissa. It is time to rethink US Strategy in the Sahel. Analysis and Commentary: **United States Institute of Peace**. 15 abr. 2021. Disponível em: <https://www.usip.org/publications/2021/04/it-time-rethink-us-strategy-sahel>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CAMPBELL, Horace G. The Quagmire of US Militarism in Africa. **Africa Development**, [S.l.], v. 45, n. 1, p. 73-115, 2020.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. Conflict in the Central African Republic. Global Conflict Tracker. **Council on Foreign Relations**, 10 ago. 2023a. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violence-central-african-republic>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CENTER FOR PREVENTIVE ACTION. Violent Extremism in the Sahel. **Council on Foreign Relations**, 10 ago. 2023b. Disponível em: <https://www.cfr.org/global-conflict-tracker/conflict/violent-extremism-sahel>. Acesso em: 15 jan. 2024.

CHAFER, Tony. France in Mali: Towards a new Africa strategy?. **International Journal of Francophone Studies**, [S.l.], v. 19, n. 2, p. 119-141, 2016.

CHARBONNEAU, Bruno. De Serval à Barkhane: les problèmes de la guerre contre le terrorisme au Sahel. **Les Temps Modernes**, Quebec, n. 693-694, p. 322-340, 2017a.

CHARBONNEAU, Bruno. Intervention in Mali: building peace between peacekeeping and counterterrorism. **Journal of Contemporary African Studies**, *online*, v. 35, n. 4, p. 415-431, 2017b.

DANIEL, Rosaline; SHUBIN, Vladimir. Africa and Russia: The Pursuit of Strengthened Relations in the Post-Cold War Era. *In.*: NAGAR, D.; MUTASA, C. **Africa and the World: Bilateral and Multilateral International Diplomacy**. Cham: Springer, 2018.

DEVERMONT, Judd; HARRIS, Marielle. Rethinking Crisis Responses in the Sahel. **CSIS Briefs**, Policy Paper, dez. 2020. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/pdf/resrep27651.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2023.

DIALLO, Mamadou Alpha. Guerra e conflito no Sahel africano, fruto da histórica e permanente guerra entre dois impérios: Império Árabe-Islâmico e Império Ocidental. **Austral: Revista Brasileira de Estratégia e Relações Internacionais**, *online*, v. 10, n. 19, p. 261-290, 2021.

DIENG, Adama. The Sahel: challenges and opportunities. **International Review of the Red Cross**, *online*, v. 103, n. 918, p. 765-779, 2021.

DORUSSEN, Han. Peacekeeping Works, or Does It?. **Peace Economics, Peace Science and Public Policy**, [S.l.], v. 20, n. 4, p. 527-537, 2014.

DOWD, Catriona; RALEIGH, Clionadh. The myth of global islamic terrorism and local conflict in Mali and the Sahel. **African Affairs**, [S.l.], v. 112, n. 448, p. 498-509, 2013.

- EFREMENKO, Dmitry. Russia and African countries at a new historical turn: changing interaction in the context of a special military intervention in Ukraine. **Science-Information Bulletin**, [Pequim], v. 319, n. 1, p. 5-28, 2023.
- ELRON, Efrat. 21st Century Peacekeeping and Future Warfare. **Strategic Insights**, Monterey, v. 10, special issue, p. 105-116, 2011. Disponível em: <https://core.ac.uk/download/pdf/36704834.pdf>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- FERNANDES, Hugo Miguel Moutinho. As novas guerras: o desafio das guerras híbridas. **Revista de Ciências Militares**, Lisboa, v. 4, n. 2, p. 13-40, nov. 2016.
- FIDAN, Hakan; ARAS, Bülent. The Return of Russia-Africa Relations. **Bilig**, Turkistan, n. 52, p. 47-68, 2010.
- FITUNI, Leonid; ABRAMOVA, Irina. Project RUSSAFRICA: Towards a Strategic Partnership for Modernization and Development. *In.*: FITUNI, Leonid; ABRAMOVA, Irina. **Resource Potential of Africa and Russia's National Interests in the XXI Century**. Moscow, 2010.
- GERASIMOV, Valery. New Challenges Demand Rethinking the Forms and Methods of Carrying out Combat Operations. **Foresight**, January, 2016. Disponível em: https://www.armyupress.army.mil/Portals/7/military-review/Archives/English/MilitaryReview_20160228_art008.pdf. Acesso em: 15 jan. 2024.
- GILDER, Alexander. Human Security and the Stabilization Mandate of MINUSCA. **International Peacekeeping**, *online*, v. 28, n. 2, p. 200-231, 2020.
- GONZÁLEZ, Yoslán Silverio. **África Occidental: Crisis vs Estabilidad Política**. Porto Alegre: CEBRAFRICA, 2018.
- HARMON, Stephen. Securitization Initiatives in the Sahara-Sahel Region in the Twenty-first Century. **African Security**, *online*, v.8, n. 4, p. 227-248, dec. 2015.
- HAROUNA, Abdoulaye; HATCHA, Mahamat Hassan; NAGY, Abdullah; SILVA, Teresa Luísa; SOW, Andack Saad; VALE, Cândida Gomez; BORATYNSKI, Zbyszek; REBLO, Hugo; CARVALHO, Sílvia B. Armed conflicts and wildfire decline: Challenges and recommendations for effective conservation policy in the Sahara-Sahel. **Conversations Letters**, [Vairão], v. 11, p. 1-13, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1111/conl.12446>. Acesso em: 15 jan. 2024.
- HAYRAPETYAN, Lilit; KUČERA, Josef. Russian Foot on the Central African Republic's Soil: An Example of a Tactical Alliance. **Central European Journal of International and Security Studies**, *online*, v. 16, n. 3, p. 34-55, 2022.
- HEDENSKOG, Jakob. Russia is Stepping Up its Military Cooperation in Africa. **FOI**, Memo n. 6604 December 2018. Disponível em: <https://www.foi.se/rest-api/report/FOI%20MEMO%206604>. Acesso em: 25 jan. 2024.
- INSTITUTO TRICONTINENTAL DE PESQUISA SOCIAL. **Dossiê 42: Defendendo nossa soberania: as bases militares dos EUA na África e o futuro da unidade africana**. [S.l.], jul. 2021. Disponível em: https://thetricontinental.org/wp-content/uploads/2021/07/20210705_Dossier-42_PT_Web.pdf. Acesso em: 24 jan. 2024.

ISSAEV, Leonid; FAIN, Egor; KOROTAYEV, Andrey. Impact of the Arab Spring on terrorist activity in the Sahel. **Ideology and Politics Journal**, *online*, v. 3, n. 19, p. 35-49.

ISSAEV, Leonid M.; KOROTAYEV, Andrey V.; BOBARYKINA, Daria A. The Global Terrorist Threat in the Sahel and the Origins of Terrorism in Burkina Faso. **Vestnik RUDN. International Relations**, *online*, v. 22, n. 2, p. 411-421.

KAM KAH, Henry. The Séléka insurgency and insecurity in the Central African Republic, 2012 - 2014. **Brazilian Journal of African Studies**, Porto Alegre, v. 1, n. 1, p. 40-66, 2016.

KEENAN, Jeremy. **The Dying Sahara**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2013.

KEENAN, Jeremy. War Games in the Sahel. **New African**, Londres, 12 jan. 2017. Disponível em: <https://newafricanmagazine.com/13872/>. Acesso em: 27 nov. 2023.

KFIR, Issac. Organised Criminal-Terrorist Groups in the Sahel: Why a Counterterrorism/Counterinsurgency-Only Approach Ignores the Roots of the Problem. Paper, April 2016. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2761748. Acesso em: 15 jan. 2024.

KNOOPE, Peter; BUCHANAN-CLARKE, Stephen. Central African Republic: A Conflict Misunderstood. **AfricanPortal**, Occasional paper, 1 jan. 2017. Disponível em: <https://africaportal.org/publication/central-african-republic-a-conflict-misunderstood/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

KORYBKO, Andrew. Hybrid Wars and Democratic Security. **Katehon**, 12 jun. 2016. Disponível em: <https://katehon.com/en/article/hybrid-wars-and-democratic-security>. Acesso em: 15 jan. 2024.

KORYBKO, Andrew. **Guerras Híbridas: das revoluções coloridas aos golpes**. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2018.

LE MALI reçoit des drones de Turquie. **Voa Afrique**, 4 jan. 2024. Disponível: <https://www.voaafrique.com/a/le-mali-re%C3%A7oit-des-drones-de-turquie/7426598.html>. Acesso: 15 jan. 2024.

LARÉMONT, Ricardo René. Al-Qaeda in the Islamic Maghreb: Terrorism and Counterterrorism in the Sahel. **African Security**, *online*, v. 4, n. 4, p. 242-268, 2011.

MAHMOUD, Sohaib; TAIFOURI, Mohamed. The Coups d'État of the Sahel Region: Domestic Causes and International Competition. **Arab Center Washington DC**, 27 set. 2023. Disponível em: <https://arabcenterdc.org/resource/the-coups-detat-of-the-sahel-region-domestic-causes-and-international-competition/>. Acesso em: 25 jan. 2024.

MUKULU, Jackson. Bouleversement sur la politique internationale d'intervention militaire en Afrique : vers l'inéluctable hégémonie de la fédération de Russie ?. **Revue Internationale du Chercheur**, [Paris], v. 4, n. 4, p. 793-819, 2023.

NADZHAROV, Alexander M.; ENTINA, Ekaterina G. Franco-Russian Great Power Rivalry in the Sahara-Sahel Region. **Russia in Global Affairs**, [Moscou], v. 21, n. 3, p. 181-204, 2023.

NIKITINA, Yulia. The "Color Revolutions" and "Arab Spring" in Russian Official Discourse. **Connections**, [S.l.], v. 14, n. 1, p. 87-104, 2014.

NKUNA, Vongani M.; SHAI, Kgothatso, B. What drives Russia's involvement in Africa? [An Afrocentric review of Russia–South Africa relations, 2000–2018]. **Journal of Public Affairs**, [S.l.], v. 21, n. 2, 2020.

ÓBEACHÁIN, Donnacha; POLESE, Abel. Introduction. *In*: POLESE, Abel; Ó BEACHÁIN, Donnacha. **The Color Revolutions in the Former Soviet Republics**. Oxon: Routledge, 2010. p. 1-12.

OMEDE, Jolade; NGWUBE, Arinze; OKOROAFOR, Christie. The Internalization of the Coup in Burkina Faso. **Journal of African-Centered Solutions in Peace and Security – AFSOI Journal**, Addis Ababa, v. 2, n. 1, p. 65-79, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Eric-Kioko/publication/326146533_Appeasing_the_Land_Local_Peace_Committees_and_the_Legitimation_of_Traditional_Peacemaking_in_Kenya_AFSOI_Journal_Vol2_Issue_1_pp_80-112/links/5b3b1d89aca2720785053422/Appeasing-the-Land-Local-Peace-Committees-and-the-Legitimation-of-Traditional-Peacemaking-in-Kenya-AFSOI-Journal-Vol2-Issue-1-pp-80-112.pdf#page=75. Acesso em: 15 jan. 2024.

PERITO, Robert M., UN Peacekeeping in the Sahel: Overcoming New Challenges. **US Institute of Peace**, *online*, Special Report 365, mar. 2015.

PETRINI, Benjamin. Security in the Sahel and the end of Operation Barkhane. **The International Institute for Strategic Studies**, 5 set. 2022. Disponível em: <https://www.iiss.org/online-analysis/online-analysis/2022/09/security-in-the-sahel-and-the-end-of-operation-barkhane/>. Acesso em: 15 jan. 2024.

RALEIGH, Clionadh; NSAIBIA, Héniand; DOWD, Caitriona. The Sahel crisis since 2012. **African Affairs**, *online*, v. 120, n. 478, p. 123–143, 2020.

RUSSIAN FEDERATION. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. **Foreign Policy Concept of the Russian Federation** (Approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin on November 30, 2016). Moscou, 2016.

RUSSIAN FEDERATION. The Ministry of Foreign Affairs of the Russian Federation. **The Concept of the Foreign Policy of the Russian Federation** (Approved by President of the Russian Federation Vladimir Putin on March 31, 2023). Moscou, 2023.

SAWO, Abdoulie. The Chronology of Military Coup d'états and Regimes in Burkina Faso: 1980-2015. **The Turkish Yearbook of International Relations**, [Ankara], v. 28, p. 1-18, 2017.

SCHMIDT, Elizabeth. **Foreign Intervention in Africa After the Cold War**. Ohio: Ohio University Press, 2018.

SHUBIN, Vladimir; ARKHANGELSKAYA, Alexandra. Russia's Africa Policy. **South African Institute of International Affairs**, Occasional Paper no. 157, 2013.

SULEIMAN, Muhammad Dan. Sahel Region, Africa. **The Conversation**, 27 fev. 2017. Disponível em: <https://theconversation.com/sahel-region-africa-72569>. Acesso em: 29 nov. 2023.

TANKEL, Stephen. US Counterterrorism in the Sahel: from indirect to direct intervention. **International Affairs**, v. 96, n. 4, p. 875-893, 2020.

THOMAS, Yanis. **Centrafrique: un destin volé**. Paris: Agone, 2016.

TURSE, Nick. Pentagon's own map of U.S. bases in Africa contradicts its claim of "light" footprint. **The Intercept**, 27 fev. 2020. Disponível em: <https://theintercept.com/2020/02/27/africa-us-military-bases-africom/>. Acesso em: 21 nov. 2023.

UN. **About MINUSCA**. 2023. Disponível em: <https://minusca.unmissions.org/en/about>. Acesso em: 27 jan. 2024.

USAID. **About Us**. Washington, 2023a. Disponível em: <https://www.usaid.gov/about-us>. Acesso em: 15 jan. 2024.

USAID. Office of Transition Initiatives (OTI). Washington, 2023b. Disponível em: <https://www.usaid.gov/about-us/organization/conflict-prevention-stabilization/office-transition-initiatives>. Acesso em: 15 jan. 2024.

VELA, Vanessa Gauthier. MINUSMA and the Militarization of UN Peacekeeping. **International Peacekeeping**, [S.l.], v. 28, n. 5, p. 838-863, 2021.

VINE, David. **Base Nation: How U.S. Military Bases Abroad Harm America and the World**. Nova York: Metropolitan Books, 2015.

VISENTINI, Paulo Fagundes. **A Primavera Árabe: entre a democracia e a geopolítica do petróleo**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2012.

WELZ, Martin. Briefing: crisis in the Central African Republic and the international response. **African Affairs**, [S.l.], v. 113, n. 453, p. 601-610, 2014.

WHAT is R2P. **Global Centre for Responsibility to Protect**. New York, 2023. Disponível em: <https://www.globalr2p.org/what-is-r2p/>. Acesso em: 22 nov. 2023.